

O Caminho de Sumé:

As Políticas Públicas Brasileiras para o Patrimônio Cultural no Mercosul (2003-2006)

Caroline dos Reis Lodi

Atena
Editora

Ano 2021



O Caminho de Sumé:

As Políticas Públicas Brasileiras para o
Patrimônio Cultural no Mercosul (2003-2006)

Caroline dos Reis Lodi

Atena
Editora

Ano 2021



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O caminho de Sumé: as políticas públicas brasileiras para o patrimônio cultural no Mercosul (2003-2006)

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Autora: Caroline dos Reis Lodi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L823 Lodi, Caroline dos Reis
O caminho de Sumé: as políticas públicas brasileiras para o patrimônio cultural no Mercosul (2003-2006) / Caroline dos Reis Lodi. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-000-8

DOI 10.22533/at.ed.008212304

1. Política Cultural Externa Brasileira. 2. Mercosul Cultural. 3. Economia da Cultura. 4. Patrimônio Cultural Tangível. 5. Desenvolvimento Socioeconômico. I. Lodi, Caroline dos Reis. II. Título.

CDD 301.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DA AUTORA

A autora desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao manuscrito científico publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção do respectivo manuscrito, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o manuscrito científico publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

Para Cleusa e Paulo, meus amados pais.

AGRADECIMENTOS

Este livro é produto de dissertação defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), cuja pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço à minha orientadora, Mônica Leite Lessa, por suas contribuições magistrais e pelo carinho dedicado. Aos professores Adriano de Freixo, Beatriz Bissio, Hugo Suppo e Lená Medeiros, que foram imprescindíveis em meu aprimoramento intelectual ao longo da jornada acadêmica do curso de mestrado.

Aos meus pais, pelo apoio, pela paciência e pelo investimento em minha educação. Às minhas irmãs Paula e Viviane. Aos meus sobrinhos Beatriz, Bernardo, Giovana, Maria Clara, Victoria e João Marcelo. Aos meus avós, em especial à vovó Maria, que tanto me apoiou e me incentivou, e ao vovô Walfrido [*in memoriam*], que me ensinou os mais preciosos valores de caráter e justiça.

Aos colegas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Lauro Cavalcanti, Licia Olivieri, Eliezer Nascimento e Sandra Mazzoli. Agradeço o acesso a documentos imprescindíveis e as horas que me foram gentilmente cedidas para a elaboração deste trabalho, sem as quais a tarefa seria demasiado árdua.

Aos colegas do PPGRI-UERJ, especialmente ao João Henrique Catraio e à Paula Gomes Moreira, pelos momentos de conversa descontraída, pelas palavras de incentivo e pelo compartilhamento de material de pesquisa.

EPÍGRAFE

A consciência de si existe em si e para si quando e porque
ela existe em si e para si diante de uma outra consciência
de si; isto é, ela só existe como ser reconhecido.
Hegel (Fenomenologia do espírito)

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
INTRODUÇÃO.....	5
O MERCOSUL CULTURAL.....	14
A ECONOMIA DA CULTURA: PROBLEMÁTICA	19
IMPORTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL	27
ECONOMIA DA CULTURA x RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	37
O PATRIMÔNIO CULTURAL	45
A consagração no Ocidente	45
O processo de valorização no Brasil.....	55
PATRIMÔNIO CULTURAL COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO.....	67
A POLÍTICA CULTURAL EXTERNA E INTERNA PARA O PATRIMÔNIO NO BRASIL NO GOVERNO LULA (2003-2006).....	77
O sistema internacional no pós-Guerra Fria e o posicionamento do Brasil	78
A condução da política cultural externa e interna do Brasil no governo Lula (2003-2006)	83
Antecedentes: o paradigma neoliberal (1990-2002)	84
O paradigma logístico: o primeiro governo Lula (2003-2006).....	88
IDENTIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO MERCOSUL	92
O ESTABELECIMENTO DO MERCOSUL CULTURAL: FORMULAÇÃO POLÍTICA E APARATO ADMINISTRATIVO.....	104
Conselho do Mercado Comum (CMC).....	107
COMISSÃO TÉCNICA DE PATRIMÔNIO DO MERCOSUL CULTURAL: PROPOSTAS E REALIZAÇÕES BRASILEIRAS.....	109
EM BUSCA DO <i>YUY MARAE'Y</i> : AVANÇOS E PERSPECTIVAS MERCOSULENHAS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	112
CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS	122

ANEXOS	136
SOBRE A AUTORA.....	154

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar de que modo as políticas públicas para o patrimônio cultural tangível ou material podem acarretar em benefícios de cunho social e econômico para o país que as promove, tendo como estudo de caso as políticas públicas brasileiras para este campo no Mercosul Cultural durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Conceito originário da Revolução Francesa, o patrimônio cultural permaneceu por cerca de dois séculos como bem coletivo carregado dos valores de unidade e identidade nacional. Em meados do século XX, os reclames por representatividade das diferentes culturas durante o processo de descolonização e a difusão do discurso da democracia e da diversidade engendraram a ampliação do conceito de patrimônio, que passou a abarcar manifestações e representações culturais populares e regionais, tangíveis e intangíveis. No mesmo período, os estudos sobre a Economia da Cultura sistematizaram-se em muitos países, mas só ganharam a arena multilateral no alvorecer do século XXI. Entendido, segundo a classificação da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), como uma indústria cultural, o patrimônio cultural tangível representa uma fonte potencial de qualidade de vida e de recursos financeiros. No bloco Mercosul, a cultura foi oficialmente reconhecida como elemento de propulsão à integração com a assinatura do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, em 1996. Em 2003, com a eleição do presidente Lula da Silva e o lançamento do Plano Nacional de Cultura, a temática do patrimônio ganha tônica no cenário nacional. Em que pese o fato de os projetos do Mercosul Cultural apresentarem déficit de implementação, a política cultural de Lula reforçou a atuação do Estado no setor. Os paradigmas de sua política externa – como a prioridade dada às relações com os vizinhos na América do Sul e o atendimento às diretrizes internacionais por meio do *multilateralismo da reciprocidade* – refletiram-se, também, nos programas para o patrimônio cultural no bloco, como uma via para o aprofundamento do processo de integração e instrumento para atingir o almejado desenvolvimento socioeconômico e a inserção internacional segundo a lógica da Economia da Cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Política Cultural Externa Brasileira. Mercosul Cultural. Economia da Cultura. Patrimônio Cultural Tangível. Desenvolvimento Socioeconômico.

ABSTRACT

This paper aims to examine how public policies, focused on material or tangible cultural heritage, may result in benefits of social and economic developments for the country that promotes them, taking as a case study the Brazilian public policies for this field in Cultural Mercosur, during the first government of Luiz Inacio Lula da Silva. An original concept of the French Revolution, the cultural heritage remained for nearly two centuries as a common good, charged of values of unity and national identity. In mid-twentieth Century, the complaints for representation of the different cultures during decolonization process and the spread of democracy and cultural diversity discourses engendered the ampliation of heritage concept, which has passed to embrass cultural manifestations and representations, popular and regional, tangible and intangible. At the same period, the studies about Cultural Economics became systematic in many countries, but they only gained the multilateral arena at the dawn of twenty-first Century. Understood, in according to *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) classification, as a cultural industry, material cultural heritage represents a potential source of welfare and financial resources. On Mercosur bloc, culture was officially recognized as a propulsion element towards regional integration with Mercosur Protocol of Cultural Integration assignment in 1996. In 2003, with the election of Lula president and the launch of the National Culture Plan, the heritage's thematic gained force on the national scene. Despite the fact of Mercosur Cultural's projects present deficit in terms of implementation, Lula's public policies reinforced the role of the State in the sector. The paradigms of his foreign policy – as the priority given to the relationship with the neighbours in South America and the compliance with international guidelines through *reciprocal multilateralism* – also reflected on programs to cultural heritage on the bloc as a way to improve the integration process and as a tool to reach the desired socioeconomic development and the international insertion, according to the logic of the Cultural Economics.

KEYWORDS: Cultural Economics. Tangible Cultural Heritage. Public policy. Regional integration. Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANCINE	Agência Nacional de Cinema
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CAME	Conferência de Ministros da Educação Aliados
CFC	Conselho Federal de Cultura
CE	Comunidade Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIA	Central Intelligence Agency
CICI	Comissão Internacional de Cooperação Intelectual
CMC	Conselho do Mercado Comum
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CPCN	Comissão do Patrimônio Cultural da Nação do Uruguai
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTP	Comissão Técnica de Patrimônio
DC	Departamento Cultural do Itamaraty
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
FCCP	Foro de Consulta e Concertação Política
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICI	Instituto Internacional de Cooperação Intelectual
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITC	International Trade Centre
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MinC	Ministério da Cultura
MONDIACULT	Conferência Mundial sobre Políticas Culturais
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIG	Organização Intergovernamental Internacional

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ORCALC	Oficina Regional de Cultura para América Latina e Caribe
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARCUM	Parlamento Cultural do Mercosul
PARLASUL	Parlamento do Mercosul
PCH	Programa de Cidades Históricas
PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Plano Nacional de Cultura
RMC	Reuniões de Ministros da Cultura
SDN	Sociedade das Nações
SEGIB	Secretaria General Iberoamericana
SICSUR	Sistema de Información Cultural del Mercosur
UA	União Alfandegária
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNDP	United Nations Development Programme
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNWTO	United Nations World Tourism Organization
WIPO	World Intellectual Property Organization

INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho que se verificará nas próximas linhas teve como alicerces o curso de graduação em Museologia e o breve período em que fui estagiária no Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty. A jornada acadêmica focada em questões internacionais sobre cultura material e museus bem como o contato com diplomatas atuantes no setor cultural, constituem os principais motivos para a escolha do tema. Outrossim, o ingresso no quadro de servidores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) durante o desenvolvimento da pesquisa contribuiu para o aumento de meu interesse no assunto, visto que o IPHAN, como autarquia vinculada ao Ministério da Cultura¹, participa ativamente da atual política cultural empreendida pelo país e, no caso deste trabalho, para o bloco Mercosul.

O desenrolar da pesquisa revelou que o tema proposto se reveste de características originais, uma vez que, no Brasil, poucas são as obras que abordam, de maneira sistemática, sob a ótica da Economia da Cultura, a cultura no Mercosul. Uma dificuldade decorrente dessa constatação é que as que assim procedem, em geral, não compactuam modelos teórico-metodológicos, o que, algumas vezes, dificulta o estabelecimento de correlações entre as diferentes abordagens e entre os métodos para quantificar e classificar as áreas envolvidas no campo da cultura. Todavia, a pesquisa bibliográfica descortinou diversas obras estrangeiras que muito auxiliaram dos pontos de vista teórico-metodológico e da pesquisa empírica. Esta pesquisa não inaugura, portanto, uma metodologia, mas ousa pretender que sua originalidade se expressa na especificidade do tema tratado ao oferecer uma análise sobre a política brasileira para o patrimônio cultural tangível no que diz respeito ao Mercosul.

No meio acadêmico, o termo ‘cultura’ pode ser encontrado em pesquisas de diversos campos do saber. A vasta gama de possibilidades de abordagem em torno do assunto torna-o passível de enfoques sob a luz da História, da Antropologia ou, como se verá mais adiante, da Economia, dentre outros domínios do conhecimento. Essa adaptabilidade ou fluidez da cultura como objeto de estudo suscita, invariavelmente, enfoques interdisciplinares analisados em inúmeras obras.

No que concerne às Relações Internacionais, a cultura também é compreendida, por alguns especialistas, como uma dimensão de análise, além das três já amplamente tratadas pelo campo: a política, a econômica e a militar. No entanto, mesmo sob a ótica dessa disciplina acadêmica, a cultura revela inúmeros espectros para o pesquisador. Em que pese a transversalidade do assunto, é possível distinguir alguns conceitos que permeiam grande parte das análises sobre a cultura nas Relações Internacionais. Conceitos como ‘relações culturais internacionais’, ‘diplomacia cultural’, ‘política cultural externa’ e ‘*soft power*’ serão esquadrinhados ao longo desta obra, a qual é um exemplo do enfoque inter ou multidisciplinar, já que açambarca o tema da cultura na economia e nas relações interestatais.

Em 1953, o historiador francês Pierre Renouvin propôs o conceito de “forças

1. A pesquisa foi realizada entre 2009 e 2011. No ano de 2019, o IPHAN foi transferido para o Ministério do Turismo.

profundas” ao estudar a diplomacia levando em consideração fatores estruturais e conjunturais – como a cultura –, não se limitando aos documentos oficiais amplamente examinados pela História Diplomática. Contudo, segundo Lessa, os primeiros estudos sistemáticos sobre as relações culturais entre os países surgiram logo após a Segunda Guerra Mundial e constituíram trabalhos pouco difundidos, situação que começou a se inverter na década de 1980 com a publicação de um balanço dos estudos sobre o tema, em nível internacional, na *Revue des Relations Internationales*.²

Ao considerar a cultura como um sistema de valores, hábitos, costumes, crenças e conhecimentos, passível de observação tanto em aspectos espirituais como em realizações materiais³, a via escolhida nesta pesquisa direciona-se aos testemunhos materiais do homem, em outras palavras, ao patrimônio cultural tangível⁴.

Para justificar a relevância deste trabalho no domínio das Relações Internacionais é necessário, primeiramente, discorrer algumas linhas sobre a trajetória de preservação e fomento do patrimônio cultural nos planos estatal e internacional. A título de introdução, vale destacar que a constituição do patrimônio como categoria de estatuto ideológico é uma característica dos Estados Modernos.⁵ Embora o ato de colecionar objetos cujo valor transcende o marco meramente funcional remeta a épocas longínquas, a instrumentalização das coleções e dos monumentos pelo aparelho estatal com o fito de valorizar um passado de glória e de construir uma identidade nacional tem como ponto de referência a criação do Museu do Louvre, aberto ao público, indiscriminadamente, em 1793 na cidade de Paris. Durante os dois séculos seguintes, diversas coleções e monumentos dos quatro cantos do globo foram elevados à categoria de patrimônio, seguindo os moldes propostos pelos revolucionários franceses.

Com a Revolução Industrial, a crescente degradação ambiental ocasionada pela transformação dos modelos de produção em escala mundial fez com que recrudescesse, em igual escala, o interesse pela preservação dos edifícios históricos. Se antes os monumentos já eram vistos como objetos de culto ao passado próspero e glorioso, o crescimento e a modernização das cidades tornaram esse distanciamento do passado ainda mais expressivo.⁶ Contudo, somente após a Segunda Grande Guerra o comportamento preservacionista se institucionalizou em âmbito internacional, com a criação da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), agência especializada do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. Em 1972, esse crescente interesse pela preservação dos ‘tesouros da humanidade’ conduziu

2. LESSA, Mônica. Relações Culturais Internacionais. In: *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Lená Medeiros, Denise Rollember, Oswaldo Munteal Filho (orgs). Rio de Janeiro, Eduerj, 2002. p. 13-14.

3. LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

4. Este trabalho considerará como patrimônio cultural a definição estabelecida pela UNESCO, em 1972, qual seja: monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

5. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. Capítulo 2. pp. 49-81.

6. CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. Capítulo IV. p. 125-173.

ao estabelecimento da categoria de ‘patrimônio mundial’, sob a responsabilidade do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), organização internacional não-governamental criada em 1965 e vinculada à UNESCO.

Desde sua criação, a UNESCO vem elaborando documentos normativos e recomendações com a finalidade de salvaguardar o patrimônio cultural e de promover a paz entre os povos, dentre outros objetivos. A *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*, adotada em 2005, foi o último documento estabelecido por aquela organização até o presente momento e é produto dos debates em torno da ameaça da globalização sobre a diversidade cultural. Seu texto reforça a importância da cultura para o desenvolvimento das nações, tanto no aspecto social como no econômico. A bibliografia concernente revela que esse esforço normativo atribui à categoria de patrimônio cultural características bastante distintas daquelas verificadas quando de sua “invenção”. Se no século XVIII a constituição da identidade nacional por meio do culto ao passado era fator determinante para a musealização⁷ dos monumentos e dos objetos das coleções de palácios reais – dada a criação do Louvre, que pretendia estimular a coesão e a unidade pátrias –, no final do século XX, a retomada do processo de globalização, a lógica neoliberal e a “cultura do espetáculo”⁸, deram ocasião ao questionamento do “caráter nacional” e à fluidez do conceito de identidade. Por conseguinte, o conceito original de patrimônio ampliou-se⁹ e um novo paradigma na operacionalização do fator cultural foi adotado. Dessa forma, a noção de patrimônio do século XX e início do século XXI reconhece não apenas aquele de “pedra e cal” como também as mais diversas formas de manifestação de tradições locais, argumentando em favor da diversidade e do desenvolvimento social, sem deixar de lado a ótica econômica peculiar que o campo da cultura apresenta.

Os estudos sobre a interface entre a economia e a cultura não são novidade. Adam Smith abordou brevemente o tema em sua célebre obra, embora não tenha considerado a cultura como fonte de “riqueza das nações”. Posteriormente, ao longo do século XX, autores como John Kenneth Galbraith, William Baumol e David Throsby inauguraram as perspectivas da economia da cultura propriamente dita.¹⁰ Em 2008, a UNESCO, a UNCTAD e outras três agências das Nações Unidas lançaram conjuntamente o *Creative Economy Report*, um estudo, centrado no período entre 1996 e 2005, sobre o impacto da economia criativa na geração de empregos, na inclusão social e na geração de receitas para os países que a promovem¹¹.

A Economia da Cultura pode ser definida, segundo a UNCTAD, como a disciplina que estuda os aspectos econômicos da política cultural, enquanto a Economia Criativa,

7. Segundo Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro, doutora em Ciência da Informação, o *processo de musealização* é o “conjunto de ações caracterizadas pela separação/deslocamento do contexto original e privação das funções de uso de alguns objetos, que passariam a desempenhar a função de documentos”. LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Arte e imagem: musealização e virtualização. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 6, dezembro de 2004. Artigo 03. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/F_I_art.htm>. Acesso em: 02 nov. 2011.

8. DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

9. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

10. BENHAMOU, Françoise. *A Economia da Cultura*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2006. Introdução.

11. UNCTAD. *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making*. 2008.

conceito surgido em 2001, e ainda em evolução, se dedica ativamente aos aspectos mercadológicos das indústrias criativas. Estas últimas podem ser definidas como “os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam a criatividade e o capital intelectual como insumos primários”¹² e possuem diversos modelos de classificação. De acordo com o modelo proposto pela UNCTAD, as indústrias criativas englobam desde setores ditos tradicionais, como o patrimônio cultural, até aqueles que envolvem intensa aplicação de tecnologia, como o audiovisual.

Embora haja divergência entre os autores ao considerar ou não o patrimônio cultural como uma indústria, há ampla concordância com o fato de que aquele tem potencial para promover o aumento do capital intelectual. Já em termos econômicos, pode contribuir para o comércio de bens, para a geração de empregos, para a valorização do local onde está situado e para a atração de turistas. Se o aspecto econômico sempre foi o determinante na formulação de políticas culturais ao redor do mundo, na contemporaneidade, felizmente, outros aspectos têm sido levados em consideração, como capacitação, promoção do respeito mútuo e valorização das culturas locais. No Brasil, somente no século XXI ocorreu essa ampliação do foco na elaboração de políticas culturais com o lançamento do Plano Nacional de Cultura em 2003.¹³

Não obstante, o olhar atento para o patrimônio cultural edificado e para aquele salvaguardado em instituições museológicas no Brasil nação, remete ao século XIX. Desde os primórdios do Oitocentos até a década de 1920, os museus criados no país eram predominantemente de história natural e etnografia, ou seja, voltados à pesquisa científica.

Com o advento da República, fatores como o mandato do chanceler José Maria da Silva Paranhos Junior – o Barão do Rio Branco (1902-1912) –, a atuação do Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) da Sociedade das Nações durante a década de 1920 e, nesse mesmo período, a presença dos intelectuais modernistas¹⁴ na construção da nacionalidade foram determinantes para os acontecimentos ulteriores. Lessa relata que “o Barão do Rio Branco continuou na República a política de promoção da imagem do Brasil iniciada no Segundo Império e internalizada na sua prática da diplomacia brasileira”¹⁵. Durante sua chefia no Itamaraty, este era

uma espécie de Ministério como que de Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome; e Ministério também de Informação e Propaganda, de certo modo responsável pela ‘bonne presse’ francesa e às vezes inglesa em torno de ‘valores brasileiros’.

Dessa forma, observa-se que mesmo países periféricos como o Brasil investiram na diplomacia cultural objetivando a propaganda nacional no exterior de maneira a atingir variados objetivos. Contradiz-se assim a tradicional imagem de um Brasil sem política cultural, de um Itamaraty sem diplomacia cultural. Porém, a falta de um organismo internacional de cooperação cultural fazia com que as nações organizassem suas políticas culturais de forma bilateral; após a Primeira Guerra Mundial a atuação internacional evoluiu para

12. Ibidem. p. 4.

13. BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais*. Brasília, 2008. 2ª edição.

14. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: USP, 1984. Capítulo 3. pp. 79-105.

15. LESSA, Op. cit., p. 90.

a criação da Sociedade das Nações (SDN) e inaugurou-se um período de institucionalização internacional das políticas culturais.¹⁶

A criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), em 1922, no âmbito da Sociedade das Nações (SDN), foi o primeiro passo de ordem multilateral em direção ao ordenamento das relações culturais internacionais. Em 1926, a CICI foi reformulada e entra em cena o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI),

criado para servir de 'instrumento de preparação e execução' da CICI que constitui seu Conselho de administração. Por sua vez, o IICI é composto por várias seções: relações literárias, relações artísticas, jurídicas, científicas etc.¹⁷

Naquele momento, alguns países da Europa e os Estados Unidos, por exemplo, já possuíam um órgão encarregado dos assuntos culturais no contexto internacional. No Brasil, “tudo indica que esses dependiam diretamente do Ministro das Relações Exteriores. É somente em 1937, na gestão de Mário de Pimentel Brandão, que é criado o Serviço de Cooperação Intelectual.”¹⁸

Em que pese a saída do Brasil da SDN em 1926, o país continuou a atuar no IICI com destaque para a figura do diplomata Eliseo Montarroyos – chefe da delegação brasileira da CICI, sediada em Paris.

Nos anos 20 e 30, o Brasil assina várias convenções propostas pelo IICI visando ampliar a cooperação cultural internacional: [...] pela proteção internacional do patrimônio histórico e artístico nacionais etc.¹⁹

O IICI desapareceu por completo com a fundação da UNESCO, em 1946.

No plano interno, o Brasil buscou, mormente ao longo das décadas de 1920 e 1930, formar as bases da cultura nacional. Nesse sentido, a presença dos modernistas foi significativa na construção do imaginário e da identidade – elementos indispensáveis à coesão da nação. O contato com esses intelectuais se deu de forma expressiva na gestão de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945. Sobre esse período, os autores de *Tempos de Capanema* discorrem:

Era necessário desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras; [...] era preciso, finalmente, impedir que a nacionalidade, ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações. [...]

Este projeto ambicioso só explica em parte, no entanto, a preocupação do ministro com as atividades de tipo cultural e artístico. Uma outra parte, talvez mais importante, deve ser creditada a suas vinculações de origem com a intelectualidade mineira e, particularmente, com alguns dos expoentes principais do movimento modernista.

[...] o modernismo, do qual Mário de Andrade foi um dos principais representantes, era suficientemente amplo e ambíguo para permitir interpretações bastante variadas, e não se colocar em contradição frontal

16. Ibidem, p.90.

17. LESSA, Op. cit., p. 90.

18. Ibidem, p. 92.

19. Ibidem, p. 94-5.

com o programa político e ideológico do Ministério da Educação.²⁰

É importante ressaltar que figuras como a de Gustavo Barroso, defensor contumaz do culto aos heróis da pátria e da tradição, e a de Gilberto Freyre, paladino das tradições culturais de caráter regional²¹, também foram marcantes nesse processo de construção da nacionalidade e de narrativas patrimoniais. No entanto, foi Mário de Andrade, componente do grupo modernista, quem articulou o anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Nacional, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a pedido do ministro Capanema²².

Dessa forma, verifica-se que com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o processo de instrumentalização da cultura se intensificou devido à regulamentação, à criação de instituições e ao delineamento de uma ação conjunta internacional. A Carta Constitucional de 1934 apontou, pela primeira vez, a proteção do patrimônio cultural. Seu 148º artigo preconizava:

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.²³

A criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937, foi fundamental para que objetos e edifícios de elevada importância histórica, artística ou arqueológica recebessem amparo técnico e arcabouço jurídico nas ações de salvaguarda. Em um primeiro momento, era preciso conhecer e documentar o patrimônio cultural nacional, assim como lançar as bases do que seria considerado culturalmente vernacular no Brasil. Embora grande parte dessa empreitada estivesse nas mãos dos intelectuais modernistas,²⁴ o projeto final não obedeceu fielmente ao anteprojeto de Mário de Andrade, deixando de lado sua proposta visionária de salvaguardar, além do patrimônio material, os bens intangíveis. Somente com a gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN (1979-1982) começa a se estruturar a política de proteção do patrimônio imaterial, com os inventários de folclore e de cultura popular.²⁵ Ainda em 1937, Vargas instituiu o Decreto-Lei nº 25, vigente até os dias atuais, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”.²⁶

No plano externo, em 1935 o Brasil assinou um acordo multilateral na Sétima Conferência Internacional dos Estados Americanos, do qual foram signatários vinte e um países. Conhecido como Pacto Röerich, esse documento formulado nos marcos da Política da Boa Vizinhança, e assinado na Casa Branca sob o olhar de Franklin Delano Roosevelt e de seu Secretário de Estado, Cordell Hull, visava a “proteção de todas as instituições

20. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Op. cit., p. 79-80.

21. CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. p. 125.

22. CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006. 99-113.

23. BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 14 nov. 2010.

24. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Op. cit., p. 79-86.

25. GONÇALVES, Op. Cit.

26. IPHAN. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro, 2006. p. 99-107.

artísticas e científicas e monumentos históricos”.²⁷

Passadas quase três décadas, em 1966, no fim do governo Castelo Branco, foi criado o Conselho Federal de Cultura, cujo empenho resultou no aprofundamento da institucionalização da cultura. Já nos anos 1970, foi delineada a Política Nacional de Cultura, no governo Geisel, que constituiu um meio de controle do processo cultural durante os anos da ditadura militar e no contexto internacional da Guerra Fria.²⁸ Os inventários de identificação, baseados, sobretudo, no patrimônio de “pedra e cal”, também passaram por uma mudança capital nesse momento. Até então, valorizavam a cultura “erudita” e relegavam à cultura dita popular pouca ou nenhuma relevância. Com Aloísio Magalhães na diretoria do IPHAN a cultura popular ganhou notoriedade, em uma espécie de retomada do mencionado anteprojeto de Mário de Andrade. Em sua gestão, a noção de patrimônio foi substituída pela de “bens culturais” como recurso para enfatizar “a diversidade cultural existente no contexto da sociedade brasileira”.²⁹ Seu discurso não era mais o de “civilizar” o país pela tradição, mas “identificar e preservar o caráter nacional brasileiro de forma que o processo de desenvolvimento econômico e tecnológico possa prosseguir sem que isto represente uma perda de autonomia cultural frente aos países do Primeiro Mundo.”³⁰ Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura, a área finalmente teve sua autonomia proclamada, pois era tratada em conjunto com a educação.

Embora essa autonomia da esfera cultural tenha se dado tardiamente, se comparada à criação do ministério da cultura francês – o primeiro do mundo – que data de 1959³¹, quando desviamos o foco para a região do Mercosul, notamos que somente o Brasil tem um ministério da cultura autônomo. Na Argentina, a Secretaria de Cultura é vinculada à presidência da nação e no Uruguai e no Paraguai a educação e a cultura formam um mesmo ministério, como era no Brasil, desde 1953 até 1985.

O ápice da política cultural brasileira, tanto externa quanto interna, ocorreu em 2003 com o lançamento do Plano Nacional de Cultura (PNC). Em sua dimensão simbólica, afirma que “as políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, autoestima e laços de identidade entre os brasileiros”.³² Já em sua dimensão econômica, institui: “torna-se imperativa a regulação das ‘economias da cultura’, de modo a evitar os monopólios comerciais, a exclusão e os impactos destrutivos da exploração predatória do meio ambiente e dos valores simbólicos a ele relacionados”.³³ Também cabe ressaltar que, internacionalmente, o PNC tem como uma de suas propostas:

27. INSTITUTO RÖERICH DA PAZ E CULTURA DO BRASIL. *Pacto Röerich*. 1935. Disponível em: < <http://www.roerich.org.br/site/pactoroerich.html>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

28. MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

29. GONÇALVES, Op. cit., p. 51.

30. GONÇALVES, Op. cit., p. 51.

31. LESSA, Mônica Leite. O Mercosul e o Ministério da Cultura do Brasil: 2003-2006. In: *Anais do VIII Simpósio Y I Congresso Internacional - CEINLADI*. Buenos Aires, outubro de 2008.

32. MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais. Brasília, 2008. 2ª edição. p. 11.

33. Ibidem. p. 12.

constituir e aprofundar as parcerias sobre temas e experiências culturais com outros países, sobretudo no âmbito da América Latina e Mercosul, África e CPLP, além de nações com dimensões e condições socioeconômicas similares ao Brasil, como Índia, África do Sul, Rússia e China.³⁴

Nesse sentido, o país tem procurado, por meio da política cultural externa, qualificar sua presença no exterior ao passo que promove o desenvolvimento social e econômico internamente. A cultura vem, dessa forma, contribuir para a diminuição da situação de dependência e, no Brasil, sua relação com o desenvolvimento teve o economista Celso Furtado como um de seus expoentes. Um exemplo da atuação brasileira em âmbito regional é a sua participação no Mercosul Cultural, oficialmente criado em 1996, que reconhece a natureza dual dos bens e serviços culturais – a de gerar riqueza e a de promover a diversidade –, característica que contribui para o aprofundamento do processo de integração.³⁵ As propostas para instrumentalização da cultura no Mercosul vão ao encontro dos postulados da teoria pós-colonialista, pois valorizam as perspectivas locais e não somente aquela importada da Europa.³⁶

Diante do exposto, o presente trabalho se pretende um estudo sobre as relações travadas entre o Brasil e os países do bloco Mercosul no que tange o campo das políticas culturais, mais especificamente, daquelas destinadas ao patrimônio cultural tangível ou material. Será levada em conta a política cultural externa do Brasil empreendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato, de 2003 a 2006, direcionada aos países mercosulenhos e com vistas à proposta de aperfeiçoamento da integração regional, à projeção externa do bloco, à atração de investimentos e ao desenvolvimento social por meio do patrimônio cultural. Cabe ressaltar que somente serão considerados os Estados Partes do Mercosul, deixando de lado os Estados associados, presentes em muitas reuniões do Mercosul Cultural. Outrossim, destaque-se que, em virtude do recorte temporal desta obra, a Venezuela não será concebida como Estado Parte, uma vez que aderiu oficialmente aos princípios do Tratado de Assunção em meados de 2006 e ainda apresenta pendências para sua plena incorporação.

Considerando o escopo da pesquisa, serão avaliados os atos internacionais assinados pelo Brasil, no âmbito do Mercosul Cultural, que contenham referências a projetos de fomento ao patrimônio cultural regional. Também será avaliado o relatório da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), intitulado *Creative Economy Report 2008. The Challenge of Assessing the Creative Economy: towards Informed Policy-making*, que se constitui de um amplo levantamento das vantagens e recursos advindos da Economia Criativa que circulam pelo mundo. Ainda como fonte primária, ter-se-ão em conta os projetos inseridos nas políticas nacionais de cultura desenvolvidas pelo Ministério competente no Brasil e, também, os indicadores resultantes de estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do *Sistema de Información Cultural del Mercosur* (SICSUR) que deflagrem a atuação interna na implementação das medidas adotadas pelo Mercosul Cultural.

34. MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais. Brasília, 2008. 2ª edição. p. 64.

35. MERCOSUL. Protocolo de Integração Cultural do Mercosul. Fortaleza, 1996. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/Dec_011_096_Prot%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20MCS_At%202_96.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

36. NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Op. cit., p. 228-230.

Como justificativa para a relevância deste trabalho no campo das Relações Internacionais, conjectura-se que o fortalecimento da integração regional por meio da coordenação de políticas culturais pode proporcionar vantagens econômicas e sociais para os países do bloco – fatores crescentemente valorizados na arena internacional e nas políticas exteriores como instrumentos para projeção externa e obtenção de influência e de recursos.

Se o aprofundamento da integração regional prevê a expansão das relações interculturais, seria a cultura o *Caminho de Sumé* no Mercosul? De acordo com a lenda sul-americana, a figura mitológica tupi-guarani de *Sumé*, *Pai Zumé*, *Karai Chume* ou *Tumé Arandu*, dentre outras denominações, foi astutamente identificada pelos jesuítas com o apóstolo São Tomé. Considerado o deus da sabedoria e da agricultura, diversos autores sustentam que a associação sincrética entre o panteão tupi-guarani e o cristianismo, verificada na lenda de Sumé, contribuiu para o assentamento das primeiras Reduções Jesuíticas na América do Sul no século XVII. Os povos também atribuem a Sumé a construção do Caminho do Tapé Avirú ou Peabiru – trilha guarani que interligava a cidade de Cuzco, no Peru, à de São Vicente, no litoral do estado brasileiro de São Paulo, e que teria cerca de três mil quilômetros de extensão, passando pela Bolívia e pelo Paraguai.³⁷ Tapé Avirú também é o nome de um projeto do Mercosul Cultural voltado para a conservação e valorização dos circuitos arqueológicos dos países interligados pela trilha mística.

Neste trabalho, a relação que se estabelece entre o Caminho de Sumé e o patrimônio cultural no Mercosul é a de que este pode, de fato, funcionar como via de aperfeiçoamento da integração no subcontinente, tal como a rota indígena pré-colombiana.

No primeiro capítulo, descrever-se-á brevemente o Mercosul Cultural e serão discutidos os conceitos que permeiam o campo da Economia da Cultura, sua evolução, sua importância e seus paralelos com as Relações Internacionais e com o bloco regional em questão. No segundo capítulo, desenvolver-se-á a trajetória do patrimônio cultural no ocidente, suas relações com o desenvolvimento socioeconômico e sua operacionalização pela política cultural brasileira, externa e interna, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Por fim, o terceiro capítulo tratará especificamente das realizações e propostas estabelecidas pelo Brasil para o patrimônio cultural no âmbito do Mercosul.

37. Para maiores detalhes, ver: DONATO, Hernani. *Sumé e Peabiru: Mistérios Maiores do Século da descoberta*. São Paulo: GRD, 1997. e LANG, Luciana. *Doubting Thomas and the Wanderer in the Tropics*. Disponível em: <<http://latineos.com/en/articles/popular-culture/item/111-doubting-thomas-and-the-wanderer-in-the-tropics.html>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

O MERCOSUL CULTURAL

Logo após a Segunda Guerra Mundial, era premente a defesa das nações ou o incremento das relações comerciais. Com esses objetivos, deu-se impulso aos blocos de integração regional. As alarmantes condições em que se encontravam as economias dos países no pós-Guerra e a necessidade de integrá-los para evitar ou dificultar um novo embate foram determinantes na formulação de blocos econômicos. Segundo Herz e Hoffmann, integração regional pode ser definida como:

É um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional.¹

O estabelecimento da Comunidade Europeia (CE) em fins da década de 1950 configurou um modelo de integração no qual o objetivo econômico vinha acompanhado de caráter político. Com a queda do Muro de Berlim e com o fim da União Soviética, outros países aderiram à CE, o que reforçou o bloco e motivou a conformação de outros segundo esse modelo. Na América Latina, o fracasso dos projetos de integração entre os anos 1960 e 1980, como CEPAL e ALADI, deram ensejo à criação de um bloco que promovesse, de fato, as trocas entre as partes, isto é, que não fosse mais voltado para o interior dos países – o que ocorria durante o sistema de substituição de importações.²

Na passagem da década de 1980 para a de 1990, período em que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado, o plano internacional foi marcado pelo fim da Guerra Fria e pela consequente perda de importância estratégica da América Latina para os Estados Unidos. Este, que até então valorizava a solidariedade interamericana e mantinha o continente sob sua influência, passava agora a priorizar suas relações econômicas com as potências em ascensão: as europeias e o Japão. Em contrapartida, as recém-formadas nações do chamado Terceiro Mundo reivindicavam o direito ao desenvolvimento.³ A América Latina, inserida nesse movimento, buscou atenuar sua condição de periferia por meio da integração econômica com seus pares.

No Brasil, a década de 1980 é caracterizada, principalmente, pelo fim do regime militar e pela concretização do processo de abertura política, iniciado no governo Geisel e completado com a promulgação da Constituinte em 1988, a qual preconiza em seu

1. HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: História e Práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 168.

2. SARAIVA, Miriam Gomes. A evolução dos processos de integração na América Latina. In: LESSA, Mônica; GONÇALVES, Williams. (Org.). *História das Relações Internacionais: Teoria e processos*. Rio de Janeiro: edUERJ, 2007. p. 111-132.

3. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, 1986.

artigo 4º que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.⁴ No alvorecer da década de 1990, o projeto de integração econômica do Cone Sul foi consolidado com a assinatura do Tratado de Assunção durante o governo de Fernando Collor de Melo.

O Mercosul, desde sua criação pelo Tratado de Assunção em 1991, firmado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tem demonstrado seu ânimo em estreitar o processo de integração na região não apenas por meio da economia, mas também política e socialmente. Nesse sentido, de acordo com Estevão Martins,

Embora os motivos iniciais de aproximação sejam de ordem econômica e financeira, os agentes sociais e políticos têm dado claras mostras de que se deve buscar um desenvolvimento cultural, social e político para além das circunstâncias da economia global.⁵

De acordo com a tipologia definida por Bela Balassa, há cinco categorias de integração, cada uma correspondendo a um grau mais elevado de união entre as partes. As categorias são: área de livre comércio, união alfandegária (UA), mercado comum, união econômica e integração econômica total.⁶ Para Herz e Hoffmann, o Mercosul constitui uma união alfandegária, ou aduaneira, imperfeita, pois sua Tarifa Externa Comum – característica da categoria de UA – possui numerosas exceções.⁷ Como se nota, há um longo caminho a ser percorrido pelo bloco no estreitamento das relações entre os países da região.

Inserido na proposta de aprofundamento do processo de integração regional, o Mercosul Cultural constitui uma instituição formada com o intuito de valorizar e promover as mais diversas manifestações culturais dos países membros, bem como suas indústrias culturais – cujo conceito será definido adiante – com o fito de angariar fundos e de alcançar um patamar mais elevado de desenvolvimento social. Essa proposta vai ao encontro da perspectiva elaborada por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento deve ser encarado além da perspectiva meramente econômica.

O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). [...]

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e

4. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

5. MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: Cultura e Poder*. Brasília: IBRI, 2002. p. 160.

6. SARAIVA, Miriam Gomes. Op. cit., p. 112.

7. HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Op. cit., p. 209.

destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.⁸

Criado, efetivamente, em 1996 por meio do Protocolo de Fortaleza ou Protocolo de Integração Cultural do Mercosul⁹, o Mercosul Cultural, com sede permanente na Argentina desde 2006, é resultado da *Reunião de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais do Mercosul*, realizada em Brasília no ano de 1992, e das Reuniões de Ministros da Cultura (RMC) iniciadas em 1995. A partir do Protocolo de Fortaleza, os quatro países membros do Mercosul têm somado esforços para aprofundar a integração no bloco utilizando a cultura como uma das vias para atingir esse objetivo. No entanto, em que pese a institucionalização do Mercosul Cultural e os acordos resultantes das RMC, as opiniões acerca de seus resultados práticos divergem bastante entre os especialistas no assunto. Segundo Maria Susana Arrosa Soares, doutora em Estudos Latino-Americanos, poucas iniciativas acordadas nas reuniões foram de fato implementadas pelos países mercosulenhos. Em artigo publicado em 2008 ela defende a visão de que o Mercosul Cultural permanece no plano do discurso.

A cultura ingressou na agenda do Mercosul ao final dos anos 90. Foi somente então que ela passou a ser objeto de discussões no Bloco, mas de forma mais retórica do que prática. A cultura, ainda na atualidade, é considerada algo supérfluo e de valor apenas simbólico. Ela não é valorizada nem como um instrumento de aproximação das sociedades nem como facilitadora do avanço da integração regional. A inexistência de uma diplomacia cultural no Bloco, e nos países que o integram, é um indicador da ausência de atividades de promoção cultural voltadas ao conhecimento dos patrimônios culturais e dos “hábitos do coração” de suas populações.¹⁰

Para Mônica Leite Lessa, doutora em História do Mundo Contemporâneo, muitos avanços foram conquistados desde o advento do Mercosul Cultural, mesmo com todas as dificuldades estruturais que os países do bloco enfrentam. Em dois artigos a autora sustenta a ideia de que a cultura tem sido, ainda que lentamente, reconhecida pelo Mercosul como via de estreitamento de laços políticos, como propulsora do desenvolvimento social e econômico e como meio de atração de recursos e investimentos.

[...] passada mais de uma década após a assinatura do *Protocolo de Integração Cultural do Mercosul*, os avanços no âmbito dos assuntos culturais parecem erráticos e insuficientes, se aferidos do ponto de vista da economia da cultura ou da agenda da política externa dos países. Alguns autores estimam que o Mercosul não tem uma política cultural e isso porque a cultura não tem centralidade na construção do bloco regional. Concordamos, em parte, com essa visão, que, por sua vez, reflete uma realidade dos países mercosulenhos. Se, porém, considerarmos que antes do Mercosul Cultural pouco ou quase nada existia em termos de relações culturais entre o Brasil e os demais países da América do Sul, podemos ser mais otimistas em relação à empreitada iniciada em 1992. A evolução da institucionalização dessa

8. SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 17-18.

9. MERCOSUR. *Protocolo de Integración Cultural del Mercosur*. Fortaleza, 17 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/show?contentid=588>>. Acesso em: 02 jul. 2010.

10. SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 51, Vol. 1, Brasília: 2008. p. 53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a03v51n1.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2010.

política regional não apenas progrediu para a execução de ações culturais conjuntas, mas ainda suscitou e promoveu uma série de reflexões que, talvez em um momento raro, reuniu uma plêiade de intelectuais sul-americanos interessados em trabalhar em prol de uma 'cultura da integração'.¹¹

Já o uruguaio Hugo Achugar, atual diretor nacional de cultura do *Ministerio de Educación y Cultura*, em artigo datado de 1994, afirmou que um dos problemas da integração no Cone Sul era, então, a quase restrita participação das grandes cidades.¹² Em 1995, foi fundada a Rede Mercocidades com o objetivo de integrar os municípios do Mercosul. Atualmente, a rede conta com 228 cidades associadas, incorporando, além de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, mais quatro países do continente: Venezuela, Chile, Bolívia e Peru.¹³

Ao longo do artigo, Achugar aponta diversas dificuldades no setor da cultura e na sua instrumentalização, em nível nacional e internacional. Nesse sentido, em busca de uma justificativa para a posição marginal da cultura nos processos decisórios, o autor relata:

Talvez uma das heranças mais persistentes da modernidade, e com uma aura indiscutível, [...] seja a da autonomização da esfera cultural. Essa autonomização da sociedade civil, mas também o intuito de autonomizar a arte e a cultura das leis do mercado, contribuiu para criar ou reforçar a noção de que arte e cultura não eram zonas produtivas. Mais ainda, entendeu-se que cultura e mercado eram inimigos, que sua relação implicava a degradação da cultura. Isso levou ao financiamento problemático e deslocou muitas vezes a discussão para temas vinculados a financiamento público ou privado da cultura.¹⁴

Desde sua criação, o Mercosul Cultural abrange em sua agenda temas como direitos autorais, capacitação, patrimônio, legislação, indústria cultural, promoção do idioma guarani, políticas culturais e gestão. Na *Primeira Reunião de Ministros da Cultura*, realizada em Buenos Aires no ano de 1995, foram constituídas quatro comissões técnicas, quais sejam: 1) Redes de Informação; 2) Capacitação; 3) Patrimônio e; 4) Indústrias Culturais. Ao longo dos anos, as duas primeiras comissões foram suprimidas, dando lugar às seguintes: Biblioteca do Mercosul; Treinamento; e Legislação Cultural.¹⁵ Neste trabalho, somente a comissão de Patrimônio será examinada. Embora haja essa separação entre indústrias culturais e patrimônio no Mercosul Cultural, veremos que na classificação da UNCTAD o patrimônio é um subgrupo das indústrias culturais. Acredita-se que a separação no Mercosul é devida ao fato de alguns setores da Economia da Cultura demandarem intensa aplicação de tecnologia, sendo, portanto, preferível sua disposição em uma comissão distinta. Esse problema de ordem metodológica é bastante comum nos estudos sobre a Economia da Cultura.

11. LESSA, Mônica Leite. Mercosul Cultural: Desafios e Perspectivas de uma Política Cultural. In: VII Encontro Internacional do Fórum Universitário do Mercosul. Eixo 14. Espaço, arte e cultura na América Latina. GT 24 - A dimensão da Cultura numa perspectiva latinoamericana: identidade, patrimônio, indústria e gestão cultural. Foz do Iguaçu, 2009.

12. ACHUGAR, Hugo. A Política Cultural no Acordo Mercosul. In: *Estudos Avançados*. 1994, vol.8, n.20. São Paulo: 1994. pp. 215-229. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a21.pdf>>.

13. MERCOCIDADES. *Descrição da rede*. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2251>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

14. ACHUGAR. Op. cit., p. 227.

15. MERCOSUL. *Estrutura Institucional*. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/estrutura.html>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

Cabe ressaltar, ainda, que ambas as visões, romântica e pragmática, da cultura serão discutidas nas linhas que seguem. A abordagem econômica da cultura, tema relativamente recente nas agendas internacionais, é tema frequente nas atas do Mercosul Cultural. A evolução do aparato tecnológico e a aplicação de capital criativo contribuíram para a valorização da cultura e das indústrias culturais. Em 1995, Canclini apontou para a necessidade de elaborar políticas públicas eficazes para a cultura e afirmou que muitas dessas questões permanecem “destratadas” pelos agentes principais. Segundo o autor,

As políticas culturais dos Estados continuam centradas na preservação de patrimônios monumentais e folclóricos e em promover as artes cultas que estão perdendo espectadores (artes plásticas, teatro, música erudita).¹⁶

E defende que

Sem dúvida é necessário expandir o apoio à literatura e às artes não industrializadas, mas neste momento não parece convincente dizer que estamos promovendo o desenvolvimento e a integração cultural quando carecemos de políticas públicas para os meios de comunicação de massa, através dos quais 90% dos habitantes do continente se entretêm e se informam.¹⁷

A perspectiva de Canclini se coaduna com o fomento ao patrimônio monumental e folclórico quando consideramos que os meios de comunicação de massa são, em nossos dias, elementos indispensáveis para a consolidação de uma política cultural para o patrimônio. Em obra datada de 1984, Sergio Miceli, ao discorrer sobre a política para o patrimônio no Brasil, relata:

Do mesmo modo em que não podemos conceber cultura de massa sem vinculação das manifestações conjunturais aos referenciais históricos mais permanentes da sociedade, não podemos conceber uma preservação patrimonial [...] que não seja uma preservação de massa. [...] Não se pode preservar a cultura do caju, ou a música popular, sem comercialização e industrialização. Como também não se podem preservar cidades históricas e conjuntos urbanísticos sem o apoio de tecnologias industriais, sem o amplo uso dos meios de comunicação de massa. A preservação patrimonial é uma das áreas da cultura de massa.¹⁸

Conquanto essa relação seja óbvia, não farei um exame acerca das políticas para promoção dos meios de comunicação de massa. Apenas considerarei que estes meios – que são indústrias criativas, assim como o patrimônio cultural – podem atuar como agentes difusores dos projetos e intensificadores dos resultados das políticas culturais.

Nos próximos itens deste capítulo serão apresentados os conceitos que permeiam o campo da Economia da Cultura, sua evolução, sua importância e seus paralelos com as Relações Internacionais.

16. CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 183.

17. *Ibidem*, p. 185.

18. MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 38.

A ECONOMIA DA CULTURA: PROBLEMÁTICA

De fato, ao se tratar do tema “cultura” em uma obra acadêmica, qualquer que seja o enfoque adotado, a primeira etapa que se apresenta ao pesquisador é o delineamento do conceito com o qual se pretende trabalhar. Em conformidade com tal assertiva, a ideia de “cultura” – constructo com diversos indicadores – que permeia as discussões subsequentes refere-se a dois postulados: o antropológico e o funcional.

Segundo Laraia, o conceito antropológico de cultura, da forma como é conhecido em nossos dias, foi forjado por Edward Tylor em 1871 como o “complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.¹⁹ O que Tylor logrou em 1871 foi elaborar um arranjo das concepções de cultura existentes, incorporando aspectos tangíveis e intangíveis, por assim dizer, do universo semiótico do homem. Ao longo do século XX, esse arranjo engendrou um inchaço do constructo visto que definições amplas e genéricas passaram a açambarcar qualquer elemento de ordem inteligível ou sensível. Um século após Tylor, o antropólogo norte-americano Clifford Geertz apontou para a necessidade de contração do que se entende por cultura. Segundo ele, deve ser entendida como um sistema simbólico que modela o comportamento dos membros de um determinado grupo.²⁰

Tylor também compreendia a diversidade de culturas como produto de diferentes estágios evolutivos coexistentes na civilização – perspectiva bastante polêmica, pois é fonte de toda a sorte de racismos e etnocentrismos de que se tem notícia. Ainda que esta visão seja reflexo do momento histórico em que foi produzida – Tylor foi contemporâneo da teoria evolucionista de Darwin²¹ –, ela não mais encontra espaço para se desenvolver de maneira legítima no momento em que a valorização da diversidade cultural, sem estratificações, encontra seu auge – o século XXI.

O primeiro a trabalhar com o chamado “relativismo cultural” foi o alemão Franz Boas, no alvorecer do século XX. O princípio axiomático desse pensamento pode ser resumido na recente afirmativa do antropólogo Marshall Sahlins: “*culture comes in kinds, not degrees*”²². Felizmente, o legado de Boas permanece como ideia dominante na contemporaneidade, presente em variadas correntes de pensamento.

Diante da proposta de tratar a cultura como instrumento para a promoção da cooperação, da identidade e do respeito entre os povos, o conceito antropológico mais adequado para este trabalho é aquele expresso por Geertz na década de 1970 – o da cultura como um código que envolve crenças, costumes, linguagem e práticas de um grupo específico e que gera um sentimento de identidade entre seus membros.²³

O entendimento de que múltiplos códigos coexistem e de que não há uma hierarquia entre os mesmos foi posto de forma clara na *Declaração sobre a Diversidade Cultural* e na 19. TYLOR apud LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p. 25.

20. LARAIA. Op. cit.

21. Ibidem. p. 33.

22. SAHLINS, Marshall. Sentimental Pessimism and Ethnographic Experience; or, Why Culture Is Not a Disappearing Object. In: DASTON, Lorraine (Ed.) *Biographies of Scientific Objects*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2000. p. 163.

23. LARAIA. Op. cit., p. 59-63.

Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, ambos documentos da UNESCO elaborados em 2001 e 2005, respectivamente. De acordo com esta agência das Nações Unidas, a cultura pode ser entendida como:

o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.²⁴

Já o conceito funcional de cultura refere-se às atividades e aos produtos resultantes das mesmas. Considera aspectos morais, intelectuais, estéticos e artísticos. Adam Smith, pai da Economia clássica, fez uso dessa abordagem, pois tratando a cultura por seus aspectos funcionais, reconheceu sua importância na edificação do gênero humano, mas não chegou a classificá-la como uma fonte de riquezas para as nações²⁵. Segundo Paul Tolia, economista e ex-diretor do Departamento de Estudos Socioeconômicos do Ministério da Cultura da França,

os fenômenos culturais não poderiam encontrar um grande espaço nas ideias e nas preocupações dos economistas clássicos porque a própria estrutura da doutrina econômica, a arquitetura de seus conceitos e seus pressupostos, excluía a cultura do campo da observação útil e legítima em economia.²⁶

Para o economista David Throsby, a concepção funcional de cultura engloba atividades que partilham de três características, quais sejam:

- as atividades consideradas envolvem alguma forma de criatividade em sua produção;
- referem-se à geração e comunicação de conteúdo simbólico; e
- sua produção incorpora, no mínimo potencialmente, alguma forma de propriedade intelectual.²⁷

Os conceitos acima esboçados, entendidos em conjunto, levam à concepção de cultura como princípio ordenador da(s) sociedade(s) e são fundamentais para o desdobramento da análise econômica da cultura. Segundo Françoise Benhamou, as primeiras obras sobre o assunto propriamente dito surgiram nos Estados Unidos, na década de 1970.²⁸ Para a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), a Economia da Cultura é a aplicação da análise econômica nas artes, no patrimônio e demais indústrias culturais, tanto públicas quanto privadas.²⁹

Em virtude de se tratar de um tema em crescente valorização na arena internacional, sobretudo a partir das duas últimas décadas, como se verá adiante, cabe registrar a trajetória e evolução dos conceitos que o norteiam, embora sua delimitação ainda seja motivo de frequentes debates na atualidade.

24. UNESCO. *Mexico City Declaration on Cultural Policies*. Mexico, 1982. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

25. BENHAMOU, Françoise. *A Economia da Cultura*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2006. p. 16.

26. TOLILA, Paul. *Cultura e Economia: Problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2007. p. 26.

27. THROSBY, David. *Economics and Culture*. United Kingdom: Cambridge, 2001. p. 4.

28. BENHAMOU. Op. cit., p. 17.

29. UNCTAD. *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making*. 2008. p. 11.

O conceito de “indústria cultural” foi criado em meados da década de 1940 por Max Horkheimer e Theodor Adorno, representantes da Escola de Frankfurt, com clara orientação marxista. Naquele momento, os dois intelectuais encontravam-se sob exílio nos Estados Unidos e foram convidados a desenvolver pesquisas sobre os impactos dos meios de comunicação no tecido social daquele país. Ao forjarem o conceito, a ideia era unir termos aparentemente opostos – cultura e indústria – com o objetivo de causar choque e denunciar os efeitos da “cultura afirmativa”, ou seja, daquela que propicia “a integração ao *status quo*” e que também pode ser entendida como cultura de massa.³⁰ É digno de nota que os estudos desenvolvidos pelos representantes da Escola de Frankfurt em solo americano foram concomitantes à expansão do *american way of life* pelo continente, seguindo os pressupostos da política externa de Franklin Roosevelt e de seu secretário de Estado, Cordell Hull. A esse respeito, Gerson Moura discorre:

proclamava-se naquela época a ideia de uma *política de boa vizinhança* entre os Estados Unidos e os demais países americanos. Essa boa vizinhança significaria um convívio harmônico e respeitoso entre todos os países do continente. Significaria também uma política de troca generalizada de mercadorias, valores e bens culturais entre Estados Unidos e o restante da América.³¹

Dessa forma, fica evidente que a intenção de Washington de disseminar o aparato ideológico no exato período do pós-guerra – momento em que se configurou de maneira acirrada o conflito Leste-Oeste – por meio das indústrias culturais, tinha como fim cativar corações e angariar fundos. Os Estados Unidos lançaram, assim, seu projeto hegemônico por meio da cultura e da ideologia que esta incorporava. Esse, no entanto, é um sentido negativo da indústria cultural, pois está intimamente atrelado a uma suposta padronização dos comportamentos e das visões de mundo – a uma homogeneização – que, pelo prisma de alguns países em desenvolvimento, poderia ser a via para o alcance de uma condição socioeconômica mais satisfatória, uma vez que, incorporando valores do *hegemon*, seriam o reflexo de um mundo dado como ideal. Porém, de acordo com os críticos de Frankfurt, “a instrumentalização das coisas torna-se a dos indivíduos”.³² O sucesso tornou-se ilusão.

Cabe ressaltar que na evolução teórico-metodológica da disciplina de Relações Internacionais, a Teoria Crítica, surgida como contribuição aos debates interparadigmáticos travados nos anos 1980, é caudatária da Escola de Frankfurt e, com base epistemológica pós-positivista, tem como objetivo analisar as estruturas históricas – ideias, instituições e recursos materiais – que formam o poder hegemônico para, assim, buscar uma via de emancipação do ser humano das estruturas coercitivas e alienantes.³³ Ao lado da Teoria Crítica, caminha o Pós-Modernismo que, ao desconstruir os discursos de poder e classificá-los como arbitrários, pretende subverter a dinâmica de dominação/exclusão no cenário global.³⁴ Este trabalho compartilha das mesmas orientações, embora não siga os preceitos

30. MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 73-80.

31. MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 8.

32. MATTELART. Op. cit., p.81.

33. NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Capítulo 5: A Teoria Crítica.

34. SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 239-247.

modelo se traduz na defesa da valorização da cultura como instrumento de resistência à hegemonização/homogeneização que poderá abrir passagem para a constituição de uma anarquia *anti-hobbesiana* do universo simbólico e multi-identitário, com justaposição de culturas, desenvolvimento e geração de riqueza.

No que se refere à dita homogeneização dos comportamentos e das visões de mundo, o sociólogo Renato Ortiz defende que, de outra forma, deve-se falar em “hegemonização”. Segundo o autor, o processo de globalização econômica e tecnológica verificado em nossos dias não se aplica à cultura, ou melhor, às culturas. O que ocorre com esse plano específico é o desenrolar do que ele caracteriza por “mundialização” – uma cultura que exerce hegemonia sobre as demais, influi em seus códigos culturais, muitas vezes ressignificando-os, mas sem que isso resulte necessariamente em extinção. Em suas palavras:

Quando falamos de uma economia global, nos referimos a uma estrutura única, subjacente a toda e qualquer economia. Os economistas podem inclusive mensurar a dinâmica desta ordem globalizada por meio de indicadores variados: as trocas e os investimentos internacionais. A esfera cultural não pode ser considerada da mesma maneira. Uma cultura mundializada não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais, ela coabita e se alimenta delas.³⁵

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, muitos estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa foram levados a cabo. Em 1964, foi criado na Universidade de Birmingham, o *Centre of Contemporary Cultural Studies*, com a finalidade de investigar as “formas, práticas e instituições culturais e suas relações com a sociedade e a transformação social”.³⁶ Já nos 1970, surgiram as primeiras obras que associavam esses mesmos meios de comunicação à lógica econômica, porém sem ligação direta com os pesquisadores de *Cultural Studies*.

A relação entre cultura e economia se dá na medida em que as duas compartilham do critério de “valor”, embora com diferentes conotações. Se para a Economia a noção de valor está atrelada aos custos ao longo da cadeia produtiva e condicionada pela demanda, para a cultura a fonte de valor, segundo Throsby, pode ser de seis tipos: estético, espiritual, social, histórico, simbólico e de autenticidade. Uma mesma obra pode incorporar mais de um tipo dessas fontes.³⁷ Na Economia da Cultura, portanto, essas duas faces do conceito de valor devem ser consideradas.

Throsby também afirma que é possível encontrar apontamentos em trabalhos de economistas do século XVIII, como o de David Hume e o de Adam Smith. No entanto, a década de 1960 é considerada o marco dos estudos sistemáticos sobre a “economia das artes”.³⁸ De acordo com Françoise Benhamou, dois métodos de estudo caracterizam os trabalhos sobre a Economia da Cultura desse período: um afirmava que “a economia cultural é dependente das subvenções públicas” e outro defendia “os vínculos com os

35. ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 26-27.

36. MATTELART. Op. cit., p. 105.

37. THROSBY, David. *Economics and Culture*. United Kingdom: Cambridge, 2001. p. 28-29.

38. THROSBY, David. Introduction and Overview. In: GINSBURGH, Victor A; THROSBY, David (Eds.). *Handbook of the Economics of Art and Culture*. Vol. 1. Amsterdam: North-Holland, 2006. p. 4.

paradigmas tradicionais da economia política”.³⁹ Para os autores dessa segunda corrente, a política governamental estaria atrelada à racionalidade técnica, atendendo às lógicas do mercado. A partir dos anos 1990, o campo expandiu seu domínio para áreas como demanda, produção, organização industrial, mercado de arte, história, mercado de trabalho, direitos autorais, perfil empresarial e subsídios públicos.⁴⁰

O contexto internacional que o planeta experimentava entre meados da década de 1950 ao final da de 1970, de maneira geral, era o da distensão gradual do conflito entre as duas superpotências. Conhecer os fatos históricos observados nesse período é crucial para o entendimento do desenrolar do conceito de “indústrias culturais” ao longo desses anos.

O processo de descolonização afro-asiática verificado no decorrer das décadas de 1950 e 1960 trouxe novos atores ao concerto das nações e, conseqüentemente, a necessidade de reafirmação das culturas subjugadas. No comunicado final da Conferência de Bandung (1955), que reuniu vinte e nove Estados no que viria a ser conhecido como o Movimento dos não-Alinhados, ficou expressa a intenção de valorizar as culturas dos povos que estavam sob domínio colonial. O texto da carta preconiza:

Algumas Potências coloniais negaram aos povos os direitos fundamentais no campo da educação e da cultura, o que obstaculiza o desenvolvimento de sua personalidade, assim como as trocas culturais com outros povos asiáticos e africanos. [...]

A Conferência considera que tal política equivale a um desafio dos direitos fundamentais do homem, atrasa o progresso cultural nesta região, e impede a cooperação cultural no plano internacional. A Conferência condena essa negação dos direitos do homem no campo da educação e da cultura em algumas partes da Ásia e da África, através desta e outras formas de opressão cultural.⁴¹

Nos anos 1970, esse desejo de autodeterminação, somado ao do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, fez com que os debates sobre a desigualdade dos fluxos informacionais e trocas culturais atingissem escala global. Em 1977, foi criada uma “comissão internacional para o estudo dos problemas da comunicação”⁴², cujo trabalho resultou, segundo Mattelart, no

primeiro documento oficial emitido sob os auspícios de um organismo representativo da comunidade internacional que reconhece, expõe claramente a questão do desequilíbrio do fluxo e interroga-se sobre as estratégias a aplicar para remediar tal situação.⁴³

Nesse sentido, é possível afirmar que os países que compunham esse movimento reconheceram sua posição desfavorável na economia-mundo e no sistema-mundo e não mais poderiam permitir a interferência estrangeira em seus códigos culturais. O chamado Terceiro Mundo oficializou, assim, sua luta contra o monopólio da violência simbólica.

39. BENHAMOU. Op. cit., p. 17-18.

40. THROSBY, David. Introduction and Overview. Op. cit., p. 5-6.

41. La Documentation Française, AD 0176-0200-0201 et AD 0196-0207. Apud: Kátia M. de Queirós Mattosos. *Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea (1789-1963)*. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 200-1.

42. MATTELART. Op. cit., p. 120.

43. *Ibidem*. p. 120.

Desde então, os debates na arena internacional, no âmbito da UNESCO, principalmente, caminharam lentamente no processo de reconhecimento, valorização e fomento da diversidade cultural (conforme se verá no item 1.3), em respeito aos princípios de igualdade e de autodeterminação dos povos.

Diante desse quadro, o conceito de “indústria cultural” perde seu sentido negativo, de “Leviatã” ou de instrumento sob controle do *hegemon*, e passa a um sentido mais positivo, na medida em que se filia ao projeto de desenvolvimento das nações e de entendimento entre as diferentes culturas.

Para que o espírito se movimentasse nessa direção, foi preciso reconhecer e debater em âmbito internacional a cultura como direito humano – fato que ficou expresso na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) – e liberta de qualquer tipo de opressão, conforme estabeleceu o *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos* (1966). Alguns anos depois, a relação entre cultura e desenvolvimento seria tratada pela primeira vez, em escala multilateral, na *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*, realizada no México em 1982, também conhecida como MONDIACULT. Na ocasião, a comunidade internacional consentiu em promover políticas culturais que dessem suporte à diversidade cultural e em legitimar a vantajosa ligação entre a cultura e o desenvolvimento social.⁴⁴

Para a análise econômica, a relação entre cultura e desenvolvimento trouxe um novo paradigma: se até então afirmava-se que o mero consumo estava intimamente relacionado à utilidade ou funcionalidade, o consumo cultural rompe com essa ideia uma vez que envolve bens com valor simbólico.⁴⁵

Contudo, a grande novidade no debate recente sobre o assunto é a de que este ramo da Economia não está mais restrito ao campo da arte, como indicam os primeiros escritos, datados em torno de 1960 e 1970. O reconhecimento de que a criatividade é inerente a todos os países e sociedades e de que a mesma é insumo primário na produção de bens com valor simbólico, somado ou não ao caráter funcional, resultou em uma inflexão no emprego do conceito de “indústria cultural”, que passou a incluir outras atividades como o cinema e a edição de livros, por exemplo.

Na *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais* (2005), a UNESCO define ‘indústrias culturais’ como indústrias que “produzem e distribuem bens e serviços culturais”.⁴⁶ No mesmo documento, define “atividades, bens e serviços culturais” da seguinte maneira:

‘Atividades, bens e serviços culturais’ referem-se às atividades, bens e serviços que, considerados sob o ponto de vista da sua qualidade, uso ou finalidade específica, incorporam ou transmitem expressões culturais, independentemente do valor comercial que possam ter. As atividades culturais podem ser um fim em si mesmas, ou contribuir para a produção de bens e serviços culturais.⁴⁷

44. UNESCO. *Mexico City Declaration on Cultural Policies*. Mexico, 1982. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

45. BENHAMOU. Op. cit., p. 29.

46. UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris, 2005. Artigo 4, parágrafo 5. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

47. UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Op. cit., Artigo 4,

O apelo por autodeterminação dos países em desenvolvimento, que queriam representatividade no mosaico mundial das culturas, além de ter resultado em medidas de preservação em escala internacional – grande parte dos primeiros patrimônios da humanidade reconhecidos pela UNESCO, no final dos anos 1970, está localizada nesta categoria de países⁴⁸ –, também culminou, algumas décadas depois, na formulação da Convenção de 2005 – um acordo multilateral de incentivo às indústrias culturais, que instituiu o Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, como via para incrementar o processo de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, os levantamentos sobre os benefícios adquiridos pelos países desenvolvidos por meio da Economia da Cultura ou, de forma mais abrangente, da Economia Criativa, conduziram à crença de que também poderiam ser conquistados gradativamente se aplicados nos países em desenvolvimento.

De acordo com o exposto, as demandas por autodeterminação e por respeito às variadas culturas são atendidas; incentiva-se a diversidade cultural como contrapeso ao processo de globalização e; articula-se em escala internacional um fluxo de bens culturais cujas criação, produção e distribuição atrelam um sem-número de atividades, gerando emprego e atraindo investimentos, ao passo que promove o aperfeiçoamento do capital intelectual.

Com efeito, cabe ressaltar que o Terceiro Mundo não inaugurou um movimento contrário à globalização tecnológica. Porém, preconizavam que esta deveria se estabelecer de forma sustentável, sem prejuízo das culturas nativas.

Retornando às delimitações terminológicas, o conceito de “indústria criativa”, mais recente que o de “indústria cultural”, surgiu em 1994, na Austrália, e remete, segundo a economista Ana Carla Reis, à “importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural”.⁴⁹ A autora ainda relata, ao longo de sua explanação, que a ampliação do conceito, de culturais para criativas, incluiu setores efetivamente incorporados pelas políticas econômicas.⁵⁰

Já o termo “Economia Criativa” surgiu em 2001, no livro do economista inglês John Howkins intitulado *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas*. Segundo o autor, “criatividade não é algo novo e nem a economia, mas o que é novo é a natureza e o alcance da relação entre elas e como elas combinam na criação de extraordinário valor e riqueza”.⁵¹

A Economia Criativa é um conceito ainda em evolução, de acordo com a UNCTAD. Esse ramo trabalha com as indústrias criativas que, por sua vez, englobam as indústrias culturais. Este aspecto se deve ao fato de que as indústrias criativas possuem um caráter eminentemente comercial, compreendendo uma vasta gama de atividades, desde os *softwares* até o patrimônio cultural, tangível e intangível. Já as indústrias culturais referem-se precisamente aos bens que, nesta categoria, assumem valor simbólico, que transcende o meramente econômico ou mercadológico. Em virtude disso, alguns intelectuais preferem o termo “Economia da Cultura” ao tratar do assunto pois “sentem-se desconfortáveis com a

parágrafo 4.

48. UNESCO. *World Heritage List*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

49. REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. Introdução. p. 16.

50. Ibidem. Introdução. p. 14-49.

51. HOWKINS apud UNCTAD. Op. cit., p. 15.

ênfase dada aos aspectos de mercado no debate sobre as indústrias criativas e, portanto, sobre a Economia Criativa”.⁵²

Recentemente incluída na agenda internacional para o desenvolvimento, a Economia da Cultura é um campo que ainda enfrenta ampla discussão nos meios político e acadêmico. Os conceitos que envolvem a disciplina ainda estão em evolução e encontram variações de país a país. Esse fato se deve, em certo sentido, à complexa rede de culturas existentes, cada qual valorizando aquilo que lhe é peculiar e/ou a parte de seu código simbólico que atende à “era do contentamento”.⁵³ No entanto, para efeito de um primoroso levantamento sobre os indicadores socioeconômicos, a falta de convergência dos modelos de análise compromete a eficácia de um sistema comparativo.

O modelo adotado para este trabalho é o elaborado pela UNCTAD. De acordo com essa classificação, as indústrias criativas são assim definidas:

ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários. Elas incluem um conjunto de atividades que produzem bens tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado.⁵⁴

E nelas estariam incluídos quatro grandes grupos: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais.⁵⁵

O grupo que compreende o patrimônio cultural (*heritage*) é, por sua vez, dividido em dois subgrupos, quais sejam: expressões culturais tradicionais, voltado às manifestações de caráter imaterial, e sítios culturais, que concentra o patrimônio tangível ou material.⁵⁶ Este trabalho terá como foco precisamente o último subgrupo, que compreende os monumentos, sítios e museus. Será considerada, também, a definição de patrimônio cultural estabelecida pela UNESCO em 1972:

- monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.⁵⁷

52. UNCTAD. Op. cit., p. 11.

53. A ‘era do contentamento’, segundo John Kenneth Galbraith, é aquela em que as doutrinas políticas e econômicas atendem aos ditames da maioria satisfeita – os mais afortunados e favorecidos. O autor cunhou esta expressão ao analisar a conjuntura social, política, econômica e militar dos Estados Unidos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. A relação que se pretende estabelecer entre a era do contentamento e a valorização de certos aspectos em determinadas culturas é a de que aquela funcionaria como um filtro do que seria ou não aceito como mercadoria potencial nos fluxos internacionais de bens culturais.

54. UNCTAD. Op. cit. p. 4.

55. Ibidem. p. 13.

56. Ibidem. p. 14.

57. UNESCO. *Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

A relação entre patrimônio cultural e economia não é, em um primeiro momento, facilmente verificada. O caráter precisamente não-lucrativo dos bens assim definidos justifica essa dificuldade. Para David Throsby, no entanto, essa relação é óbvia. O economista afirma que a ideia de crescimento econômico ainda está muito atrelada na renda *per capita* e nos recursos materiais e defende que a qualidade de vida tenha a mesma relevância como um indicador.⁵⁸ Observar o crescimento econômico desta maneira implica uma nova visão sobre o desenvolvimento. De acordo com o Banco Mundial, a cultura contribui para:

- proporcionar novas oportunidades para comunidades pobres gerarem rendimentos a partir de sua própria bagagem cultural;
- catalisar o desenvolvimento em nível local;
- conservar e gerar receitas por meio de bens culturais já existentes;
- fortalecer o capital social; e
- diversificar as estratégias de desenvolvimento humano e capacitação.⁵⁹

Tratando do patrimônio cultural especificamente, Throsby relata que a análise custo-benefício de projetos para a área deve ser dividida em três categorias: valor de uso, valor de não-uso e externalidades. O valor de uso é aquele medido pelo comércio de produtos e serviços, como o turismo. O valor de não-uso, característico dos bens que Paul Tolila chama de “não exclusivos e não rivais no consumo”⁶⁰, tem caráter essencialmente simbólico e pode ser de três tipos: de existência, de opção e de legado; e as externalidades são benefícios adquiridos por outros agentes, não diretamente envolvidos no projeto.⁶¹

O valor de não-uso possui critérios subjetivos para ser fixado. Conforme visto, as fontes de valor cultural podem ser de seis tipos: estético, espiritual, social, histórico, simbólico e de autenticidade. Geralmente, esse tipo de valor é atribuído a bens que perderam sua função de origem, como o patrimônio cultural. Por esse motivo, muitas vezes são considerados como de baixo valor econômico. No entanto, é preciso atentar para o fato de que a Economia da Cultura trabalha com uma noção dual de valor e que ambas as noções devem ser consideradas se se almeja um desenvolvimento socioeconômico firmado na diversidade e na sustentabilidade.

Por fim, para evitar possíveis equívocos, é importante salientar que alguns autores não tratam o patrimônio cultural como uma indústria. O mesmo tratamento se observa nas comissões técnicas do Mercosul Cultural. No entanto, em virtude de aproveitamento das estatísticas e indicadores da UNCTAD, a qual trata dos dois campos em conjunto, este trabalho assim o considerará.

IMPORTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL

Tendo a nação, ou o Estado, como nível de análise da importância da Economia da Cultura, faz-se necessária a conceituação de “política cultural”, bem como sua aplicação pelo aparelho estatal. Essa necessidade é devida ao fato de que o Estado, como principal

58. THROSBY. Op. cit., p. 61-73.

59. World Bank apud THROSBY, op. cit., p. 70-71.

60. TOLILA, op. cit., p. 29.

61. THROSBY, op. cit., p. 78-79.

veiculador das políticas públicas, promove, coordena e estabelece as diretrizes da Economia da Cultura no âmbito de sua política cultural.

De fato, as políticas culturais não constituem novidade no rol de possibilidades de que o Estado e a sociedade política dispõem para atingir seus objetivos. Alguns autores chegam mesmo a apontar sua origem no mundo antigo, seja na esplendorosa Grécia do século V a.C ou na Roma do século de Augusto (27 a.C. – 14 d.C.), de onde vem a figura de Mecenas, encarregado dos assuntos culturais do imperador romano. O termo *mecenato*, principalmente a partir do Renascimento, devido à incorporação de elementos da Antiguidade Clássica, passou a designar qualquer patrocínio ou apoio do poder político ou econômico direcionado aos artistas ou produtores culturais.⁶²

Nos séculos XVIII e XIX, com a Revolução Industrial e com o movimento operário dela decorrente, a instrumentalização da cultura para favorecimento dos detentores do poder político passou a ser questionada pelos intelectuais marxistas e anarquistas – muitos deles afastados do circuito auspiciado pelo governo –, os quais pregavam a “importância do valor da cultura como arma de transformação social”.⁶³ Para Feijó, essas doutrinas teriam inaugurado a perspectiva das políticas culturais como forma de transformação social, inclusiva e elucidativa, já que até aquele momento o acesso ao aparato cultural era, mormente, privilégio das classes mais abastadas e a difusão era arquitetada pelo governante e seus subsidiários.

Na contemporaneidade, com a emergência de novos atores nos cenários nacional e internacional, a política cultural pode se apresentar, em alguns países, de maneira descentralizada, ou seja, pode ser implementada por uma organização não-governamental, por uma fundação etc. Contudo, segundo Lessa,

a política cultural não se realiza sem a autorização, o acordo e o apoio (político e/ou econômico) do Estado, quando não é francamente planejada, dirigida e subvencionada pelo mesmo.⁶⁴

Considerando que o Estado, no sistema anárquico, procura defender sua soberania, é possível inferir que a política cultural funciona como cerco do caráter nacional, mantendo ou construindo laços de identidade e, em última análise, assegurando sua própria estrutura territorial. Ao lado desses objetivos, sem sombra de dúvida, caminha a ótica econômica da cultura.

A pergunta que se faz, no entanto, é: por que a “mão invisível” de que falava Adam Smith não se estende à Economia da Cultura? Em outras palavras, qual a razão da intervenção direta ou indireta do Estado na cultura? Segundo Benhamou,

As particularidades da demanda podem necessitar da intervenção pública, quer para reduzir as desigualdades sociais mediante a democratização do acesso à cultura, quer para limitar os fatores de incerteza por meio de regulamentações de proteção, quer ainda para assegurar que as gerações futuras desfrutem de um patrimônio conservado e enriquecido.⁶⁵

62. FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é política cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 10-12.

63. *Ibidem*. p. 17-22.

64. LESSA, Mônica. Relações Culturais Internacionais. In: *Olhares sobre o político: novos ângulo, novas perspectivas*. Lená Medeiros, Denise Rollember, Oswaldo Munteal Filho (orgs). Rio de Janeiro, Eduerj, 2002. p. 15.

65. BENHAMOU, Françoise. *A Economia da Cultura*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2006. p. 148.

E ainda:

Toda vez que indivíduos ou empresas têm sua atividade afetada pela existência de um bem ou serviço cultural, aparecem efeitos externos positivos, sem que o produtor receba em troca um pagamento. Os efeitos externos podem ser privados, mediante a promoção do turismo, por exemplo, ou públicos, através da melhora do nível de civilização de uma nação. O mercado, por ignorar esses efeitos externos positivos, tende naturalmente a manter a produção abaixo do nível ótimo. O papel do Estado é, então, contribuir para o financiamento da produção, se o agente que se beneficia com essas consequências não o fizer.⁶⁶

Dessa forma, ficam claras as razões pelas quais a cultura não prescinde do apoio do Estado e é provável que assim seja por muito tempo, ainda que o tema da descentralização administrativa e do apoio à diversidade cultural – que pode motivar reivindicações por autogestão – sejam frequentes nos debates sobre políticas culturais, nacionais ou não, travados ao longo das últimas três décadas. Mesmo em países como os Estados Unidos, com um sistema “federativo” de política cultural,⁶⁷ ou seja, onde as unidades federativas organizam grande parte da política cultural, a presença do Estado é requerida.

Reconhecendo a importância das políticas culturais para o desenvolvimento, a *Conferência mundial sobre as políticas culturais*, realizada em 1982 no México, esboçou alguns princípios que devem orientar a ação dos Estados, como a promoção da identidade cultural, o reconhecimento da dimensão cultural do desenvolvimento, a necessidade de vincular cultura e democracia de acordo com os ditames da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a preservação e o fomento do patrimônio cultural, o incremento da educação e da capacitação para transmissão dos códigos culturais e para estimular o respeito ao próximo, dentre outros princípios.⁶⁸

Com o objetivo de intensificar ou manter atividades potencialmente geradoras de riquezas, não somente no sentido material, a política cultural inclui em seu raio de ação diferentes setores como música, cinema, artes visuais, literatura e museus, por exemplo. Por esse motivo, seu foco pode apresentar profundas variações de país a país, conforme o caso.⁶⁹

Consoante anteriormente explicitado, as políticas culturais não são uma característica da contemporaneidade, entretanto, as primeiras ações nesse sentido tinham o objetivo de outorgar prestígio ao governante e/ou de conferir identidade e coesão à população, ou seja, de conter a sociedade encerrada em um determinado espaço geográfico. O Brasil de D. João VI, por exemplo, já tirava proveito dessa relação quando patrocinou a Missão Artística Francesa em 1816.⁷⁰ O que se observa no século XX é o deslocamento da temática para o eixo multilateral e a disposição em valorizar o caráter plural das culturas em um mesmo país e, por conseguinte, no mundo, atendendo assim às demandas de todas as representações

66. Ibidem. p. 149.

67. DOLLOT apud LESSA, op. cit., p. 16.

68. UNESCO. *Mexico City Declaration on Cultural Policies*. Mexico, 1982. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

69. UNCTAD. *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making*. 2008.

70. SOUZA, Márcio. *Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.

culturais. Elas possuem, portanto, uma pretensão democrática e participativa.

Nesse sentido, as propostas governamentais para a cultura têm se guiado pelas duas noções de valor que a Economia da Cultura apresenta: a cultural e a econômica. Ao equiparar esses valores, a política cultural propõe um novo modelo de desenvolvimento, qualitativo e quantitativo, não mais limitando-se ao jugo das orientações econômicas.

No atual mundo globalizado, o conhecimento e a criatividade “têm profundas implicações para o comércio e para o desenvolvimento”.⁷¹ Considerando o aspecto social, esse desenvolvimento atinge a educação, a geração de empregos, a inclusão e a qualidade de vida.

No que tange a educação, a contribuição dos produtos culturais no processo de aprendizagem, formal ou informal, é amplamente reconhecida. Na verdade, há uma coparticipação, pois tanto os produtos culturais podem atuar na edificação do gênero humano, instruindo-o e integrando-o ao seu ambiente cultural, quanto a educação age como suporte na capacitação daqueles interessados em ocupar uma função no corpo de uma indústria criativa ou estimulando a fruição e o consumo de produtos culturais.

Em relação ao emprego, segundo a UNCTAD, as indústrias criativas – lembrando que na classificação desta agência as indústrias criativas englobam as indústrias culturais, nestas inserido o patrimônio cultural – geralmente, “dão conta de cerca de 2% a 8% da força de trabalho na economia”, dependendo do ramo de atividade.⁷² Essa estatística tem se apresentado em escala crescente e este aumento torna-se mais patente se comparado ao crescimento da taxa de empregos que compreende todos os setores da economia de um país, desenvolvido ou em desenvolvimento.⁷³

O investimento nas indústrias criativas também pode favorecer a inclusão social e a qualidade de vida, uma vez que os programas direcionados ao estímulo da criatividade e da diversidade cultural podem motivar o diálogo intercultural, a participação de talentos marginalizados em comunidades menos favorecidas e a coesão social em torno da identidade.

Por outro lado, atentando para o valor econômico, a Economia da Cultura proporciona aportes para o turismo e impulsiona o comércio de bens e serviços criativos, apresentando considerável dinamismo se comparada a outros setores da economia. Ao enfatizar a importância do setor cultural no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, Tolila relata

Com efeito, desde meados dos anos 1990, os produtos culturais ocuparam o primeiro lugar nas exportações dos Estados Unidos, muito à frente de aviões, carros, agricultura ou armamentos. Essa posição dominante explica, em grande parte, a atitude desse país com respeito às negociações sobre diversidade cultural e deveria estimular a maioria dos outros governos a refletir sobre os desafios colocados pelo desenvolvimento cultural. Isso porque está claro que os Estados Unidos assentaram grande parte da sua influência na capacidade de atração do modelo cultural que eles souberam desenvolver com investimentos massivos.⁷⁴

71. UNCTAD. Op. cit., p. 173.

72. Ibidem. p. 25.

73. Ibidem. p. 150.

74. TOLILA, Paul. *Cultura e Economia: Problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2007. p. 11.

Conforme explicitado no item 1.2., o que distingue os bens e serviços criativos das demais mercadorias é, essencialmente, a aplicação de conteúdo criativo em sua produção e execução. Por esse motivo, circunscrevem uma ampla gama de setores, desde o *design* e os *softwares* até as artes visuais e o patrimônio histórico, envolvendo diferentes graus de intensidade tecnológica. Notadamente, muitos desses bens são passíveis de reprodução, gerando receitas de propriedade intelectual conforme a lei de direitos autorais ou de *copyright* vigente em cada país.

O comércio de bens e serviços dessa categoria econômica gerou, na Europa, um faturamento de 654 bilhões de euros no ano de 2003, representando um crescimento 12% maior em comparação à economia total.⁷⁵ Cientes dos benefícios proporcionados pela Economia da Cultura nos países desenvolvidos, a UNCTAD e a UNESCO, em conjunto com o *United Nations Development Programme* (UNDP), a *World Intellectual Property Organization* (WIPO) e o *International Trade Centre* (ITC), têm incentivado os países em desenvolvimento a investirem sistematicamente no ramo das indústrias criativas, pois além de interferir positivamente nos aspectos sociais mencionados, elas são um forte contributo na luta contra a pobreza, defendendo o desenvolvimento sustentável e a participação de artistas, produtores e pequenas empresas de uma comunidade no crescimento local possibilitando, assim, que sua condição socioeconômica seja mais próspera. Entretanto, os países em desenvolvimento, a despeito de possuírem expressões culturais muito ricas, têm explorado de forma diminuta suas potencialidades. Os principais motivos da baixa expansão relativa da Economia da Cultura nos países em desenvolvimento são a carência de capital, a falta ou escassez de empreendedorismo e capacitação e a debilidade da infraestrutura e das instituições.⁷⁶ De acordo com os dados da UNCTAD, o faturamento das indústrias criativas na América Latina e Caribe aumentou entre os anos de 1996 e 2005, porém timidamente.⁷⁷

Outro relevante aspecto econômico é o turismo. As indústrias criativas têm potencial atrativo para setores como patrimônio cultural, música, teatro e moda, dentre outros. Essa estreita relação fica ainda mais notória quando as indústrias criativas são analisadas de forma interligada, entre elas mesmas e entre outras indústrias, uma vez que o investimento em um setor pode proporcionar benefícios em outro, principalmente em grandes cidades.

The contribution of the creative sector to the economy vitality of cities can be measured in terms of the direct contribution of the sector to output, value added, incomes and employment and further through the indirect and induced effects caused, for example, by the expenditures of tourists visiting the city to experience its cultural attractions. In addition, cities with an active cultural life can attract inward investment in other industries seeking to locate in centres that will provide an enjoyable, stimulating environment for employees.⁷⁸

Esse efeito de transbordamento é o que Throsby denomina *externalidades* quando trata da análise custo-benefício de projetos para o patrimônio cultural. Isso significa que o investimento nesse ramo pode beneficiar outros agentes econômicos, não diretamente envolvidos no projeto. Valendo-se do exemplo de um museu, ele revela:

75. UNCTAD. Op. cit., p. 29.

76. UNCTAD, op. cit., p. 40.

77. Ibidem. p. 112.

78. Ibidem. p. 17.

The presence of a museum within an urban area may generate employment and incomes and have other economic impacts on surrounding businesses and households. Such effects may be important in an economic assessment of the local or regional economy, and are often used by museum directors as a justification for increased financial support from the relevant public funding sources.⁷⁹

Da mesma forma, Barbara Kirshenblatt-Gimblett, professora de “*Performance Studies*” na *Tisch School of the Arts - New York University*, ao analisar a relação entre o turismo, os museus e o patrimônio, afirma que o museu – e a grande indústria de patrimônio da qual ele faz parte – possui um importante papel no processo que faz de um local um destino.⁸⁰

Estatísticas atuais revelam que o turismo internacional continua crescendo nos últimos anos e agências como a *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO) e a UNESCO têm conferido tratamento especial ao turismo cultural devido aos prejuízos sofridos, principalmente pelo patrimônio cultural, resultantes de políticas para o turismo mal formuladas. A esse respeito, a UNCTAD expõe:

Cultural tourism centred on heritage sites has become a rapidly growing industry in many countries over the last several decades, supported among other things by the UNESCO World Heritage List. The World Heritage List currently includes 851 properties forming part of the cultural and natural heritage that the World Heritage Committee considers as having outstanding universal value. These include 660 cultural, 166 natural and 25 mixed properties in 141 States Parties.⁸¹

Em 2006, a UNWTO e a *Secretaria General Iberoamericana* (SEGIB) organizaram, no Uruguai, a *VI Reunión Ministerial de Turismo* e, na ocasião, expuseram um levantamento sobre o fluxo turístico internacional nos países da Iberoamerica entre os anos de 1990 e 2005. Sem focar em um setor específico do turismo, a pesquisa conclui em relação à América Latina:

El subcontinente latinoamericano suele percibirse como un gigante adormecido, en vista de que su volumen y sus ingresos por turismo internacional siguen siendo comparativamente modestos con respecto a los recursos y a las oportunidades que ofrecen los diversos destinos. Por ello, la pregunta capital es cómo hacer para que despierte este gigante.⁸²

Diante do exposto a respeito dos aspectos da Economia da Cultura, o crescente suporte à diversidade cultural como contrapeso à cultura globalizada e, muitas vezes, alienante, torna-se o propulsor das medidas que visam o avanço e a subsistência dos projetos para esse campo de ação, pois, por razões óbvias, não há como promover as indústrias culturais e, inclusive, as criativas, sem um empenho nacional e internacional na sustentação da diversidade.

79. THROSBY, David. *Economics and Culture*. United Kingdom: Cambridge, 2001. p. 38.

80. KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. *Destination Culture: Tourism, Museums and Heritage*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1998. Introduction.

81. UNCTAD., op. cit., p. 23.

82. UNWTO. VI Reunión Ministerial de Turismo. *Turismo em Iberoamérica: Panorama Actual*. Colonia de Sacramento, Uruguay, 2006. Disponível em: <http://www.unwto.org/americas/pub/en/pdf/unwto_tur_iberico.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

Para que as políticas culturais implementem diretrizes apropriadas para as indústrias criativas, especialmente nos países em desenvolvimento, há necessidade da ação interministerial, visto que diversos ramos econômicos e sociais se correlacionam com aquelas. Dito de outra forma, na Economia da Cultura o desenvolvimento é multidimensional e por essa razão a transversalidade de ministérios pode envolver as áreas da cultura, do comércio, das relações exteriores, da tecnologia, do turismo e da justiça, por exemplo, e também reunir todas as esferas de poder – federal, estadual e municipal – na elaboração e execução de políticas públicas para a cultura.

No que concerne o financiamento das políticas culturais, a perspectiva neoliberal vigente a partir de meados dos anos 1980, em escala internacional, levou a uma menor intervenção do Estado no custeio deste e de outros setores estratégicos e, conseqüentemente, a um aumento da participação do capital privado – dos recursos não-orçamentários – por meio das leis de incentivo fiscal. Nessas circunstâncias, o papel do Estado restringe-se, sobretudo, ao de fiscalizador e indicador das metas a serem atingidas.

Segundo Benhamou, as modalidades de intervenção do poder público na Economia da Cultura são: a regulamentação das leis de propriedade intelectual e dos preços dos produtos culturais; e a subvenção ou cessão de taxas parafiscais (atribuição do poder sobre taxas fiscais de determinados bens a entidades autônomas), principalmente às atividades sem fins lucrativos. A autora questiona se o mecenato privado, ou o incentivo fiscal, substitui a subvenção estatal e conclui que nem mesmo indiretamente isso seria possível pois o Estado deve atuar como ordenador das políticas culturais a fim de evitar o favorecimento de determinadas expressões culturais. As razões para tal constatação se devem ao fato de que as empresas investem sumariamente em projetos que possam lhes conferir grande visibilidade, ou seja, o montante é frequentemente direcionado a artistas consagrados e às megaproduções,⁸³ ocasionando o alijamento de talentos promissores, sem o reconhecimento que muitas vezes lhes é devido. De acordo com essa afirmativa, a UNCTAD dispõe:

A major problem in this respect is that entrepreneurs in the creative industries often find it difficult to present a convincing business model and many of the professional skills involved – e.g., choreography, dancing, drawing, editing, weaving, doll-making – simply are not perceived as leading to profitable business. While this may be changing in some places under the influence of success stories of one kind or another, many skills and professions related to the creative economy are not recognized as business categories in legal terms. Because of this, many small creative industries do not have access to credit facilities or to the loans and investments that would make their businesses more viable.⁸⁴

No entanto, para Fábio Cesnik, especialista em cultura e terceiro setor, esta é uma crítica comum ao mecenato, mas de forma alguma justifica sua eliminação. O controle efetivo dos critérios para aprovação e aplicação dos projetos culturais, bem como o cumprimento das normas para a renúncia fiscal e a exigência de uma compensação social constituem alternativas para minimizar os efeitos negativos do mecenato.⁸⁵

83. BENHAMOU. Op. cit., p. 162-168.

84. UNCTAD. Op. cit., p. 177-178.

85. CESNIK, Fábio de Sá. Incentivo Público à Cultura. In: BRANT, Leonardo (Org.). *Políticas Culturais*. Vol. I. Barueri,

Deslocando o nível de análise para o plano das relações externas, a Economia da Cultura pode conduzir aos mesmos benefícios prestados a dois ou mais países envolvidos, porém em escala ampliada. Para tanto, deve haver um entrecruzamento das políticas culturais externas, ainda que mínimo, de modo que as instruções de órgãos internacionais para a cultura e sua vertente econômica atinjam, ou se aproximem, das metas propostas e assegurem o progresso dos países em desenvolvimento. O mesmo pensamento é válido para os blocos de integração regional que incluem a cultura na cooperação – caso do Mercosul Cultural.

Previamente ao esboço dos aspectos provocados pela Economia da Cultura no cenário mundial, deve-se trazer à luz o conceito de *soft power*, ou poder brando, uma vez que a temática da cultura é assim classificada, por diversos autores, na arena política internacional. Nos estudos sobre a influência da cultura, do campo das ideias e das visões de mundo nos processos decisórios, é comum encontrar o termo *soft power*. De acordo com Nye,

Sometimes you can get the outcomes you want without tangible threats or payoffs. The indirect way to get what you want has sometimes been called 'the second face of power'. A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries – admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness – want to follow it. In this sense, it is also important to set the agenda and attract others in world politics, and not only to force them to change by threatening military force or economic sanctions. This soft power – getting others to want the outcomes you want – co-opts people rather than coerces them. [...] Soft power rests on the ability to shape the preferences of others.⁸⁶

Dessa forma, quando um país canaliza recursos de poder por meio do *soft power*, o que se pretende é a projeção externa, o que não necessariamente inclui o intercâmbio com um ou mais países. O *soft power* é unidirecional e tem por fim a atração de parceiros e a inserção internacional por meio das ideias e dos valores, podendo, ou não, ser caracterizado por uma política cultural externa. Contudo, nesse sentido, a penetração cultural norte-americana por meio de suas indústrias culturais pode ser concebida como um exemplo de *soft power*, assim como as propostas do Mercosul Cultural para o exterior do bloco.

Adentrando nos aspectos políticos, econômicos e sociais da Economia da Cultura com vistas ao desenvolvimento, em âmbito internacional, estes apresentam as seguintes feições: dinamização dos fluxos de bens e serviços criativos/culturais, impulso ao comércio e aos diálogos Norte-Sul e Sul-Sul, diminuição da desigualdade, promoção do respeito ao próximo, aprofundamento dos processos de integração regional, estreitamento dos laços de cooperação, incentivo ao intercâmbio cultural e estímulo à diversidade, tornando as reações entre os diversos atores que compõem o panorama internacional e, também, os processos decisórios, mais previsíveis.

No que se refere ao fluxo de bens e serviços, segundo a UNCTAD, há dificuldade de se estabelecer um quadro comparativo eficiente entre os países devido à divergência conceitual e metodológica nas estatísticas sobre as indústrias criativas. Entretanto, o

São Paulo: Manole, 2003.

86. NYE Jr., Joseph S. *Soft Power. The means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004. Chapter One: The changing nature of power. p. 5.

relatório desta agência das Nações Unidas constitui a primeira publicação que apresenta uma análise comparativa de caráter global, baseando-se em sua própria classificação. Não obstante, é importante frisar que os fluxos comerciais da Economia Criativa esquadrinhados nesta publicação abrangem o período entre 1996 e 2005. Neste intervalo, o número de países considerados não se manteve constante, tendo aumentado ao longo do período, principalmente depois do ano 2000.⁸⁷

Em que pese essa característica do *Report*, numerosas considerações relevantes sobre o comércio internacional das indústrias criativas são relatadas. Em relação aos países em desenvolvimento, expõe:

While developed countries have dominated both export and import flows, developing countries year after year have increased their share in world markets for creative products, and their exports have risen faster than those from developed countries. Exports of creative goods from developing economies accounted for 29 per cent of world exports of creative goods in 1996 and reached 41 per cent in 2005.⁸⁸

E ainda:

The engagement of developing countries with the creative economy varies dramatically around the world partly because of differences in the industrial and export capabilities of different countries but partly also because of variation in the extent to which different countries have recognized and implemented a deliberate development agenda for the creative sector.⁸⁹

Ao deslocar o escopo da pesquisa para a região da América Latina e do Caribe, o documento revela que

In Latin America and the Caribbean, exports of creative goods more than doubled from approximately \$3.5 billion to \$8.6 billion although the level of exports from the region remains comparatively low given the potential of its creative industries.⁹⁰

Na lista dos vinte maiores exportadores de produtos criativos do mundo, o único latino-americano é o México, ocupando a décima oitava posição. No *ranking* dos países em desenvolvimento, este país também é o único a representar o subcontinente entre as dez primeiras posições. Entretanto, a China, que também é uma economia em desenvolvimento, ocupa o primeiro lugar nos dois *rankings*. Já os países do continente africano aparecem nas últimas posições do *ranking* total.⁹¹

Sobre o grupo específico do patrimônio cultural, pode-se ler na publicação:

Cultural heritage comprises the vestiges of our society. Heritage sites are relics of ancient civilizations, over the years considered as cultural patrimony of mankind and the heritage of nations. In addition to their cultural and historical value, such unique endowments contribute to reinforcing our identities and broadening our education. Heritages sites are the main attractions in cultural

87. UNCTAD. Op. cit., p. 101-102.

88. Ibidem. p. 106.

89. UNCTAD. Op. cit., p. 203.

90. Ibidem. p. 111.

91. Ibidem. p. 110-112.

tourism all over the world. For some countries, these sites are major sources of revenue, albeit usually not reported as cultural services of the creative economy.⁹²

No que tange os campos social e político, a Economia da Cultura apresenta notável potencial para proporcionar a diminuição da desigualdade e dar impulso à inclusão social. A defesa de valores como a diversidade cultural contribui para a autoestima de grupos culturais excluídos, uma vez que a possibilidade de participação na produção e no faturamento do mercado cultural pode libertar esses grupos da condição de marginalidade.

O investimento nas indústrias culturais como agentes da educação e da capacitação estimula a criatividade e aumenta a qualidade de vida. O acesso à educação pode gerar um entendimento inequívoco sobre a condição do 'outro'. Dessa maneira, visões distorcidas e preconceituosas sobre o universo cultural alheio tendem a ser dirimidas, motivando o respeito entre os povos, o diálogo ou intercâmbio cultural e, em última análise, prevenindo conflitos.

De fato, conhecer o *outro* com quem se convive, com quem se trava relações, possibilita a construção do respeito e da cidadania e, nesse sentido, a cultura se apresenta como o meio mais eficaz, já que também pode ser definida como uma visão de mundo. Se a forma como o *outro* vê a si mesmo e ao mundo é compreendida, ainda que parcialmente, mais fáceis e transparentes tendem a ser as relações entre o *eu* e o *outro*. Para Weber,

Não as ideias, mas os interesses materiais e ideais governam diretamente a conduta do homem. Muito frequentemente, porém, as 'imagens mundiais' que foram criadas pelas 'ideias' determinaram, como manobreiros, as linhas ao longo das quais a ação foi impulsionada pela dinâmica dos interesses.⁹³

Por fim, as indústrias culturais têm merecido grande importância no aprofundamento dos acordos de integração regional, estreitando os laços de cooperação por intermédio da política cultural externa e da diplomacia cultural. Ao analisar o potencial da cultura no bloco Mercosul, Estevão de Rezende Martins constata:

Embora os motivos iniciais de aproximação sejam de ordem econômica e financeira, os agentes sociais e políticos têm dado claras mostras de que se deve buscar um desenvolvimento cultural, social e político para além das circunstâncias da economia global.

[...]

A consciência histórica da integração (real ou possível) é um fator impulsionador da aproximação social e política dos sujeitos, que certamente tenderá à constituição de grupos sociais de pressão e de decisão quanto aos rumos das instâncias supranacionais de uma instituição como o Mercosul.⁹⁴

Nas relações internacionais, que hoje se pretendem mais solidárias – na maioria dos casos, evitando conflitos e prezando pelo entendimento –, identificar-se no outro significa prever comportamentos, suprimir enganos e reduzir possíveis inseguranças. O primeiro passo rumo a uma efetiva ação internacional conjunta no incremento das indústrias culturais

92. Ibidem. p. 114.

93. WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 83.

94. MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: Cultura e Poder*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2002. p. 160-161.

é, portanto, não considerar a cultura como um processo evolutivo e sim como um poliedro uniforme, tendo cada uma de suas múltiplas e idênticas faces formando um todo único.

ECONOMIA DA CULTURA X RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Surgida no período exatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, a disciplina de Relações Internacionais foi, a princípio, criada para estudar as causas dos conflitos bélicos de modo que pudessem ser evitados. O desígnio inicial de prescrever o processo de articulação na estrutura do sistema internacional para impedir situações de guerra conferiu à disciplina um caráter essencialmente normativo.⁹⁵ Pouco tempo depois, na Conferência de Paris (1919), foi criada a primeira organização internacional genuinamente universal “voltada para a ordenação das relações internacionais a partir de um conjunto de princípios, procedimentos e regras, claramente definidos”.⁹⁶ A Sociedade das Nações (SDN), que funcionou até a deflagração da Segunda Grande Guerra, foi a concretização de um dos quatorze pontos de Woodrow Wilson, presidente norte-americano considerado exageradamente idealista pela corrente acadêmica realista iniciada pelo diplomata britânico Edward Carr no fim do período entreguerras. A proposta da organização era justamente evitar que um conflito como a Grande Guerra sobreviesse na plataforma internacional. Porém, após duas décadas de existência, a SDN revelou-se insuficiente na sustentação do equilíbrio de poder.

Não obstante o malogro da SDN e a descrença em relação ao idealismo *wilsoniano*, o termo da Segunda Guerra Mundial trouxe à tona a Organização das Nações Unidas (ONU), estruturada nos mesmos moldes, porém com maior número de países envolvidos e maior grau de institucionalização. No que tange a cooperação funcional, por exemplo, além de incorporar as instituições da SDN, a ONU ampliou seu leque de abrangência nas questões econômicas e sociais. Hoje, seu peso como órgão de cooperação multilateral é tal que “o ritual de inserção de um novo país na comunidade internacional tem como foco sua incorporação à ONU”.⁹⁷

Na disciplina de Relações Internacionais, as Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIG) são estudadas por diferentes perspectivas teóricas, cada qual investigando, em conformidade com sua metodologia, como se dá a estabilização do sistema por meio da cooperação. Nesse sentido, embora o idealismo de Wilson tenha sido rechaçado, alguns de seus pontos doutrinários foram reelaborados e prevalecem nos acordos multilaterais contemporâneos, conferindo uma visão mais justa à política internacional e à governança global.

Em vista disso, este item abordará a Economia da Cultura como proposta de desenvolvimento socioeconômico que se fundamenta em princípios ou normas nos atos internacionais, atentando para seu reconhecimento e sua valorização no âmbito das agências do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, e verificará os regimes estabelecidos para a área de acordo com os enfoques sociais e econômicos.

95. NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Introdução.

96. HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 36.

97. HERZ. Op. cit., p. 23.

Primeiramente, cumpre salientar que a cultura no sistema das Nações Unidas aparece nitidamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948. Seu vigésimo sétimo artigo preconiza:

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
2. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.⁹⁸

Adentrando no sistema da ONU, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, ou UNESCO, foi fundada em 16 de novembro de 1945 como uma das agências especializadas do ECOSOC, sendo este voltado à cooperação funcional para promover a melhoria da qualidade de vida da população mundial. Segundo Herz, o funcionalismo nos anos 1940, conforme os postulados de David Mitrany, era caracterizado por normas precisamente elaboradas pelas organizações transnacionais com o objetivo de “constranger a política externa dos Estados e, em última instância, evitar a guerra”.⁹⁹

A origem da UNESCO remonta ao ano de 1942, quando da Conferência de Ministros da Educação Aliados (CAME), cuja breve existência consistiu em trabalho inovador no campo da cultura. De acordo com Harvey

Durante su corta vida institucional, el CAME realizó una importante labor de transformación de conceptos, políticas, métodos de trabajo, medios e instrumentos, a un nivel de decisión política superior nunca antes alcanzado en materia de relaciones culturales multilaterales; con sus trabajos no solamente se gestó el nacimiento de la UNESCO, sino que también evolucionó sustancialmente la política cultural internacional moderna, a nivel mundial. La Conferencia de Ministros Aliados tuvo el apoyo de una oficina ejecutiva y de comisiones encargadas de estudiar y formular recomendaciones sobre los siguientes campos: a) libros y periódicos; b) convenciones culturales; c) ciencias; d) cinematografía; e) emisiones radiofónicas y medios similares; f) protección y restitución de bienes culturales; g) equipamientos educativos y problemas de enseñanza a los futuros países liberados.¹⁰⁰

A UNESCO foi herdeira dos arquivos da CAME e, desde sua criação, vem elaborando documentos normativos para reforçar a cooperação internacional em sua esfera de atuação. Em sua ação normativa para a cultura, a UNESCO abrange áreas como: direitos de autor e conexos; patrimônio cultural; direitos culturais e do artista; e circulação e câmbio internacional de bens culturais.¹⁰¹

Como documentos normativos entendem-se as convenções, as recomendações e as declarações internacionais. As convenções são documentos que definem regras a serem propostas aos Estados membros nas Conferências e que são sujeitos à ratificação, ou seja, aceitação ou adesão declarada pelos Estados, que serão obrigados a cumpri-las. Já as recomendações são normas que não estão sujeitas à ratificação, mas os Estados membros

98. Declaração Universal dos Direitos Humanos: Carta das Nações Unidas. Bauru, SP: EDIPRO, 2ª Ed., 2005. p. 37-38.

99. HERZ. Op. cit., p. 58.

100. HARVEY, Edwin R. Relaciones Culturales Internacionales En Iberoamerica Y El Mundo: Instituciones Fundamentales. Madrid: Tecnos, 1991. p. 33.

101. Ibidem. Capítulo 9.

são convidados a aplicá-las para que desenvolvam suas leis nacionais. As recomendações são adotadas por maioria simples, enquanto as convenções requerem maioria de dois terços para sua adoção. Contudo, uma vez que uma convenção ou uma recomendação é aprovada, todos os Estados membros, que são em número de cento e noventa e três, inclusive os não-signatários, são obrigados ou convidados a submeter suas legislações nacionais a esses documentos da maneira mais ampla possível. As declarações, como as recomendações, não são submetidas à ratificação. Elas estabelecem princípios e podem propor a reelaboração de regras vigentes.¹⁰²

Para a área da cultura, a UNESCO já elaborou diversos instrumentos internacionais como, por exemplo, a *Convenção para a proteção da propriedade cultural em caso de conflito armado* (1954), a *Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional* (1966), a *Convenção contra o tráfico ilícito de bens culturais* (1970), a *Convenção para proteção do patrimônio mundial cultural e natural* (1972), a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2001) e a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005).

Partindo para o campo de análise deste trabalho, a abordagem em torno do tema do desenvolvimento social no marco dos planos estratégicos da UNESCO tem como pedra fundamental a Declaração do México sobre Políticas Culturais, estabelecida em 1982 na Cidade do México. Sobre a dimensão cultural do desenvolvimento, o texto da declaração reza:

Culture constitutes a fundamental dimension of the development process and helps to strengthen the independence sovereignty and identity of nations. Growth has frequently been conceived in quantitative terms, without taking into account its necessary qualitative dimension, namely the satisfaction of man's spiritual and cultural aspirations. The aim of genuine development is the continuing well-being and fulfilment of each and every individual.

It is vital to humanize development, the ultimate goal of which is the individual in his dignity as a human being and his responsibility to society. Development implies for every individual and every people access to information and opportunities to learn and to communicate with others.¹⁰³

A estreita relação entre cultura e desenvolvimento foi efetivamente considerada pela UNESCO nesse momento devido a uma série de eventos que geraram uma nova configuração no sistema internacional. A conjuntura na década de 1970 foi marcada pela distensão do conflito Leste-Oeste, a *détente*. Nesse intervalo, a defesa e a segurança deixam de ser prioridades na agenda internacional, propiciando que novos temas fossem tratados ou que antigos assuntos fossem considerados sob uma nova perspectiva.¹⁰⁴ Dessa forma, o meio ambiente, o terrorismo, as epidemias, a desigualdade, o conceito de sociedade civil global e as questões culturais tomaram parte significativa nos foros multilaterais.¹⁰⁵

102. UNESCO. *General introduction to the standard-setting instruments of UNESCO*. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html#name=1>. Acesso em: 2 jul. 2010.

103. UNESCO. *Mexico City Declaration on Cultural Policies*. Mexico, 1982. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf>>.

104. NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 74-88.

105. SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações Internacionais: Dois Séculos de História*. Vol. II. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001. p. 154.

Conforme visto no item 1.2., outro fato marcante dos anos 1970 foi a reivindicação do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Econômica Internacional, o que incluía o equilíbrio do fluxo de informações e das trocas culturais face à globalização econômica. Na mesma década, as crises do petróleo e a quebra do padrão dólar-ouro também foram contributos para os reclames por uma nova ordem, visto que aquela estabelecida pelos Estados Unidos começava a mostrar claros sinais de instabilidade.

Outrossim, observa-se que os problemas que ora se apresentavam rompiam com os limites nacionais, o que ocasionou “a emergência de atores não-estatais desempenhando papéis às vezes mais relevantes que os Estados em decisões sobre investimentos, tecnologia, mídia etc.”¹⁰⁶ O reconhecimento do papel desses novos atores resultou no desenvolvimento da teoria da interdependência complexa, por Keohane e Nye, segundo a qual

As economias nacionais estavam mais interligadas pelo avanço nas comunicações, pela intensificação de transações financeiras, pelo crescimento no volume do comércio, pela atuação de empresas multinacionais em diferentes mercados simultaneamente, pela influência recíproca de movimentos culturais e ideologias etc. Isso significava que, cada vez mais, os acontecimentos que ocorriam em um país tinham efeitos concretos sobre outros países. Ou, dito de outra forma, cada vez mais países se encontravam diante de problemas (econômicos, políticos ou sociais) causados por decisões ou fatos que tiveram lugar em outro país e sobre os quais não tinham qualquer controle.¹⁰⁷

Diante desse quadro, ao considerar as reivindicações por transferência de tecnologia e representação das culturas dos países então terceiro-mundistas, o vínculo entre cultura e desenvolvimento delineado na *Declaração do México sobre Políticas Culturais* tornou-se o primeiro passo em direção a uma nova ideia de desenvolvimento, que até então estava atrelado aos recursos materiais ordenados pela lógica econômica e pela mensuração da renda *per capita*. Na verdade, essa medida ainda é utilizada, mas a partir dos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, nota-se um esforço para a inflexão do que se entende por desenvolvimento e de como deve ser avaliado.

No final dos anos 1980, o Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural, iniciado em 1988, corroborou os princípios instituídos na Declaração do México, correlacionando cultura e desenvolvimento. Já no alvorecer dos anos 1990, o *United Nations Development Programme* (UNDP), que já contava com uma unidade voltada à cooperação Sul-Sul desde 1978,¹⁰⁸ lançou um relatório sobre o desenvolvimento humano cujo objetivo era estimular a capacidade das pessoas para que possam ter qualidade de vida e atingirem o nível social que almejam. Segundo Throsby,

A reorientation of development thinking along these lines has obvious cultural implications. People as the object and means of development do not exist in isolation. They interact in a variety of ways, and the framework within which this interaction occurs is provided by their culture – their shared beliefs, values, languages, traditions and so on which contextualize their daily lives.¹⁰⁹

106. NOGUEIRA, op. cit., p. 81.

107. Ibidem. p. 81

108. UNCTAD. Op. cit., p. 197.

109. THROSBY, David. *Economics and Culture*. United Kingdom: Cambridge, 2001. p. 67.

Em 1998, a UNESCO convocou a Conferência Internacional de Políticas Culturais para o Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, por meio da qual estabeleceu a importância das políticas culturais voltadas ao desenvolvimento social e econômico, permitindo que a cultura deixasse de ser assunto periférico no processo decisório. O documento final da conferência aponta cinco objetivos que devem constar das agendas dos Estados, quais sejam:

1. Ampliar o âmbito da política cultural e fazer desta um componente central da política de desenvolvimento;
2. Disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento cultural;
3. Fazer da criatividade cultural a pedra angular do desenvolvimento sustentável;
4. Reestruturar as políticas e as práticas a fim de conservar o patrimônio, fomentar a criatividade e promover as indústrias culturais;
5. Manter a diversidade cultural na e para a sociedade da informação.¹¹⁰

Três anos após Estocolmo, a UNESCO elaborou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. As linhas deste documento fornecem suporte às políticas culturais, reforçando a cultura como direito humano, a diversidade cultural como patrimônio da humanidade e a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. No que se refere aos bens e serviços culturais, estabelece o caráter peculiar dos bens culturais em relação às mercadorias comuns:

Artigo 8 – Os bens e serviços culturais, mercadorias distintas das demais

Frente às mudanças econômicas e tecnológicas atuais, que abrem vastas perspectivas para a criação e a inovação, deve-se prestar uma particular atenção à diversidade da oferta criativa, ao justo reconhecimento dos direitos dos autores e artistas, assim como ao caráter específico dos bens e serviços culturais que, na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais.¹¹¹

No mesmo ano, 2001, John Hawkins lançou o termo “Economia Criativa” em obra que relaciona a criatividade com a economia, conforme explicitado no item 1.3., e apresenta uma análise sobre o modo como esse novo ramo da economia pode contribuir para o desenvolvimento global.

Não obstante, a relação entre a economia propriamente dita e o desenvolvimento data de período anterior. Após a Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU, esta organização criou, entre 1947 e 1973, cinco comissões econômicas, entre elas a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fundada em 1948.¹¹² De acordo com Miriam Saraiva, no momento de criação da CEPAL, os países latino-americanos “esperavam um apoio necessário para o desenvolvimento econômico, visto como parte da segurança

110. UNESCO. Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales al Servicio del Desarrollo. Estocolmo, Suécia, 30 de março - 2 de abril de 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001163/116393so.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

111. UNESCO. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Paris, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

112. <http://www.eclac.org>

regional”.¹¹³ No entanto, entre as décadas de 1960 e 1980, as propostas cepalinas para integração regional e desenvolvimento econômico não lograram êxito pois, pautadas na industrialização por meio do processo de substituição de importações, enfrentaram grande dificuldade devido aos governos ditatoriais implantados na região durante esse período, os quais viam o projeto integracionista da CEPAL como uma forma de enfraquecer suas soberanias.¹¹⁴

Também datam da década de 1940 o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial, criado com o objetivo de oferecer assistência técnica e financeira aos países em desenvolvimento e para aliviar a pobreza no mundo;¹¹⁵ e o Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja finalidade é garantir a estabilidade do sistema monetário internacional para prevenir crises.¹¹⁶ Ambos foram estabelecidos sob o sistema de Bretton Woods em 1944. Já o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), data de 1949 com o propósito de fomentar o comércio multilateral, opondo-se à intervenção estatal na economia.

Considerando a conjuntura internacional dos anos 1970, bem como a crise da dívida externa e a posição marginal em que se encontravam os países latino-americanos no comércio internacional com a reabertura política nos anos 1980, o BIRD e o FMI lançaram em 1990 o Consenso de Washington – um conjunto de medidas liberalizantes que só fizeram aumentar os problemas sociais que a região enfrentava devido ao grande corte nos gastos públicos e à incapacidade de competir com os países desenvolvidos.¹¹⁷ A necessidade de encontrar uma via alternativa para o desenvolvimento se fazia cada vez mais premente. Em 1999, o Banco Mundial reconheceu a cultura como componente essencial para o desenvolvimento econômico.¹¹⁸

De 1986 a 1994, ocorreu a chamada Rodada Uruguai, no âmbito do sistema de negociações do GATT. Em pauta, estavam entre os temas da rodada tarifas, agricultura, serviços, propriedade intelectual, medidas de investimento e novo marco jurídico. Dentre os princípios adotados nesse evento está o de ‘exceção cultural’, o qual defende que os bens e serviços culturais não devem ter o tratamento meramente comercial conferido a outras mercadorias. Essa postura, defendida, principalmente, pela França, revela a necessidade de intervenção estatal no setor cultural para que não haja comprometimento das culturas e das identidades nacionais.¹¹⁹

Ao longo deste primeiro capítulo, procurou-se manter clara a noção dual de valor – simbólica e econômica – na Economia da Cultura com vistas ao desenvolvimento das nações. Diante do quadro esboçado sobre as relações entre cultura e desenvolvimento e entre economia e desenvolvimento, bem como sobre as considerações acerca desses

113. SARAIVA, Miriam Gomes. A evolução dos processos de integração na América Latina. In: LESSA, Mônica; GONÇALVES, Williams. (Org.). *História das Relações Internacionais: Teoria e processos*. Rio de Janeiro: edUERJ, 2007. p. 118.

114. ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O MERCOSUL no contexto regional e internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993. p. 66.

115. <http://www.bancomundial.org>

116. <http://www.imf.org>

117. BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Ca-derno Dívida Externa*. São Paulo, Pedex, 1994. nº 6, 2ª edição.

118. THROSBY. Op. cit., p. 70-71.

119. BENHAMOU. Op. cit., p. 172-173.

temas nos atos internacionais, cumpre destacar que, com efeito, o primeiro instrumento internacional multilateral que entrelaça cultura, economia e desenvolvimento foi estabelecido na XI Conferência da UNCTAD, realizada em São Paulo.

O Consenso de São Paulo, ocorrido no ano de 2004, envolvendo 153 países, inaugurou em plano internacional o reconhecimento das indústrias criativas para o desenvolvimento. Os parágrafos 65 e 91 do documento final preconizam:

65. On the other hand, the dynamic sectors in world trade represent new and emerging trading prospects for developing countries, and enhancing their participation in such sectors is important in realizing development gains from international trade and trade negotiations. New opportunities are also provided by high-value-added, special and niche product and services sectors in which developing countries have potential comparative advantages. Creative industries can help foster positive externalities while preserving and promoting cultural heritages and diversity. Enhancing developing countries' participation in and benefit from new and dynamic growth opportunities in world trade is important in realizing development gains from international trade and trade negotiations, and represents a positive sum game for developed and developing countries.

[...]

91. The international community should support national efforts of developing countries to increase their participation in and benefit from dynamic sectors and to foster, protect and promote their creative industries.¹²⁰

A referida Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural – que selou os compromissos da UNESCO com a valorização das culturas, com a democracia e com o reconhecimento da importância da participação dos cidadãos em busca do crescimento equitativo – somada aos postulados do Consenso de São Paulo para as indústrias criativas, gerou, em 2005, a elaboração da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Este documento estabelece medidas que cada Parte poderá adotar para “proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território”.¹²¹ Cabe lembrar que, de acordo com a UNESCO, as declarações delineiam princípios a serem seguidos, enquanto as convenções devem ser ratificadas. Esta convenção foi ratificada pelo Brasil em 2006.

Como direitos e obrigações das Partes, a convenção estabelece, dentre outras normas, o intercâmbio de informações e transparência, a integração da cultura no desenvolvimento sustentável, a participação da sociedade civil, o tratamento preferencial para países em desenvolvimento e a instituição de um fundo internacional para a diversidade cultural. Para este trabalho, vale destacar, também, que um dos princípios diretores da convenção relaciona cultura, economia e desenvolvimento.

120. UNCTAD. *São Paulo Consensus*. São Paulo, Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/td410_en.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2010.

121. UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

Artigo 2

5. Princípio da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento:

Sendo a cultura um dos motores fundamentais do desenvolvimento, os aspectos culturais deste são tão importantes quanto os seus aspectos econômicos, e os indivíduos e povos têm o direito fundamental de dele participarem e se beneficiarem.¹²²

Diante do exposto, conclui-se que a cultura como instrumento para promover a cooperação entre os povos e obter recursos vem sendo cada vez mais valorizada pelas políticas internas e externas, valorização esta expressa em diversos atos internacionais, e que tem se configurado como a via mais eficaz para o alcance do desenvolvimento socioeconômico. Outros documentos foram instituídos após a Convenção de 2005, porém, em virtude deste trabalho ter como limite temporal o ano de 2006, se circunscreverá nas normas e princípios dos documentos acima referidos.

122. UNESCO. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Op. cit.

PATRIMÔNIO CULTURAL E A POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA

O PATRIMÔNIO CULTURAL

Em virtude do patrimônio cultural material e das políticas para esse setor constituírem o objeto de estudo desta pesquisa, esboçarei no presente item de que maneira aquele se configurou e se legitimou como espaço de atuação política estatal, desde sua consagração, no momento da Revolução Francesa, até os dias atuais, quando de sua instrumentalização pelo governo brasileiro.

A consagração no Ocidente

Termo de origem latina – *patrimonium* – o ‘patrimônio’ refere-se, em sua etimologia¹, a bens de família, posses, haveres, propriedade herdada do pai ou dos antepassados – uma herança². Sucedidos pouco mais de dois séculos desde sua institucionalização a bem da nação na Revolução Francesa, o patrimônio cultural possui raízes mais profundas na história da humanidade, sabiamente dissecadas e enxertadas pelos revolucionários franceses.

De acordo com José Reginaldo Santos Gonçalves, doutor em Antropologia pela Universidade da Virgínia,

‘Patrimônio’ está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra.

Muitos são os estudos que afirmam constituir-se essa categoria em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados Nacionais, o que é correto. Omite-se, no entanto, seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média. A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela. Podemos dizer que a categoria ‘patrimônio’ também se faz presente nas sociedades tribais.³

1. PATRIMÔNIO. In: HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 2151.

2. Heritage é o vocábulo preponderante em estudos na língua inglesa sobre o patrimônio cultural. Cf. LIMA, Diana Farjalla Correia; COSTA, Igor Fernando Rodrigues da. Ciência da Informação e Museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos - subsídio à linguagem documentária. In Proceedings ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMAÇÃO - CINFORM, 7, Salvador, 2007, p. 1-14. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00001116/01/DianaLima.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

3. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-26.

Não se sabe precisamente quando o colecionismo começou, mas o ato de colecionar obras de arte remonta a épocas longínquas e diversos autores sustentam que as primeiras coleções têm suas origens nos espólios de guerra.

Segundo Krzysztof Pomian, na Europa medieval os grandes conquistadores acumulavam e expunham em suas residências objetos provenientes de saques, pois representavam vitória e glória. Relata, ainda, que o colecionismo ou a extrema valorização de um objeto se deve a:

um instinto de propriedade ou uma propensão para acumular, que seriam próprias senão de todos os homens, pelo menos de todos os homens civilizados ou, ainda, de certos indivíduos. Diz-se também que certas peças de coleção são fonte de prazer estético; que outras – e por vezes são as mesmas – permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos. Enfim, observa-se que o fato de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente.⁴

A esse respeito, Françoise Choay, que na obra *A alegoria do patrimônio* discorre sobre as etapas de consagração do patrimônio histórico edificado, expõe:

Os romanos procuravam impregnar-se do mundo plástico grego pela visão, assim como procuravam imbuir-se do pensamento da Grécia pelo uso de sua língua. Não se tratava de uma medida reflexiva e cognitiva, mas de um processo de apropriação: fragmentos de arquitetura ou de escultura, objetos de artesanato grego, que adquiriam um novo valor de uso uma vez assimilados à decoração das termas, da rua, dos jardins públicos e privados, da residência, ou ainda após terem sido transformados em repositórios da vida doméstica.

[...] Além disso, percebem-se, na maioria dos colecionadores, motivos estranhos ao prazer próprio da arte: prestígio para os conquistadores, esnobismo para os novos-ricos, lucro ou prazer do jogo para outros.⁵

A história do alvorecer do patrimônio cultural, tal como o conhecemos, revela que até o Renascimento os monumentos erigidos tinham um caráter meramente celebrativo. De fato, como notou Marcia Sant’Anna, “o monumento [...] é universal e comum a todas as sociedades”⁶, diferentemente do monumento histórico, que é “datado e ocidental”⁷. O historiador Alois Riegl (1858-1905) denominou os primeiros de ‘monumentos intencionais’⁸. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca,

Durante a Antiguidade e a Idade Média, esse seria o único tipo de monumento conhecido, mas a partir do Renascimento teria começado a perder importância, sendo atualmente pouco frequente. O próprio termo monumento foi mudando de significação e passou a ser entendido como monumento histórico e artístico, ou seja, toda obra tangível de valor histórico e artístico.

4. POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi: Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. p. 54.

5. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001. p. 34.

6. SANT’ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49.

7. *Ibidem*. p. 49.

8. FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. p. 51

Essa atribuição de valor, ao contrário do que ocorre com os monumentos intencionais, é a *posteriori*, e só passa a ocorrer a partir do momento em que, na cultura ocidental, as noções de arte e de história adquirem alguma autonomia.⁹

O humanismo – componente doutrinária do Renascimento –, diante da falência de diversos arquétipos medievais, rompeu com o período anterior e apontou para o projeto de estabelecimento e de êxito do ‘novo homem’. Este ‘novo homem’ conferia aos monumentos do passado a historicidade – o valor de testemunhos de uma época com a qual não havia mais conexão. Nesse momento, o interesse pela Antiguidade Clássica era, na verdade, a busca por um ponto de partida onde o Homem se revelasse perfeito, ou quase perfeito, era a busca por tempos áureos da humanidade para, com base nessa origem, desenvolver um processo histórico com características diferentes daquelas verificadas na Idade Média.¹⁰

Consoante a esse postulado, o diplomata João Batista Lanari Bo desvela:

A percepção moderna do patrimônio começa com a “distância (histórica que o observador do *Quattrocento*, pela primeira vez, estabeleceu entre o mundo contemporâneo a que pertence e a longínqua Antiguidade da qual ele estuda os vestígios”. Os estudos e as descrições produzidos nesse período permitiram algo inédito – o reconhecimento objetivo do valor histórico dos monumentos da Antiguidade. Depois do *Quattrocento*, proliferaram os conteúdos estéticos que injetam energia inusitada na produção artística a partir de uma nova leitura das obras do passado. Preservar monumentos expressa, doravante, a ênfase na continuidade do presente com as realizações de gregos e romanos. O patrimônio transforma-se em alegoria da História.¹¹

A atribuição de valor histórico, viabilizada pela desconexão com o passado, não foi, todavia, aliada a um projeto de preservação efetivo. E, segundo Choay, a historicidade não caracteriza, por si mesma, o monumento histórico. Ainda que as obras e os edifícios não mais fossem assimilados e inseridos em contextos diversos, em uma forma de reutilização, como ocorria antes da Renascença, faltava institucionalizar a proteção desses bens de acordo com normas e técnicas pré-estabelecidas.¹²

Com efeito, no intervalo compreendido entre o Renascimento e a Revolução Francesa, os trabalhos de restauro e conservação estiveram presentes de modo pontual e aleatório, geralmente justificados por interesses de erudição e/ou contemplativos – “a paixão do saber e o amor pela arte”¹³ – declarados por uma classe heterogênea de eruditos, composta por artistas, letrados e príncipes – os antiquários. A descentralização da salvaguarda das ‘antiguidades’ também tinha como uma de suas ramificações a autoridade da Igreja. Nesse sentido, “os papas assumiram a condição de herdeiros de Roma”¹⁴, cidade rematada por grande concentração de vestígios materiais da Antiguidade clássica. No entanto, nem a educação clássica, nem o reconhecimento da importância desses vestígios significaram uma preservação adequada. Os modelos de intervenção empregados, por

9. FONSECA. Op. cit., p. 51.

10. CHABOD, Federico. Escritos sobre el Renacimiento. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. p. 91.

11. BO, João Batista Lanari. Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. pp. 25-26.

12. CHOAY. Op. cit. p. 35.

13. Ibidem. p. 52.

14. Ibidem. p. 42.

mais rebuscados que fossem,

[não] devem nos fazer esquecer a postura antitética que lhes é, de modo paradoxal, coextensiva: os mesmos agentes que se consideram e que se mostram efetivamente tão empenhados na causa da conservação participaram com constância, lucidez e alegria da devastação de Roma e de suas antiguidades.¹⁵

Entrementes, os eruditos ampliaram o percurso de suas viagens em busca das antiguidades, não mais restringindo-se a Roma, e dedicaram-se à investigação, em seus próprios países, daquilo que denominaram como “antiguidades nacionais”. Dessarte, no continente europeu, outras produções artísticas são elevadas à categoria de monumentos, além do legado da Antiguidade. Ressalta-se ainda que datam desse período as descobertas de sítios arqueológicos, como os de Pompéia e de Herculano¹⁶, e, também, os primeiros museus públicos, com visitação bastante restrita e dedicados à apreciação de artistas e estudiosos.¹⁷ Também conhecidos como “gabinetes de curiosidades”, esses eram locais onde se colecionavam espécimes pitorescos da biologia e objetos provenientes dos descobrimentos e de coleções principescas com fins de estudo ou fruição¹⁸. No entanto, conforme relata Marlene Suano, outras finalidades estavam embutidas, além da meramente elucidativa:

Mas foi a política econômica dos séculos XVI-XVII que gerou uma política educacional e cultural responsável, em parte, pela ampliação do acesso às grandes coleções. A política mercantilista, vigente nesse período, significava basicamente o acúmulo de divisas nos tesouros nacionais, sobretudo em forma de ouro e prata. A importação de obras de arte era vista como escoamento de riquezas perfeitamente evitável caso os artistas nacionais produzissem de forma a contentar o mercado interno. Era necessário, portanto, propiciar-lhes oportunidades de convívio com as obras de arte das coleções reais e criarem-se academias de arte que servissem ao aprendizado e ao crescimento artístico. De fato, por volta de 1730, um ministro dinamarquês, Struensee, chegava a afirmar textualmente que ‘a Academia de Arte é útil ao Estado e às finanças dos reis porque forma artistas que serão menos caros que os estrangeiros’.¹⁹

O movimento revolucionário francês, que simbolizou a falência do Antigo Regime, conferiu, irrevogavelmente, aos monumentos e às antiguidades o título de patrimônio histórico e artístico nacional – a herança de um povo que seria transmitida às futuras gerações. Com a Revolução Francesa, e a conseqüente ascensão do terceiro estamento daquela sociedade – o povo – os bens do clero tiveram sua propriedade transferida e foram colocados “à disposição da nação”²⁰. Entre esses bens, estavam obras-primas de arte e arquitetura “como antigos castelos, abadias, monastérios, enfim, todos aqueles que podem

15. *Ibidem*. pp. 55-56.

16. *Ibidem*. p. 67.

17. SUANO, Marlene. *O que é Museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 22-34.

18. JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do Museu. In: *Caderno de diretrizes museológicas I*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006. 2ª edição. p. 20.

19. SUANO. *Op. cit.* pp. 25-26.

20. CHOAY. *Op. cit.* p. 98.

relatar os grandes acontecimentos de nossa história”.²¹ Um marco dessa desapropriação é a criação do *Musée du Louvre*, o primeiro aberto ao público sem distinção de classes ou estamentos, em 1793, na cidade de Paris. Doravante, o patrimônio pertencia a todos os cidadãos franceses e a preservação adquiriu o caráter de interesse público, sendo resguardada por instrumentos técnicos, jurídicos e financeiros do Estado. A acepção atual de ‘tombamento’²² e a divisão entre bens móveis (que se tornaram objetos de museu) e imóveis devem suas origens a essa época, conquanto tenha se apresentado sobretudo na forma de inventários de identificação e classificação. Somente em 1913 a legislação francesa estabelece, de fato, o recurso do tombamento²³.

Convém trazer à baila que à atitude preservacionista somou-se o vandalismo daqueles que se punham contra a permanência de qualquer vestígio do Absolutismo e seu sistema socioeconômico correlato. A justificativa delineada pelos revolucionários defensores dos “ideais iluministas de acumulação e difusão do saber” para a proteção desse legado manifesta-se nas palavras de Dominique Poulot:

A nova época pretendeu tirar partido da experiência e do talento natural dos homens. Tal postura explica que o qualificativo ‘regenerado’ é atribuído ao monumento que, extraído do passado, tem valor, a contragosto, para o futuro, ao demonstrar que os valores presentes são eternos, apesar de terem sido combatidos, outrora, pelos mal-intencionados. Nesse mesmo movimento que destruíra as imagens corrompidas do Antigo Regime, a Revolução pretendia, portanto, revelar a arte autêntica, até então relegada aos depósitos obscuros do despotismo. [...] A iniciativa estava diretamente associada a um pensamento que estabelecia a separação entre a permanência da natureza humana e a perversão histórica das sociedades, em favor de uma restauração do verdadeiro e do belo, outrora desdenhados ou dissimulados por terem sido vítimas de diversas conspirações. Ao proceder desta forma, a Revolução anulava a historicidade em benefício do presente, ao tratar esse legado como precursor de sua gloriosa atualidade.²⁴

Outra característica da Revolução é a de imputar ao patrimônio o valor econômico – além do nacional, do histórico e do artístico – ressaltando a “importância, para atrair os visitantes estrangeiros, do patrimônio constituído pelos monumentos”.²⁵ Entretanto, somente “no século XX esse sonho turístico será, na França, objeto de uma política específica”²⁶, na qual o patrimônio transforma-se em “objeto de consumo cultural”.²⁷

Quanto ao valor de nacionalidade, que se antepunha aos demais no período revolucionário, Maria Cecília Londres Fonseca revela que tinha como funções: “reforçar a noção de cidadania”; estimular a coesão nacional; conceber “o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual” e; justificar a

21. *Ibidem*. p. 96.

22. De acordo com Marco Antônio Borges, Promotor de Justiça, o termo “tombamento” procede do Direito Português, “para o qual a palavra *tomb* significa: inventariar, arrolar ou inscrever nos arquivos do Reino, guardados na Torre do Tombo, em Lisboa. Cf. BORGES, Marco Antônio. O tombamento como instrumento jurídico para a proteção do patrimônio cultural. *Revista Jurídica*. vol. 7 n. 73, Brasília, jun./jul., 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_73/artigos/artigos.htm>. Acesso em: 24 mar 2011.

23. SANT’ANNA, Marcia. *Op. cit.* p. 51.

24. POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. pp. 102-103.

25. CHOAY. *Op. cit.* p. 118.

26. *Ibidem*. p. 118.

27. FONSECA. *Op. cit.* p. 60.

conservação “a serviço da instrução dos cidadãos”.²⁸

A relação estreita entre nação e patrimônio se dá no fato de que aquela “constituiu-se por meio de instâncias de identificação, entre elas o patrimônio coletivo”.²⁹ À medida que a sociedade valoriza e preserva seus bens culturais, suas tradições e suas técnicas, a nação pode lograr notoriedade no meio externo. Françoise Choay relata, a respeito dos monumentos históricos, que “eles funcionam como introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de uma memória histórica que terá o papel efetivo de memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho e superioridade nacionais”.³⁰

No que concerne às intervenções conservativas e restaurativas propriamente ditas, somente na Revolução Industrial essas atividades serão organizadas de forma a suprimir a carência de métodos para a proteção dos monumentos. A crescente degradação ambiental, ocasionada pela transformação dos modelos de produção em escala mundial, fez com que recrudescesse, em igual escala, o interesse pela preservação dos edifícios históricos. Se antes os monumentos já eram vistos como objetos de culto ao passado próspero e glorioso, o crescimento e a modernização das cidades tornaram esse distanciamento do passado ainda mais expressivo.³¹

A revolução industrial como processo em desenvolvimento planetário dava, virtualmente, uma dimensão universal ao conceito de monumento histórico, aplicável em escala mundial. Como processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico e, por outro, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da história da arte.³²

Vale registrar que a sistematização da preservação, em seu sentido técnico, teve dois momentos de ápice no plano internacional: a Carta de Atenas (1931), sob os auspícios da Sociedade das Nações, e a Carta de Veneza (1964), no âmbito do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), atrelado à UNESCO.

Com a regularização da proteção técnica e jurídica pelo Estado, estava consagrado, enfim, o patrimônio histórico e artístico. Mas não somente o edificado ou imóvel. Em um processo contíguo, seguiam os bens móveis com a abertura de algumas das mais célebres instituições museológicas da Europa – como o Museu do Prado, em Madrid (1819) e o Museu do Hermitage, em São Petersburgo (1852) – e com a realização de feiras e exposições internacionais.

Hodiernamente, notamos que a categoria de ‘patrimônio cultural nacional’ não se reduz apenas às obras arquitetônicas e aos bens móveis tombados. Festas, cantos, ritos, técnicas e culinária, dentre outras manifestações, compõem agora o chamado conjunto do ‘patrimônio cultural intangível’. Diversos autores apontam o termo da Segunda Guerra Mundial como o ponto de inflexão na trajetória de ampliação do conceito. Ao pânico geral provocado pelo etnocentrismo e pelo chauvinismo, foi proposta uma nova concepção de cultura para estimular o respeito à diversidade entre os povos. *Pari passu*, a crescente

28. Ibidem. pp. 59-60.

29. BO. Op. cit. p. 17.

30. CHOAY. Op. cit. p. 117.

31. Ibidem. p. 125-173.

32. Ibidem. p. 127.

sistematização dos estudos de Antropologia, na via estabelecida por Claude Lévi-Strauss, que “chamou a atenção para o fato de que o relacionamento entre as culturas seria a forma mais positiva de atualizar o ideário da igualdade entre os homens, em suas realizações particulares”³³, foi baluarte desse empreendimento.

Destaque-se, outrossim, que o princípio da autodeterminação dos povos, declarado na Carta das Nações Unidas de 1945, incitou o reclame de participação no mosaico cultural por parte de países não-europeus. Da mesma forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, ao assinalar a cultura como apanágio de todos os indivíduos, reforçou as reivindicações desses países. A normatização dos preceitos de equidade e respeito mútuo somada à apropriação do conceito antropológico de cultura resultou em uma importante transformação no campo do patrimônio cultural. Nesse sentido, Sant’Anna revela:

Essa nova percepção não surgiu, contudo, de uma reflexão europeia e ocidental, mas da prática de preservação oriunda de países asiáticos e do chamado Terceiro Mundo, cujo patrimônio, em grande parte, é constituído de criações populares anônimas, não tão importantes em si por sua materialidade, mas pelo fato de serem expressões de conhecimentos, práticas e processos culturais, bem como de um modo específico de relacionamento com o meio ambiente.³⁴

A criação da UNESCO em 1945 veio corroborar os compromissos dispostos na Carta da ONU, como, por exemplo, os preconizados no 55º artigo desta:

Art. 55. Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas promoverão:

- a) A elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;
- b) A solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional de caráter cultural e educacional;
- c) O respeito universal e efetivo dos direitos do homem, das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.³⁵

Essa postura se traduziu na UNESCO como estímulo aos estudos do folclore, como meio de promover o respeito mútuo, ao passo que a Organização instaurava métodos de democratizar a educação e de propagar valores universais para o bom convívio entre os homens. No Brasil, foi criado em 1946, na esfera da UNESCO e do Itamaraty, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), na cidade do Rio de Janeiro. A este, encontra-se submetida a Comissão Nacional de Folclore, ainda atuante, com o objetivo de implementar a cultura de paz, defendida nas linhas da Constituição da UNESCO, com base

33. ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. . In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 37.

34. SANT’ANNA, Marcia. Op. cit. p. 51-52.

35. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS: DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Bauru, SP: EDIPRO, 2005. p. 21.

no entendimento da diversidade cultural e suas tradições.³⁶

É curioso notar que, pouco mais de uma década antes da proposta da UNESCO de difundir valores universais, *grosso modo*, caudatários do “universalismo iluminista”, a política externa da boa vizinhança dos Estados Unidos adentrou no território latino-americano com intensa difusão cultural, praticamente sem contrapartida da América Latina.³⁷ Dessa forma, a aplicação das diretrizes da UNESCO poderia atuar, também, como contrapeso a essa política no subcontinente. Além disso, a noção de cultura como direito humano, expressa na mencionada Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e o projeto de democratização do patrimônio contribuíram para que, nesse momento, as questões culturais ultrapassassem o marco do Estado³⁸, legitimando o discurso dos grupos menos favorecidos economicamente (a cultura da elite, em geral, sempre mereceu maior destaque) e com representação cultural pequena e, em certos casos, nula, tanto no plano interno quanto no externo. Configurou-se, assim, a luta pela cidadania e pelos direitos culturais.

Ainda que os países participantes da Conferência Afro-Asiática de Bandung tenham deixado claro o desejo de que suas culturas escapassem do jugo das potências colonialistas, conforme exposto no item 1.2 deste trabalho, e que em 1961 a Conferência de Belgrado tenha, de fato, inaugurado o Movimento dos Não-Alinhados³⁹, lançando novos atores no cenário internacional, foi somente na década de 1970 que os debates sobre a formulação de um instrumento normativo que contemplasse as tradições culturais populares, de caráter intangível, voltaram à tona de forma contundente.

Outro fato curioso incide na noção de patrimônio tradicionalmente professada pelo Oriente. Nas palavras de Marcia Sant’Anna:

No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural. A permanência no tempo das expressões materiais dessas tradições não é o aspecto mais importante, e sim o conhecimento necessário para reproduzi-las. Nesses países, em suma, mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural passado é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente. De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importantes do que as coisas que as corporificam.⁴⁰

Com o processo de descolonização, o conjunto dos países que viriam a compor o movimento terceiro-mundista – sobretudo africanos e asiáticos – enfrentou a necessidade premente de reconstruir suas culturas. No entanto, o longo período em que permaneceram escamoteadas pela imposição de códigos e valores do dominador, assim como a demarcação arbitrária de seus territórios, tornaram a apropriação de uma suposta cultura nacional mera ficção ou um projeto de difícil realização.

36. ABRANTES, Antonio Carlos Souza de; AZEVEDO, Nara. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946-1966. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. vol. 5 n. 2. Belém, mai/ago, 2010. p. 469-489.

37. MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 7-12.

38. FONSECA. Op. cit. p. 72-76.

39. SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). Relações Internacionais: Dois Séculos de História. Vol. II. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001.

40. SANT’ANNA. Op. cit. p. 52.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o tema da propriedade intelectual também foi amplamente discutido na UNESCO em uma tentativa de organizar e zelar pelos direitos autorais.⁴¹ Não obstante, o problema que se apresentou no terreno do folclore, e que permaneceu sem solução até o final da década de 1980, refere-se à proteção da propriedade coletiva e não da individual, ou seja, não se enquadrava na legislação específica de propriedade intelectual.

Como novidade na esfera patrimonial, a década de 1970, mais precisamente o ano de 1972, assistiu à formulação da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, documento em que o conceito de patrimônio se amplia, abrangendo os sítios e parques naturais. O texto da convenção define como patrimônio cultural e natural:

ARTIGO 1.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:

Os monumentos. - Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. - Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

ARTIGO 2.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.⁴²

No Brasil, a Convenção de 1972 foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 74 de 1977, durante o governo do General Ernesto Geisel.

Nesse mesmo ano, o crescente interesse pela preservação dos 'tesouros da humanidade' conduziu ao estabelecimento da categoria de 'patrimônio mundial', sob a responsabilidade do ICOMOS, organização internacional não-governamental criada em 41. BO. Op cit. p. 79-81.

42. UNESCO. *Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

1965 e vinculada à UNESCO.

Decorridas quase duas décadas, as ações lideradas pela UNESCO e pela *World Intellectual Property Organization* (WIPO) em torno da proteção do folclore resultaram em um redirecionamento da problemática em curso. Em virtude das manifestações folclóricas não se adequarem ao aspecto mercadológico, próprio da regulamentação do Direito de Autor e do *copyright*⁴³, a UNESCO estabeleceu, em 1989, a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Folclore*. Sucedida por novas reivindicações, agora referentes à provisão de um rigor veemente, almejado em um instrumento internacional de tamanha relevância – dada a própria conjuntura externa, que se desenrolava para a superação do conflito Leste-Oeste e a subsecutiva necessidade das outrora zonas de influência em se articularem e se fortalecerem e econômica e politicamente no momento da retomada da globalização – somente em 2001, um tanto tardiamente, a UNESCO elaborou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, correlacionando cultura, cidadania e desenvolvimento.

Em 2005, foi aprovada a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, cuja elaboração contou com importante papel da delegação brasileira, formada por representantes do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em um artigo sobre a declaração de 2001, Paulo Miguez, ex-secretário de Políticas Culturais do MinC, esboçou algumas considerações sobre a fase de elaboração da convenção de 2005:

As posições brasileiras receberam apoio significativo de grande parte das delegações presentes, garantindo a inclusão de princípios fundamentais de nossa política cultural no texto da convenção. Entre elas destacam-se: a defesa do direito soberano dos estados de formularem e executarem políticas culturais voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural; a defesa de um sistema internacional mais equilibrado de trocas de bens e serviços culturais; a defesa da não-inclusão de compromissos adicionais a respeito da propriedade intelectual no texto da citada convenção; a defesa de mecanismos eficazes de cooperação internacional voltados à proteção e promoção da diversidade cultural; e a defesa dos direitos das minorias e das populações tradicionais, como povos indígenas e quilombolas, notadamente sobre seus conhecimentos tradicionais.

Também merece destaque a participação do MinC na realização de contatos e negociações informais em busca de apoio às propostas apresentadas pelo Brasil junto a numerosos países e entidades presentes, como União Europeia, Canadá, China, África do Sul e demais países da América Latina.⁴⁴

A Convenção de 2005 define como ‘expressões culturais’: “aquelas expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural”⁴⁵.

Delineamos, assim, a trajetória do conceito de patrimônio, desde os primórdios até os dias atuais. Convém reafirmar, todavia, que a presente obra se circunscreverá ao conjunto

43. BO. Op. cit. p. 77-87.

44. MIGUEZ, Paulo. A Convenção da UNESCO sobre Diversidade Cultural. In: LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia (Orgs.). *Diversidade Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 19-20.

45. UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>.

dos bens classificados como patrimônio cultural material ou tangível, de acordo com o estabelecido no artigo primeiro da Convenção de 1972 e no artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que será exposto adiante.

O processo de valorização no Brasil

As propostas de proteção do patrimônio cultural brasileiro, sustentadas por um aparato técnico e legislativo, despontaram no início do século XX. Em que pese a criação de museus no país ter ocorrido no século anterior, essas instituições eram devotadas sobretudo à história natural, à etnologia e à pesquisa científica – o que não significa que essas instituições tenham deixado de “contribuir para construções simbólicas da nação brasileira, através de coleções que celebravam a riqueza e a exuberância da fauna e da flora dos trópicos”.⁴⁶ Durante o governo de Pedro II, segundo Mário Chagas,

a *imaginação museal* brasileira foi uma das ferramentas utilizadas na construção ritual e simbólica da nação, que parecia crescer junto com o jovem governante. Além de constituir uma nova inteligência, era preciso desenvolver novos dispositivos de produção do passado e de fixação da memória. Nesse sentido, o papel da Academia das Belas Artes (com seus artistas, suas obras e seus salões de exposições) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (com seus intelectuais, seus acervos e suas práticas preservacionistas) foi de grande importância. [...]

O singular interesse do jovem governante nos museus pode ser identificado no prestígio e apoio que ele conferiu a essas instituições e também na troca de correspondência que manteve com diversas instituições: Museu Britânico (Inglaterra), Museu de Berlim (Alemanha), Museu de História Natural (França), Museu Espanhol de Antiguidades (Espanha), Museu Nacional de Nápoles (Itália), Museu Guimet (França), Museu Numismático (Grécia), Museu de Zoologia Comparada (Estados Unidos) e o próprio Museu Nacional (Brasil).⁴⁷

Ademais, de acordo com Mônica Lessa,

Pedro II empenhou-se numa política de convites a europeus ilustres encarregando-os de organizar instituições de ensino superior, fundar colégios destinados às elites, consolidar ou modernizar instituições científicas ou culturais, organizar a arquitetura e o paisagismo da capital do império, animar a vida cultural com temporadas líricas ou promover a imagem do Brasil no exterior.⁴⁸

Com o advento da República, o tema da consolidação de uma memória nacional tomou vulto. Figura emblemática desse processo foi o escritor Gustavo Barroso, intelectual ligado ao movimento integralista que teve a iniciativa de criar uma instituição consagrada ao culto à pátria, aos heróis da nação e aos valores cívicos. Em harmonia com esse modelo, no ano de 1922 foi instaurado no Centro do Rio de Janeiro o Museu Histórico Nacional – o

46. JULIÃO, Letícia. Aparentamentos sobre a história do Museu. In: Caderno de diretrizes museológicas I. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006. 2ª edição. p. 22.

47. CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. p. 68-69. Grifos do autor.

48. LESSA, Mônica Leite. A Política Cultural Brasileira e a Sociedade das Nações. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH): Anais da XXII Reunião. Rio de Janeiro, 2002. p. 89.

primeiro órgão federal dedicado à preservação do patrimônio cultural e dos monumentos⁴⁹. Barroso se contrapunha veementemente às transformações urbanas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos, como, por exemplo, o desmonte do Morro do Castelo, considerado o berço da cidade.⁵⁰

Outra importante figura nesse período foi o escritor nordestino Gilberto Freyre. Autor de célebres obras como *Casa-grande & Senzala* e *Ordem e Progresso*, Freyre foi o principal expoente do Manifesto Regionalista, que já no ano de 1926 “chamava a atenção para os valores da cultura popular local e para os problemas da região”.⁵¹

O envolvimento dos eruditos com a problemática da construção da nacionalidade foi bastante expressivo no início do século XX, embora tenha se manifestado em variadas orientações, muitas vezes dissidentes. Em 1922, poucos meses antes da fundação do Museu Histórico Nacional, ocorreu a Semana de Arte Moderna, no Teatro Municipal da cidade de São Paulo. O evento fez emergir no cenário nacional os nomes de alguns dos intelectuais que almejavam a representação da cultura genuinamente brasileira em suas obras – os modernistas.

A questão da identidade nacional era também um tema comum a praticamente todos os grupos modernistas, que se expressavam, em suas manifestações mais elaboradas – a Antropofagia e a prosa e a poesia de Mário de Andrade – através de uma visão crítica do Brasil europeizado e da valorização dos traços primitivos de nossa cultura, até então tidos como sinais de atraso.⁵²

Enquanto, internamente, o espírito se movimentava para a questão nacional, no plano externo o mundo experimentava o período entreguerras, a crise dos modelos político e econômico liberal e o declínio da *Belle Époque*.⁵³ Tais mudanças produziram na elite intelectual brasileira um sentimento de incerteza em relação ao futuro, caso a imitação de valores europeus, um tanto desgastados, não fosse superada. Essa conjuntura atuou como um catalisador para o nacionalismo.

Ao longo da década de 1920, diversas propostas para a implementação de uma política de preservação do patrimônio cultural nacional foram elaboradas, a despeito de tentativas isoladas nos séculos XVIII e XIX.⁵⁴ Dentre essas propostas, merece destaque a de Fernando Mello Viana, então governador de Minas Gerais, que em 1926, com o apoio de uma comissão, denunciou o comércio de antiguidades nas cidades históricas mineiras. A relevância de seu anteprojeto de lei federal foi tal que “seus princípios deram origem às disposições atualmente vigentes”.⁵⁵

49. FONSECA. Op. cit. p. 103.

50. ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra/ABA, 2007. p. 263-285.

51. FONSECA. Op. cit. p. 88.

52. Ibidem. p. 89.

53. De acordo com Hobsbawm, "de meados dos anos 1980 até a Grande Guerra, a orquestra econômica global tocou na clave maior da prosperidade... O enriquecimento baseado no crescimento explosivo dos negócios formou o pano de fundo do que se tornou conhecido como "os belos tempos" (Belle Époque)". Cf. HOBBSAWN, Eric. A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 46.

54. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: 1980. pp. 13-17.

55. Ibidem. p. 15.

Entretantes, os modernistas partiram impetuosamente às Minas Gerais com o objetivo de averiguar e divulgar a situação de abandono daquilo que eles consideravam a primeira manifestação da arte genuinamente brasileira – o barroco. Para esse grupo de intelectuais, o ingresso do país no “concerto das nações” prescrevia a construção de uma tradição brasileira, que viria a ser simbolizada na releitura dos vestígios do passado.⁵⁶ Alguns anos depois, em 1933, a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, portadora de grande número de relíquias e edifícios do estilo barroco⁵⁷, foi elevada a Monumento Nacional.⁵⁸ Em 1934, a Carta Constitucional inaugurou a temática do patrimônio histórico e artístico. Seu 148º artigo preconiza:

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.⁵⁹

No decênio de 1930, um dos expedicionários de Minas, que também foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna, formulou o anteprojeto de lei para salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Mário de Andrade elaborou, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (1934-1945), um valioso documento, cuja definição de patrimônio reunia na classe ‘Arte’ oito categorias distintas: arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicada nacional e aplicada

56. FONSECA. Op. cit. p. 93-101.

57. O termo “barroco mineiro” se refere, de maneira generalizada, às artes religiosas produzidas durante o século XVIII nas Minas Gerais, período de grande efervescência cultural nas antigas vilas contíguas às minas, em função da prosperidade econômica das mesmas.

Inicialmente pequenas e erguidas com materiais efêmeros, como a taipa de pau-a-pique ou de pilão, as construções mineiras foram tomando vulto à medida que aqueles primeiros arraiais prosperavam, possibilitando o desenvolvimento de uma classe de artífices e artesãos habilidosos, muitos deles provenientes da metrópole portuguesa.

A adaptação das técnicas artísticas ao meio e ao isolamento geográfico da região, não obstante, foi um dos motivos da singularidade desta arte dita “mineira”.

No ponto de vista iconográfico/iconológico, por exemplo, esta “aclimatação” ao ambiente social da mineração implicou na perpetuação de um devocionário específico dos negros e mestiços, que fundaram diversas irmandades e igrejas dedicadas a santos negros, como Santa Ifigênia e São Benedito.

Sob o ponto de vista formal, muitas representações expressam a clara opção dos artistas em reproduzir temáticas apostólicas e pastorais usando como modelo os arquétipos locais, alguns deles negros e mestiços (tal qual diversos desses artistas).

Nos aspectos materiais e técnicos, os artistas mineiros também tiveram de confrontar a grande demanda de encomendas com a escassez de matérias primas consagradas na arte europeia, como o mármore e o líoz, sendo muito utilizada a pedra-sabão, um tipo de calcário abundante na região.

No campo estilístico, finalmente, está provavelmente situada a maior inconformidade do termo “barroco mineiro”, uma vez que a sua culminância se verifica justamente no momento em que o escultor, entalhador e arquiteto Antônio Francisco Lisboa - o Aleijadinho, o pintor Manuel da Costa Ataíde, e o arquiteto português Francisco de Lima Cerqueira, dentre outros, reproduzem na província das Minas Gerais obras claramente inspiradas no Rococó religioso europeu, algumas delas elencadas entre as mais suntuosas e requintadas do estilo, considerado pela pesquisadora Myriam Ribeiro um “fenômeno global” da cultura setecentista. (GOMES, Rafael Azevedo Fontenelle. Barroco Mineiro. 2011. Trabalho inédito).

58. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: 1980. Anexo V. p. 89.

59. BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 14 nov. 2010.

estrangeira.⁶⁰ No primeiro capítulo do anteprojeto, datado de 1936, Andrade delineou os objetivos do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – instituição que seria responsável pelo emprego da política preservacionista.

O autor de *Paulicéia Desvairada* propunha um conceito de ‘arte’ próximo à atual concepção antropológica de cultura. Segundo ele, “arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”⁶¹. Em consonância com essa proposição, incluiu na definição de patrimônio as paisagens e o folclore, este último representado pelo vocabulário, pelos cantos, pelas lendas, pela culinária etc. A implementação da instituição, que viria a incluir a categoria ‘histórico’ em seu nome, não considerou, no entanto, todo o anteprojeto de Mário de Andrade.

Em janeiro de 1937, o presidente Getúlio Vargas decretou a Lei nº 378, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – a “mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais na América Latina”⁶² – e em novembro do mesmo ano, já sob o regime do Estado Novo, sancionou o Decreto-lei nº 25, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”⁶³. O artigo primeiro desse documento define como patrimônio:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.⁶⁴

Ao confrontar o anteprojeto de Mário de Andrade com o Decreto-lei 25, verifica-se que o último não considera os aspectos intangíveis das manifestações culturais – faces do patrimônio que seriam incluídas na legislação para salvaguarda algumas décadas mais tarde, na Carta Constitucional de 1988. Diversos autores sustentam que a abrangência do anteprojeto marioandradiano não era compatível com as diretrizes políticas e ideológicas do Estado Novo, que planejava preservar a tradição para “civilizar” a nação.⁶⁵ Não havia, naquele momento, espaço para a cultura popular e o folclore.

O que preponderou no autoritarismo brasileiro, no entanto, não foi a busca das raízes mais populares e vitais do povo, que caracterizava a preocupação de Mário de Andrade, e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de constituir.⁶⁶

60. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Op. cit. Anexo VI: Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. p. 90-106.

61. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Op. cit. Anexo VI: Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. 97.

62. *Ibidem*. p. 25.

63. *Ibidem*. Anexo IX: Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. pp. 111-119.

64. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: 1980. p. 111.

65. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002. p. 41.

66. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: USP, 1984. p. 80.

Cumpra assinalar que o projeto de reconstrução ou reinvenção do passado e da tradição não foi engendrado de forma unilateral e autoritária, isto é, os indivíduos não aceitaram os códigos ou símbolos de sua nacionalidade de forma resignada ou compulsória. José Reginaldo Gonçalves toma emprestada de Stephen Greenblatt a noção de ‘ressonância’ para designar o efeito produzido pelo símbolo (composto por significante e significado) na sociedade.

Um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público.⁶⁷

Conquanto a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (que doravante chamarei de IPHAN, conforme a sigla atual) apresente-se, em boa parte da bibliografia sobre o assunto, vinculada à elite intelectual do país e a repercussão das ações da instituição não tenha, no momento de sua fundação, alcançado os diferentes grupos sociais – uma vez que a visão antropológica de Mário de Andrade foi rechaçada – o hercúleo esforço do IPHAN em lançar as bases para a preservação de bens de caráter histórico e artístico da nação é, com instância, reconhecido. De acordo com Sérgio Miceli,

Independente da cor ideológica deste idealismo e do esgotamento político-social de sua política, a contribuição do IPHAN para a preservação do patrimônio histórico e artístico do Brasil é inegável. Quanto mais não seja porque o IPHAN criou e estabeleceu os limites de uma nova área cultural, suficientemente delineada na prática e na teoria. Pode-se, é verdade, discordar desta prática e desta teoria. A seu favor, porém, encontram-se dois bons argumentos. Primeiro, o IPHAN introduziu o Brasil na comunidade internacional contemporânea, que tem como uma de suas tarefas culturais a preservação de seu patrimônio histórico e artístico. Esta tarefa é realizada pela imensa maioria dos países contemporâneos, sejam capitalistas, socialistas ou comunistas. Ela está muito mais vinculada à natureza das relações internacionais entre os países e entre estes e sua história cultural e desenvolvimento industrial-tecnológico do que a uma determinada ideologia cultural. Segundo, sem esta delimitação (que deve ser sempre entendida como historicamente provisória), ideologias culturais e grupos sociais não poderiam se encontrar para se conflitarem ou se colocarem em acordo.⁶⁸

O contexto internacional que o mundo experimentou na década de 1930 foi profundamente marcado pela crise econômica. Embora o Brasil, na época, tivesse como projeto o desenvolvimento nacional e para isso tenha lançado mão de reformas administrativas em seu Ministério de Relações Exteriores, observa-se que os efeitos da Grande Depressão e o surgimento latente de um novo sistema de poder, em torno do qual o Brasil orbitaria, também foram condicionantes no processo decisório da política externa brasileira. Esse fato comprova a tese de Gerson Moura de que tanto as determinações estruturais quanto as conjunturais tem influência no andamento do processo político de

67. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. MACIEL, Maria Eunice; ALVES, Caleb Faria (Orgs.). *Patrimônio Cultural. Revista Horizontes Antropológicos*, vol. 11, n. 23. Porto Alegre: jan-jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: fev. 2011.

68. MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. Introdução. p. 30.

países dependentes, caso do Brasil.⁶⁹

De acordo com Letícia Pinheiro,

o que se percebe na política externa brasileira é a hegemonia de uma visão realista das relações internacionais e do papel que o país deveria desempenhar no sistema. Essa visão realista percebe o sistema internacional como anárquico, onde o Estado é o principal, embora não o único, ator no sistema internacional agindo tanto em busca de ganhos relativos, na vertente hobbesiana, quanto de ganhos absolutos, na vertente grotiana.⁷⁰

Seguindo esses pressupostos, o país, desde a proclamação da República, rompeu seu isolamento no continente americano e se lançou no cenário internacional procurando um melhor posicionamento no sistema de poder. Com Vargas, pode-se dizer que a combinação de variáveis externas e internas, ou seja, de um ambiente externo favorável em certa medida e uma orientação do regime político interno que se voltava ao desenvolvimento, foi uma característica que se confirmou ao longo de seu governo e que levaria o país, nas décadas seguintes, à condição de Potência Média ou de *System-Affecting State*,⁷¹ apresentando maior preeminência no contexto regional e maior poder de negociação no meio internacional.

Ainda no plano multilateral, é possível notar na década de 1930 uma maior atuação brasileira em negociações internacionais. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil assinou 64 atos internacionais entre 1921 e 1930. Já entre 1931 e 1940, o número sobe para 207 atos.⁷²

Ao mesmo tempo, Vargas procurou, em plano regional, reforçar a ideia de Brasil como país conciliador e atuante na construção do pan-americanismo. Foram várias as mediações em conflitos e desavenças ocorridos no continente onde o caráter pacificador brasileiro resultou em acordos aparentemente satisfatórios. No campo da cultura, destaque-se a atuação do chanceler José Carlos de Macedo Soares (1934 a 1936), intelectual que, dentre outras medidas, promoveu a valorização da cultura no país e criou o Serviço de Cooperação Intelectual, “cuja ação amplamente se estendeu, prometendo um grande surto para o intercâmbio cultural do Brasil com todos os países do mundo”.⁷³ Durante os anos em que esteve no comando da Pasta, foi assinado, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, o *Tratado para a Proteção de Instituições Artísticas e Científicas e Monumentos Históricos*, ou *Pacto Roerich*. Na ocasião de sua assinatura, em 15 de abril de 1935, o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt fez o seguinte pronunciamento:

É muito apropriado que, neste dia, designado como o Dia Pan-americano pelos Chefes Executivos de todas as Repúblicas do Continente Americano, os Governos - membros da União Pan-americana - assinassem um Tratado

69. MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 42-43.

70. PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 8.

71. SENNES, Ricardo Ubiraci. Potência Média recém-industrializada: parâmetros para analisar o Brasil. In: *Contexto Internacional*, Vol. 20. Rio de Janeiro: IRI/PUC-Rio, jul./dez. 1998. p. 385-413.

72. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Atos Internacionais: Prática Diplomática Brasileira* □ Manual de Procedimentos. Brasília, maio de 2008. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/PraticaDiplomaticaBrasileira.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2009.

73. AMARAL, Antônio Barreto do. José Carlos Macedo Soares: Embaixador da Paz, Chanceler das Américas. São Paulo: Companhia Nacional de Seguros, 1983. p. 134.

que marca um passo à frente na preservação das realizações culturais das Nações deste hemisfério. Abrindo este Pacto para a adesão das Nações do mundo, estamos tentando fazer uma aplicação universal de um dos princípios vitais para a preservação da civilização moderna. Este tratado possui um significado espiritual muito mais profundo do que o texto do próprio instrumento. Renovamos o nosso compromisso com estes altos princípios de cooperação internacional e auxílio que, tenho certeza, será uma grande contribuição das Américas para a civilização.⁷⁴

O sucessor de Macedo Soares, Mário de Pimentel Brandão (1936 a 1938), assumiu o Itamaraty no período de transição do Governo Constitucionalista para o Estado Novo e na mesma ocasião da visita de Roosevelt ao Brasil.⁷⁵ Em seu mandato, foi ratificada a Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas, documento firmado na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, realizada em Buenos Aires em dezembro de 1936. Logo, verifica-se que Vargas deu continuidade à política de promoção da imagem do país no exterior por meio da cultura, política já em curso no país desde o período imperial. O ponto de inflexão de seu governo foi o estabelecimento de um aparato técnico e legislativo necessário para coordenar as atividades deste vasto campo de influência internacional.

Com a instauração do Estado Novo, foram criados no Ministério da Educação e Saúde, comandado por Gustavo Capanema, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), este sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade.⁷⁶ Ao tratar da importância da cultura para o Estado e, especificamente, do papel do IPHAN, Sergio Miceli revela:

A criação do IPHAN não foi ato isolado. Ao contrário, inseriu-se no processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país. Processo que adquire forma moderna com a Revolução de 30, e é determinado por fatores estruturais tais como a substituição do ciclo rural e oligárquico pelo ciclo urbano e industrial, a consequente ampliação social da cidadania, pelo aumento da oferta de empregos urbanos, e a crise econômica internacional, a provocar a guerra e afrouxar os laços de dependência política e cultural que vinculavam o Brasil à Europa.

Os dois primeiros fatores ampliam institucionalmente a base social do poder político, com o objetivo de organizar (e controlar também) a crescente participação no Estado e na sociedade de cidadãos antes excluídos da vida nacional. Daí a legalização e estatização de atividades antes livres da ingerência estatal, como as atividades sindicais, as atividades estudantis, e as atividades culturais.

[...] O último fator – a crise internacional – estimula na área cultural manifestações que 'descobrem' o Brasil, como o movimento modernista na

74. INSTITUTO RÖERICH DA PAZ E CULTURA DO BRASIL. Pacto Röerich. 1935. Disponível em: <<http://www.roerich.org.br/site/pactoroerich.html>>. Acesso em: abr. 2011

75. CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001. Capítulo 2.

76. FONSECA. Op. cit. p. 91.

O advogado, jornalista e escritor mineiro Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que elaborou o Decreto-lei para proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, permaneceu à frente do IPHAN por pouco mais de três décadas (1937-1968), período conhecido na história da instituição como a “fase heroica”. Essa denominação se deve ao empenho imensurável desse intelectual na causa do patrimônio, não obstante seu projeto possa, à primeira vista, denotar certa incúria no trato com a cultura dita popular. Segundo Gonçalves, Rodrigo tinha uma concepção evolucionista de civilização, onde o patrimônio cultural brasileiro, “produto unificado da combinação de três diferentes heranças: a africana, a ameríndia e a europeia”⁷⁸, situava o país em um posto menos “civilizado” se comparado ao patrimônio cultural das nações europeias. Essa concepção, no entanto, não o impedia de defender impetuosamente a cultura nacional e de infundir na sociedade brasileira a importância da ação de salvaguarda do patrimônio, sem que, para isso, se contrapusesse veementemente às transformações urbanas pelas quais a então capital federal passava. Para Rodrigo,

No contexto de um processo universal de civilização, o Brasil é oposto a nações ‘mais maduras’ ou ‘mais civilizadas’. No entanto, isso não traz como consequência uma visão negativa, pessimista, da cultura brasileira, mas o sentido de que se *tornará* uma nação plenamente moderna, civilizada e madura, na medida em que os brasileiros venham a reconhecer, assumir e defender sua cultura ou ‘tradição’ como parte da civilização universal. Ao mesmo tempo, as ‘nações civilizadas’ reconhecerão os valores genuínos produzidos pela cultura brasileira.⁷⁹

Nesse sentido, ainda que o projeto de Rodrigo tenha se limitado, sobretudo, ao patrimônio de ‘pedra e cal’, dando prioridade às edificações e alijando a ampla visão de cultura e de patrimônio expressa por Mário de Andrade, é inegável que o texto do Decreto-lei nº 25 de 1937 – de autoria praticamente exclusiva de Rodrigo de Melo Franco de Andrade – foi de importância fundamental para a implementação da política de preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro, lançando o ‘tombamento’ como ato do poder público que caracteriza um bem, móvel ou imóvel, como patrimônio nacional. Por se tratar de assunto demasiado prolixo e que transpõe os domínios deste trabalho, não farei referência ao processo ou modo pelo qual um bem é inscrito em um dos quatro livros de tomo – Histórico; Belas-Artes; Artes Aplicadas e; Arqueológico Etnográfico e Paisagístico.⁸⁰

Com a aposentadoria de Rodrigo, a qual representou o fim da ‘fase heroica’ ou a fase de consolidação do IPHAN, o arquiteto Renato Soeiro assumiu a instituição e permaneceu à frente desta por doze anos, de 1967 a 1979. Entrementes, o país conhecia os governos militares de Costa e Silva, Médici e Geisel e, internacionalmente, o mundo experimentava a crise econômica internacional, ocasionada pelo 1º choque do petróleo,

77. MICELI. Op. cit. pp. 26-27.

78. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002. p. 46.

79. *Ibidem* p. 46.

80. Para um aprofundamento no assunto, conferir GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002. Ver também: FONSECA, Maria Cecília. *Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997

e o início da distensão do conflito Leste-Oeste (*Détente*), que contribuiu para que novos temas adentrassem nas agendas externas, não mais pautadas na defesa e na segurança, e que possibilitou a profusão do movimento terceiro-mundista iniciado na Conferência de Bandung (1955) e a proposição de uma Nova Ordem Econômica Internacional, na qual os países em desenvolvimento deveriam merecer tratamento preferencial.⁸¹ Esse também é o momento em que os estudos sobre economia e cultura para o desenvolvimento começam a despontar nos planos de ação da UNESCO, tema que será exposto no item a seguir.

Conforme referido na introdução desta obra, no ano de 1966, fim do governo Castello Branco, foi criado o Conselho Federal de Cultura⁸² (CFC), cujo empenho resultou no aprofundamento da institucionalização da cultura. De acordo com Lia Calabre, o CFC tinha como algumas de suas atribuições: “formular a política cultural nacional; articular-se com os órgãos estaduais e municipais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções; promover campanhas nacionais e realizar intercâmbios internacionais”.⁸³ Responsável, portanto, pela condução da política pública de cultura do país, o CFC tinha como uma de suas áreas de atuação o patrimônio histórico e artístico, cujo grupo de conselheiros era composto por nomes como Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Afonso Arinos de Melo Franco, que havia ocupado o posto de chanceler no governo de Jânio Quadros. Como fato curioso, vale destacar que no ano de 1966 a cidade de Paraty, no Rio de Janeiro, foi elevada a monumento nacional.

Segundo Calabre, também estava entre as competências do CFC a elaboração de um plano nacional de cultura, cuja implementação tornou-se inviável devido a graves problemas de ordem orçamentária. O documento *Diretrizes para uma política nacional de cultura*, de 1973, revela

uma preocupação com o processo contínuo de valorização de elementos culturais estrangeiros que estariam contribuindo para o desaparecimento e desvalorização do acervo cultural brasileiro acumulado. Esse processo estaria colocando em risco a preservação da personalidade brasileira” e a segurança nacional. Alerta ainda para o fato de que para um país de dimensão continental, que vive um processo de crescimento populacional acelerado e de miscigenação étnica contínua e permanente é fundamental a sobrevivência dos variados elementos formadores da personalidade nacional. As questões da manutenção, do registro e do resgate dos elementos culturais formadores da nação brasileira estão presentes em diversas passagens do documento. A política cultural é colocada como um dos elementos importantes na construção e manutenção das políticas de segurança e de desenvolvimento.⁸⁴

Remodelado no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o documento contemplava, no âmbito do patrimônio, um conceito mais amplo, que fora esboçado por Mário de Andrade no anteprojeto de criação do IPHAN, de 1936. Também expressava “uma preocupação com o processo contínuo de valorização de elementos culturais estrangeiros que estariam

81. SILVA, Roberto Luiz. *Direito Internacional Público*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 1.

82. O Conselho Federal de Cultura foi dissolvido em 1990, no governo Collor.

83. CALABRE, Lia. *Intelectuais e Política Cultural: o Conselho Federal de Cultura*. Revista *Intellectus*. Ano 05, Vol. II. 2006. p. 2. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

84. CALABRE, Lia. *Intelectuais e Política Cultural: o Conselho Federal de Cultura*. Op. cit., p. 8.

contribuindo para o desaparecimento e a desvalorização do acervo cultural brasileiro acumulado”.⁸⁵ Essa transformação do conceito de patrimônio seguiu o ritmo que se produzia na esfera internacional, como se pode notar, por exemplo, na Convenção de 1972, a qual compreendia os aspectos culturais e os naturais. Nesse ínterim, buscou-se, no Brasil, a elaboração de políticas públicas “socialmente mais abrangentes”,⁸⁶ visto que o país passava por uma crise de legitimidade política, decorrente da insatisfação dos setores que apoiavam o regime. No campo da cultura, a reformulação das políticas públicas tencionava ampliar a participação dos setores marginalizados na sociedade – o que era menos um reconhecimento do valor da cultura popular do que uma forma de manter o regime vigente.⁸⁷ Em termos práticos, foi criado em 1975, no Ministério da Indústria e Comércio (MIC), o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) com a finalidade de inventariar e analisar a dinâmica cultural brasileira. Nos dizeres de Sergio Miceli:

O fato de a nova política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico ter surgido no MIC não indica apenas o compromisso com uma política de preservação dotada de espírito empresarial e economicamente viva, isto é, integrada ao cotidiano econômico do cidadão brasileiro. Indica mais. Por um lado, reconhece que qualquer intervenção na área de preservação cultural, para ser nacionalmente abrangente, necessita dos recursos federais e do poder de regulamentação do Estado. Por outro, reconhece que o Ministério da Educação e Cultura permanecia, ainda, operacionalmente conservador, culturalmente tradicionalista e submisso ao controle político-ideológico do regime.⁸⁸

No que tange a promoção e o fomento do patrimônio de ‘pedra e cal’, foi estabelecido em 1977 o Programa de Cidades Históricas (PCH), de alcance nacional e “com o objetivo de criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas”.⁸⁹ O PCH tinha como ação prioritária a restauração de monumentos, edifícios, ruínas e núcleos arqueológicos, além de promover a participação das esferas estadual e municipal, bem como da comunidade, na conquista de seus objetivos.

A gestão de Renato Soeiro, *grasso modo*, deu continuidade à política preservacionista de seu antecessor, à exceção de, conforme exposto, algumas mudanças estruturais que foram executadas no órgão e amplamente desenvolvidas na gestão seguinte, com Aloísio Magalhães. Este, assumiu a direção do IPHAN em 1979 e nesse posto permaneceu até seu falecimento, em 1982. Em que pese o curto período de sua gestão, o período em que Aloísio esteve à frente do órgão foi marcado por profundas transformações técnicas e conceituais no campo do patrimônio nacional. Este intervalo é conhecido como “fase moderna”.

Artista plástico e designer, Aloísio foi coordenador do CNRC desde sua criação em 1975 – programa que, assim como o PCH, foi incorporado ao IPHAN em 1979, já sob seu comando. A proposta do CNRC de perscrutar e inventariar as diferentes manifestações

85. CALABRE. Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho de 2006. p. 94.

86. MICELI, Sérgio. Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984. p. 30.

87. Ibidem. p. 30-31.

88. MICELI. Op. cit., p. 31-32.

89. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: 1980. p. 147.

culturais dispersas pelo território nacional foi a mola propulsora da nova política de preservação que caracterizou a dita “fase moderna”. Nessa nova política, o conceito de cultura ampliou-se à comunidade, a todos os segmentos sociais, de modo que a visão elitista e evolucionista, denotada em um suposto caráter “civilizador” da cultura – defendida nos tempos “heroicos” do IPHAN – malograsse. Foi o momento de retomada do visionário anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936, para criação da lei para salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

No IPHAN de Aloísio, a denominação ‘patrimônio cultural’ é substituída pela de ‘bens culturais’ que, de acordo com Gonçalves, “cobriria diversas espécies de objetos e atividades”⁹⁰, isto é, a política baseada na estética de belos edifícios e monumentos foi suplantada por uma apoiada no processo e na dinâmica cultural. Essa mudança, da cultura erudita à cultura popular, atendia à demanda por políticas públicas socialmente inclusivas no momento em que o processo de abertura e redemocratização no país se desdobrava. Gonçalves também relata:

Um dos pontos de partida da narrativa de Aloísio é a diferença que ele reconhece entre ‘países ricos’ e ‘países pobres’; em seguida, entre ‘países ricos e velhos’ e ‘países pobres e velhos’; e, finalmente, entre ‘países novos e ricos’ e ‘países novos e pobres’. [...]

Como país novo, o Brasil é concebido em termos de um processo aberto, inconcluso de formação cultural, econômica e política. A nação é pensada como uma ‘trajetória histórica’. Para Aloísio, o Brasil possui uma cultura que ainda não adquiriu estabilidade e permanência e encontra-se, ainda, num processo de formação. Nesse processo, a ênfase é colocada na diversidade cultural existente no Brasil e na sua singularidade em relação a outras nações. A heterogeneidade cultural é considerada como o mais importante recurso da nação brasileira.⁹¹

Ademais, o progresso tecnológico que se verificava no mundo, bem como a retomada da globalização, recrudesce os debates sobre a desigualdade dos fluxos informacionais e trocas culturais. Nesse sentido, o então diretor do IPHAN atentava para o perigo da homogeneização cultural, cuja disseminação pelo mundo era inevitável, e alarmava para a defesa das culturas do chamado ‘Terceiro Mundo’. Em contraste com as noções de ‘hegemonização’ ou ‘mundialização’ (conforme disposto no item 1.2.), de Renato Ortiz, o discurso de Aloísio refletia a preocupação com a mera reprodução de códigos culturais do ‘Primeiro Mundo’ e com a ‘perda’ da identidade nacional configurada em sua diversidade ou pluralidade. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca,

Na verdade, a crítica de Aloísio se dirige antes ao imperialismo que ao modelo capitalista implantado no Brasil. Imperialismo econômico, do capital internacional, imperialismo cultural, dos padrões europeus e, mais recentemente, dos *mass media* americanos. O ‘verdadeiro’ Brasil, qual um gigante adormecido, estaria coberto por um manto estrangeiro.⁹²

Cumprido destacar que, não obstante as diferenças verificadas nos discursos de Rodrigo e de Aloísio, ambos denotam uma identidade nacional ainda em formação. Ocorre

90. GONÇALVES. Retórica da perda. p. 73.

91. Ibidem. p. 52-53.

92. FONSECA. O Patrimônio em processo. p. 186.

que, enquanto o primeiro tencionava educar e ‘civilizar’ o país por meio de uma releitura de seu passado e suas tradições, o segundo engendrou uma política de preservação que tinha como alicerce a promoção da diversidade cultural como via para o desenvolvimento,⁹³ ideia que ainda vigora nas atividades da instituição.

Em 1985, no governo de José Sarney, o setor da cultura, até então vinculado à educação, teve sua autonomia declarada com a criação do Ministério da Cultura (MinC). No ano de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil anunciou, em seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁹⁴

Em virtude da vasta extensão de elementos compreendidos no artigo citado, o presente trabalho considerará apenas os bens discriminados nos itens IV e V, já que coincidem com a definição da Convenção de 1972 da UNESCO.

Atualmente, o organograma do MinC apresenta o IPHAN como uma de suas autarquias, acompanhado pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).⁹⁵ O órgão responsável pelos tombamentos e registros dos bens culturais da nação conta, no que tange o patrimônio cultural material, com 1.362 inscrições distribuídas pelos quatro livros de tomo⁹⁶ e o IBRAM, que até 2009 era o Departamento de Museus do IPHAN, apresenta em seu Cadastro Nacional de Museus 2.716 instituições abertas ao público⁹⁷. Ao longo de quase três décadas de existência, o MinC tem reforçado a importância da cultura para a cidadania e para a economia. Em acordo com essa perspectiva, o IPHAN tem como missão “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país”.⁹⁸ Veremos adiante como a instituição tem alcançado, na prática, as metas de sua missão.

93. GONÇALVES. Retórica da perda.

94. BRASIL. Constituição Federal de 1988. Capítulo III, Seção II, Artigo 216. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 abr. 2011.

95. A ANCINE foi criada em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e o IBRAM, que funcionava desde 2003 como Departamento de Museus no âmbito do IPHAN, foi estabelecido em 2009, no segundo mandato de Lula.

96. IPHAN. Arquivo Noronha Santos. <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

97. SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS. Cadastro Nacional de Museus. Estatísticas. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/SBM/cnm_estatistica.htm>. Acesso em: 30 abr. 2011.

98. IPHAN. Referencial Estratégico. <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginaphan>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

PATRIMÔNIO CULTURAL COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com os economistas Amaury Patrick *Gremaud*, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos e Rudinei Toneto Junior, na obra *Economia Brasileira Contemporânea*, o termo ‘desenvolvimento’ possui um conceito amplo que, constantemente, é confundido com ‘crescimento econômico’ ou com a “ampliação quantitativa da produção”.⁹⁹ No entanto, “a ideia de desenvolvimento econômico está associada às condições de vida da população, ou à qualidade de vida dos residentes no país”.¹⁰⁰ Medir o desenvolvimento de um município, país ou região implica o manejo de variáveis tais como o produto interno bruto (PIB) *per capita*, os indicadores sociais e a distribuição de renda.

Ocorre que, com frequência, a noção de ‘desenvolvimento’ empregada na composição de listas (*rankings*) – as quais deflagram, anualmente, o posicionamento das nações no sistema econômico mundial – é regulada pelo *produto interno bruto* (PIB), sem que este seja dividido pelo total de habitantes do país (PIB *per capita*). O problema desse tipo de classificação é o de causar uma ilusão, um otimismo despropositado, face à realidade socioeconômica de muitas regiões do planeta, já que alija outros fatores imprescindíveis para a análise do processo de desenvolvimento dos países – os indicadores sociais e a distribuição de renda. Como exemplo, segundo dados de 2010 do *World Factbook* da *Central Intelligence Agency* (CIA), o Brasil ocupa a 9ª posição¹⁰¹ em uma lista que considera apenas o PIB por paridade de compra. Quando seu produto interno bruto é dividido pela população, a posição cai para o 103º lugar.¹⁰²

Nesse sentido, o economista indiano Amartya Sen, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998, apresentou na obra *Desenvolvimento como Liberdade* uma perspectiva na classificação de países como ‘desenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’ segundo a qual a qualificação do nível de desenvolvimento de um país requer o emprego de diversos indicadores. Ela deve envolver não somente a simples ordenação dos Estados ou regiões no sistema macroeconômico por meio do PIB, mas também a avaliação profícua das liberdades individuais, ou da ausência dessas, referentes à participação política, ao acesso à educação e aos serviços de saúde, por exemplo. Em suas palavras, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.”¹⁰³ Amartya Sen também contribuiu na formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador publicado anualmente desde 1990 que considera em suas análises fatores como a expectativa de vida e a educação, além do PIB *per capita*, embora confira a este último fator um papel menos importante que o investimento maciço em serviços públicos. O IDH é utilizado pelo *United Nations Development Programme* (UNDP) na elaboração dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Na classificação de 2010, o Brasil aparece na

99. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 55.

100. *Ibidem*. p. 56.

101. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 10 mai 2011.

102. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 10 mai 2011.

103. SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 18.

73ª posição.¹⁰⁴

No mesmo caminho seguiu o economista brasileiro Celso Furtado, componente do grupo cepalino.¹⁰⁵ Para o autor, que comandou a pasta da Cultura entre 1986 e 1988, o *subdesenvolvimento* é uma característica da estrutura do sistema capitalista vigente, necessária na manutenção das relações de dependência, e não uma etapa em direção ao desenvolvimento. No que tange o campo da cultura, relata a importância de uma política cultural que estimule o enriquecimento da criatividade em suas múltiplas dimensões. De acordo com Furtado,

Uma vez que a ideia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a morfogênese social deriva dessa outra ideia simples de que é mediante a invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento.

Mais do que *transformação*, o desenvolvimento é *invenção*, comporta um elemento de intencionalidade.¹⁰⁶

Conforme explicitado no primeiro capítulo, a criatividade é a força motriz das indústrias criativas, e estas apresentam como um de seus grupos, na classificação da UNCTAD, o patrimônio cultural em seus aspectos tangível e intangível. Seguindo as orientações dos economistas referidos, a presente seção examinará de que modo as políticas de fomento ao patrimônio cultural tangível de uma nação podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, bem como proporcionar acréscimo nas receitas dos Estados.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos relata que desde a década de 1980 os debates sobre os problemas de ordem econômica e social têm revelado uma gradual desvalorização do econômico “em detrimento do político, do cultural e do simbólico”¹⁰⁷ e, também, uma desvalorização dos “modos de produção em detrimento dos modos de vida”.¹⁰⁸ O autor revela que nesse momento, embora o mundo experimentasse uma profunda crise econômica que assolou tanto países ‘centrais’ quanto ‘periféricos’, a conjuntura internacional propiciou a eclosão de “movimentos sociais e da democracia, do fim do comunismo autoritário e do *apartheid*, do fim do conflito Leste-Oeste e de um

104. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/media/PR3-HDR10-HD1-PT.pdf>>. Acesso em: 10 mai 2011.

105. De acordo com Amado Luiz Cervo, os intelectuais da Comissão Permanente para a América Latina ou CEPAL, criada na década de 1950, defendiam que “as relações internacionais, particularmente o comércio, comportavam mecanismos que reproduziam as condições do subdesenvolvimento, perpetuando-as no tempo, ou seja, convertendo-as em estruturas permanentes. Os conceitos que elaboraram a partir dessa visão dual de mundo apresentavam-se, por um lado, como diagnóstico da realidade, por outro, como base para a estratégia de ação”. Cf. CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 14.

106. FURTADO, Celso. Cultura e Desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 105. Grifos do autor.

107. SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2010. p. 20.

108. *Ibidem*. p. 20.

certo abrandamento da ameaça nuclear”.¹⁰⁹ David Throsby revela que, nesse momento, começa a se configurar a noção de desenvolvimento humano no lugar do desenvolvimento econômico¹¹⁰, o que culminou na elaboração do IDH. No entanto, ainda persiste em nossos dias a avaliação do desenvolvimento por meio do *crescimento* econômico, ou da capacidade produtiva, em detrimento de indicadores sociais.

Os estudos sistemáticos sobre a relação entre a cultura e a economia despontaram na década de 1970 e tiveram como uma de suas causas as reivindicações do movimento terceiro-mundista (vide item 1.2.). O *Comunicado Final da Conferência de Bandung* (1955) apresenta diversas referências à importância do reconhecimento das diferentes culturas que estiveram sob o jugo colonialista para a consolidação da paz e como via “para dar prosperidade e bem-estar a todos”.¹¹¹

O patrimônio cultural tangível, como testemunho material de culturas vivas ou não e como indústria criativa, revestido de valor simbólico, é classificado na Economia como “bem público”. Os bens assim definidos, de acordo com *Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior*,

não podem ser providos pelo mecanismo de mercado, como a justiça, a segurança nacional etc. O que caracteriza este tipo de bem é o fato de seu consumo ser não rival e não excludente, ou seja, o consumo do bem por uma pessoa não impede o consumo deste mesmo bem por outra pessoa. Em função destas características, os indivíduos não revelam o quanto estão dispostos a pagar para adquirir estes bens, ou seja, as pessoas ficam esperando outros pagarem para consumirem os bens, com isso, ninguém pagaria e não haveria a oferta desses bens. Por isso, estes bens ou serviços devem ser de provisão pública e seu financiamento deve dar-se de forma compulsória através dos impostos.¹¹²

Excluído do circuito meramente mercadológico e, constantemente, entendido como um espaço sagrado, alheio à lógica econômica, o patrimônio cultural é, hoje, gerido por meio de recursos orçamentários, provenientes da arrecadação de impostos e das receitas estatais, e de recursos não orçamentários, como as leis de incentivo fiscal ou mecenato. Para que as políticas culturais neste campo promovam o desenvolvimento socioeconômico, ou a “prosperidade e bem-estar a todos”, é preciso ter em consideração que o patrimônio cultural está presente em todo o mundo não apenas como “espaço sagrado” de rememoração de antigas civilizações e de fatos históricos, inclusive recentes, mas também como atrativo turístico que pode refletir na dinamização do local onde está inserido e no aprimoramento da imagem-local/país. Nesse sentido, o diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães revela:

109. SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., p. 18.

110. THROSBY, David. *Economics and Culture*. United Kingdom: Cambridge, 2001. p. 67.

111. *La Documentation Française*, AD 0176-0200-0201 et AD 0196-0207. Apud: Kátia M. de Queirós Mattosos. *Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea (1789-1963)*. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 200-1.

112. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. Op. cit. p. 39.

Sem a compreensão do produto cultural como um *fenômeno cultural/econômico/político complexo*, não é possível a definição de uma política cultural que leve em consideração o extraordinário potencial de geração de emprego, de lucro e de divisas da produção e distribuição cultural, mas também seu papel político fundamental de formação do imaginário social, da vitalidade da nação e do poder do Estado.¹¹³

E ainda:

Os estímulos à preservação do patrimônio e à produção cultural individual não terão impactos sociais, políticos e econômicos se não forem conjugados com a possibilidade de sua difusão pelos veículos econômicos.¹¹⁴

Em muitos países desenvolvidos, especialmente os europeus, a política para o patrimônio cultural é operacionalizada para a conquista desses benefícios. A categoria de “Patrimônio Mundial” criada pela UNESCO é um exemplo do reconhecimento do valor do patrimônio para a humanidade e presume-se que um bem inserido nessa lista tenha efeito atrativo substancialmente maior. A lista conta atualmente com 725 bens culturais, 183 bens naturais e 28 mistos, perfazendo um total de 936 bens distribuídos por 153 Estados-Partes. No Brasil, cidades históricas como Ouro Preto, Olinda, Salvador, o Plano Piloto de Brasília e o complexo das Missões Jesuíticas Guarani, dentre outros, são classificados como Patrimônio Mundial¹¹⁵. Infelizmente, por razões estruturais e políticas, o Brasil ainda não explora de forma satisfatória a potencialidade desses bens, embora venha demonstrando uma maior disposição no fomento e na promoção de sua(s) cultura(s).

Ainda que o momento atual deflagre uma crise conceitual do modelo de Estado-nação ocasionada pelos processos de transnacionalização e de globalização, o patrimônio cultural perpassa e transcende esses movimentos uma vez que encontra-se imobilizado, estático, em algum espaço-tempo, não obstante sua construção seja condicionada pela conjuntura política, isto é, esteja em constante processo. O valor que possuem, seja econômico e/ou simbólico, é manifesto desde, por exemplo, o colecionismo nos tempos da Idade Média até os espólios empreendidos na Alemanha de Hitler, os quais contribuíram para a formulação de códigos deontológicos para aquisição e restituição de bens culturais.¹¹⁶ A destruição das gigantescas estátuas dos Budas de Bamiyan, com mais de 1500 anos, por representantes do movimento islâmico Taliban no Afeganistão em 2001¹¹⁷ e o saque às relíquias dos museus do Iraque durante a Operação Iraque Livre em 2003¹¹⁸ também constituem exemplos do poder “aurático”, de memória de um povo, de prestígio e de mercado, exercido por esses bens. De um ângulo mais positivo, esse valor pode ser representado pela intensa peregrinação de turistas a esses locais proporcionando a arrecadação de receitas e promovendo o conhecimento, para contribuir no respeito mútuo

113. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Capítulo 7: Macunaíma: Subdesenvolvimento e cultura. p. 234. Grifos dos autores.

114. Ibidem. p. 239.

115. UNESCO. World Heritage List. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/statesparties/br/>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

116. Para um aprofundamento no assunto, conferir FELICIANO, Hector. The Lost Museum: the nazy conspiracy to steal the world's greatest works of art. New York: Basic Books, 1997.

117. JORNAL DO BRASIL. Talibãs destroem imagens gigantes de Buda. Notícia publicada em 12 de março de 2001.

118. AZEVEDO, Ana Lúcia. O genocídio cultural do Iraque / Saques levaram parte da História da Humanidade. Reportagem publicada no Jornal O Globo, de 19 de abril de 2003. p. 21.

ou para simples deleite ou fruição.

Segundo o *Creative Economy Report* da UNCTAD,

Cultural heritage comprises the vestiges of our society. Heritage sites are relics of ancient civilizations, over the years considered as cultural patrimony of mankind and the heritage of nations. In addition to their cultural and historic value, such unique endowments contribute to reinforcing our identities and broadening our education. Heritage sites are the main attractions in cultural tourism all over the world. For some countries, these sites are major sources of revenue, albeit usually not reported as cultural services of the creative economy.¹¹⁹

Em notícia veiculada recentemente na imprensa, logo após a crise política que destituiu Hosni Mubarak do governo do Egito em fevereiro de 2011, aquele país abriu para visitação seis tumbas, com mais de três mil anos, da época de Tutancâmon. De acordo com a notícia, “a ação inédita procura atrair turistas para o Egito, que perdeu mais de US\$ 20 bilhões com a crise política”.¹²⁰

A Carta Internacional do Turismo Cultural, adotada pelo *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) na 12ª Assembleia Geral no México em outubro de 1999, apresenta como um de seus princípios:

Os sítios com significado cultural têm um valor intrínseco para todas as pessoas por constituírem bases importantes para a diversidade cultural e para o desenvolvimento social. A proteção e a conservação a longo prazo das culturas vivas, dos sítios com patrimônio, das coleções, da sua integridade física e ecológica, e do seu contexto ambiental, devem ser uma componente essencial das políticas sociais, econômicas, políticas, legislativas, culturais e de desenvolvimentos turísticos.¹²¹

Na obra *Economics and Culture*, Throsby expõe de que maneira a cultura é vista como vetor do desenvolvimento pelo Banco Mundial e lista os seguintes aspectos: “[a cultura] fornece novas oportunidades para comunidades pobres; catalisa o desenvolvimento em nível local; conserva e gera receitas a partir de bens culturais existentes; reforça o capital social e; diversifica estratégias de desenvolvimento humano e de formação de capacidades”.¹²²

O autor também revela que na análise econômica de projetos para o patrimônio cultural, três tipos de valor são considerados. Primeiro, o *valor de uso*, que é caracterizado pelo consumo do bem em si e pelos serviços nele prestados. Segundo, o *valor de não uso*, que se reveste da importância que o bem tem para a sociedade e de quanto os indivíduos estariam dispostos a investir no usufruto do mesmo (*willingness to pay*). Seria o valor de legado somado ao poder de atração e de representação. Por último, o *valor de externalidades*, que constitui um efeito de transbordamento ou de como o projeto pode

119. UNCTAD. *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making*. 2008. p. 114.

120. O GLOBO. Egito abre seis túmulos da era Tutancâmon para visitação, perto de Cairo. Notícia publicada em 25 de maio de 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/viagem/mat/2011/05/25/egito-abre-seis-tumulos-da-era-tutancamon-para-visitacao-perto-de-cairo-924538554.asp>>. Acesso em: 26 mai 2011.

121. ICOMOS. Carta Internacional sobre Turismo Cultural. México, 1999. Princípio 2. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/tourism_sp.htm>. Acesso em: 26 mai 2011. Tradução nossa.

122. THROSBY, David. *Economics and Culture*. United Kingdom: Cambridge, 2001. p. 70-71. Tradução nossa.

beneficiar outros agentes econômicos não diretamente envolvidos, como a infraestrutura local de serviços de saneamento, de vias de acesso, de hotelaria, entre outros.¹²³ Com efeito, o valor econômico torna-se o espelho do valor cultural ou simbólico de um bem. Por essa razão, o valor cultural deve ser sempre priorizado nas políticas culturais para o patrimônio.

Os economistas Arjo Klamer e Peter-Wim Zuidhof definem dois métodos para a análise econômica do patrimônio cultural: avaliação (*valuation*) e valorização (*valorization*). O primeiro consiste na atribuição de valor pela comunidade ou população autóctone e o segundo, nas estimativas de valor econômico resultantes de estudos e debates entre especialistas sobre o bem em questão.¹²⁴ A avaliação e a valorização, assim como os valores de uso, não uso e de externalidades, tratadas em conjunto, exprimem ou quantificam, ainda que de forma aproximada, os valores cultural e econômico, sendo o último, em razão direta, o reflexo do primeiro. Por esse motivo, o caráter simbólico ou cultural deve ser sempre tratado prioritariamente para que os proveitos de ordem econômica aumentem e, no caminho inverso, maior seja a tendência da comunidade no sentido de atribuir valor cultural ao patrimônio.

Dessa assertiva surge uma questão: como estimular o valor cultural de um bem que, com frequência, tem sua legitimidade formulada tão somente por segmentos de elite intelectual e/ou política? Dita de outra forma, como aproximar a comunidade de seu patrimônio de forma que ela reconheça sua importância? Uma forma de sanar esse impasse é a elaboração de políticas culturais participativas, em que o indivíduo possa exercer sua cidadania e seja inserido como agente da dinâmica cultural e econômica de sua cidade e de seu país, como uma forma de limpar o que Mário Chagas chamou de “gota de sangue” quando discorreu sobre a implementação dos museus no Brasil. Segundo Chagas, “toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento”.¹²⁵ No Brasil, essa é uma das propostas do Plano Nacional de Cultura, lançado em 2003, conforme veremos no próximo item.

Há um outro problema que surge da extrema valorização econômica. Vimos que se o valor cultural é refletido no econômico, de maneira inversa este também interfere no primeiro. Por exemplo, se o aumento da qualidade de vida tiver como uma de suas causas o valor de externalidades que o fomento ao patrimônio promove, maior tende a ser a importância direcionada pela comunidade local ao bem cultural. Ocorre que, em muitos casos, uma “eterna insatisfação” com os lucros transforma o patrimônio cultural de objeto de culto a uma indústria do espetáculo. A esse respeito, Choay relata:

123. Ibidem. p. 78-84.

124. GETTY CONSERVATION INSTITUTE. Economics and Heritage Conservation: a meeting organized by the Getty Conservation Institute. December, 1998. p. 31.

125. CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006. p. 30.

A indústria patrimonial, enxertada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo. Ela representa hoje, de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações. Para muitos estados, regiões, municípios, ela significa a sobrevivência e o futuro econômico. E é exatamente por isso que a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento considerável.

[...] o empreendimento traz, no entanto, efeitos secundários, em geral perversos. A 'embalagem' que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas. Criou-se um mercado internacional dos centros e bairros antigos.¹²⁶

Em virtude desse “feito perverso”, os projetos de fomento ao patrimônio cultural, categoria dotada de especificidade simbólica, não podem prescindir da ação do Estado, mormente na atual conjuntura internacional, marcada pela globalização – processo que tem levantado incontáveis pesquisas sobre sua interferência nas culturas “não hegemônicas”. Nesse sentido, em um artigo datado de 1999, Francisco Weffort, Ministro da Cultura durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), sublinha:

Em um mundo globalizado, tendente a uniformizar mercados e condutas humanas, tanto a cultura quanto a educação têm que ser vistas como parte essencial de uma política de Estado. Quando o mercado rompe as fronteiras, abalando algumas bases tradicionais do Estado nacional, revitalizar os valores, costumes e tradições torna-se essencial à preservação da identidade cultural, critério seguro dos interesses da Nação. No Brasil, o Estado já reconhece a educação como política nacional. No caso da cultura, este reconhecimento apenas começa (o Ministério da Cultura foi criado em 1985, o da Educação em 1930) e, de alguma forma, começa debaixo dos temores derivados da globalização. Também aqui não somos um caso especial, já que um dos traços (aparentemente contraditório) da globalização é a reafirmação do nacional e do regional.¹²⁷

Na empreitada de promover a cultura nacional e regional por meio do patrimônio cultural, a tutela do Estado é necessária para que os recursos sejam devidamente distribuídos e não haja favorecimento deste ou daquele bem pela lógica de mercado. Para o pesquisador do *Getty Conservation Institute*, Randall Mason,

In certain cases, resources cannot be allocated effectively through market mechanisms (examples include clean air, as well as heritage); the overall value of such goods is not reflected by the prices individuals are willing to pay in the market. Such 'public goods' show the limitations of markets and the necessity for types of economic exchange and economic institutions in addition to markets (i.e., government grants or voluntary donations).¹²⁸

Ao esquadrihar o papel dos museus e do patrimônio¹²⁹ na Economia da Cultura,

126. CHOAY. Op. cit. p. 225-226.

127. WEFFORT, Francisco C. A cultura e as revoluções da modernização. Cadernos do Nosso Tempo. Nova Série. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 59.

128. GETTY CONSERVATION INSTITUTE. Op. cit. p. 9.

129. Apesar da separação que Benhamou faz entre museu e patrimônio em sua obra, o presente trabalho os considera

Françoise Benhamou também põe em destaque as razões determinantes para a intervenção do Estado e emprega, como exemplo, a temática do restauro:

Do ponto de vista da teoria econômica, os monumentos históricos [...]: geram efeitos externos, prestígio nacional, efeitos turísticos, veiculam valores coletivos, contribuem para forjar a identidade nacional. São a parte fascinante das paisagens nacionais e induzem o viajante a gastar. [...] Essa característica de bem coletivo justifica a intervenção do Estado, que é quem garante a transmissão do patrimônio às gerações futuras por meio da ajuda que concede e do controle científico que exerce em contrapartida. A intervenção política também está ligada ao fato de que as decisões comerciais por si só não poderiam conduzir a soluções ótimas em matéria de restauração: com efeito, a decisão de restaurar deveria resultar da comparação racional do valor antes e depois do restauro, levando em conta o custo dos trabalhos. No entanto, o cálculo do valor varia segundo a posição ocupada, e o poder público arroga-se o direito de impor a escolha que maximiza o bem-estar coletivo, levando em conta o caráter geralmente irreversível das decisões em matéria de restauro.¹³⁰

O Estado, na condução das políticas culturais para o patrimônio, tem a função de regular e restringir a gestão do bem cultural, como uma forma de conter a “espetacularização” e a estandardização dos conteúdos culturais, bem como de proporcionar uma distribuição mais equânime e eficaz dos recursos tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico e a manutenção da diversidade cultural.

Se o enlace entre cultura e desenvolvimento constitui, na plataforma multilateral, uma via para o aproveitamento econômico das atividades culturais, conforme explicitado na *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais* ou MONDIACULT (1982), a apropriação da noção de sustentabilidade – termo originário das discussões sobre meio ambiente e ecologia na arena internacional – no debate sobre cultura e desenvolvimento, estabeleceu um caminho para tentar resolver o problema da inserção do patrimônio no circuito econômico sem alijar a conservação do bem, permitindo que sua integridade física e seu conteúdo simbólico não sejam comprometidos. O conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ foi elaborado na *World Commission on Environment and Development* ou *Brundtland Commission*, em 1986, como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades”.¹³¹ Em 1998, os cento e cinquenta países presentes na Conferência de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento¹³², convocada pela UNESCO, reconheceram a importância da política cultural como estratégia de desenvolvimento endógeno e sustentável diante do processo de globalização e ‘mundialização’ das culturas e concluíram que as políticas para o patrimônio devem ser pensadas quantitativa e qualitativamente. Um projeto sustentável deve ponderar os valores de uso e os de não uso e o bem-estar proporcionado à atual

em conjunto.

130. BENHAMOU, Françoise. *A Economia da Cultura*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2006. p. 103-104.

131. UNITED NATIONS DOCUMENTS. *Our common future: report of the World Commission on Environment and Development*. Chapter 2: Towards Sustainable Development. Preamble. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>>. Acesso em: 2 jun. 2011. Tradução nossa.

132. UNESCO. *Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales al Servicio del Desarrollo*. Estocolmo, Suécia, 30 de março - 2 de abril de 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001163/116393so.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

geração. Cumpre destacar que, nessa Conferência, o Mercosul Cultural foi representado pela Secretária de Cultura da Presidência da Nação Argentina, Dra. Beatriz Gutiérrez Walker.¹³³

Em que pese a formalização de documentos internacionais sobre a relação entre cultura, economia e desenvolvimento ter se desdobrado ao longo das últimas três décadas, desde os anos 1960 a UNESCO se dedica à questão da preservação de cidades históricas para fins turísticos, como comprovam as 13^a e 14^a Reuniões da Conferência Geral da Organização.¹³⁴ Nessa década, precisamente em 1964, foi estabelecida a Representação da UNESCO no Brasil, país que, conforme vimos, em 1937 fundou a primeira instituição da América Latina dedicada à preservação e conservação do patrimônio cultural. De acordo com a historiadora Claudia Feierabend Baeta Leal, esse interesse pela salvaguarda do patrimônio no Brasil aumentou sobremaneira nas décadas de 1950 e 1960 devido à intensa industrialização provocada pelo *desenvolvimentismo*, ocasionando a solicitação, feita pelo IPHAN, de apoio técnico à UNESCO. Como resultado, nos anos de 1966 e 1967 o inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, Michel Parent, percorreu trinta e cinco cidades históricas brasileiras tombadas, em missão financiada pela UNESCO, e elaborou o relatório *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique* (Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico). No documento, publicado em 1968, Parent faz um detalhamento sobre a infraestrutura das cidades visitadas, do Nordeste ao Sul do Brasil, constituindo uma fonte preciosa de informações acerca das potencialidades turísticas desses locais. Na introdução do relatório, Parent revela:

Essa tarefa, para ser significativa, deve estar inserida em uma obra mais ampla de revelação do Brasil para si próprio: um empreendimento cultural, portanto, em dois níveis. O Brasil tem tantas riquezas potenciais que ele poderá estar amanhã, e talvez já esteja, psicologicamente falando, em condição de dar mais ainda do que de receber. Pelo mesmo movimento que geraria seu desenvolvimento econômico, ele deveria poder descobrir sua verdade específica e poderia ser chamado, graças à vitalidade de sua cultura e à exuberância de sua natureza, a propor ao mundo novos modos, novos caminhos de vida.¹³⁵

O relatório foi publicado no Brasil em 2008, com a organização de Claudia Feierabend Baeta Leal, por meio da Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN. Sobre a Missão Parent, Leal declara que

Levando em conta critérios artísticos, arquitetônicos, paisagísticos, históricos, urbanísticos, até etnográficos, Parent buscou sublinhar a importância do patrimônio cultural e natural brasileiro em uma perspectiva dupla: por um lado, visava contribuir [...] para a valorização interna desse patrimônio, chamando a atenção do governo brasileiro para suas potencialidades econômicas e

133. MINISTÉRIO DA CULTURA. Mercosur. Documentos Oficiais. Ata nº 01/98. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-198.doc>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

134. LEAL, Claudia Feierabend Baeta. As Missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. p. 13-32.

135. PARENT. Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. In: LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Op. cit. p. 45.

turísticas; em outras palavras, estimulando um processo de 'revelação do Brasil para si próprio'. Por outro, voltando sua apresentação, argumentos e interlocução para a UNESCO e demais organismos internacionais interessados, tencionava sublinhar o valor único, excepcional e insubstituível do patrimônio brasileiro como forma de estimular mais planos de assistência técnica e financeira destinados ao Brasil. Também nesse sentido, adotava uma postura próxima àquela que seria adotada na *Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*: a de defender a responsabilidade compartilhada e a proteção coletiva do patrimônio cultural e natural da humanidade.¹³⁶

Rememorando o conceito de *soft power* desenvolvido por Joseph Nye e ao qual fizemos referência no primeiro capítulo (item 1.3), podemos traçar um paralelo entre os escritos de Parent e o modelo proposto por Nye. Se o *soft power* tem por fim a atração de parceiros e a inserção internacional por meio das ideias e dos valores, fica clara a intenção política envolvida nos projetos de fomento ao patrimônio cultural. Parent relata ainda que

A magnitude do problema da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro é tal que passa, obrigatoriamente, pela transformação econômica do país inteiro.

O turismo pode, com certeza, constituir uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional e fornecer um alibi econômico aos esforços consideráveis que devem ser feitos se quisermos salvaguardar o vasto patrimônio cultural que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína será brevemente irreversível.

Mas o turismo não pode tudo. Deixar o patrimônio unicamente aos critérios da rentabilidade turística imediata seria fazer escolhas contestáveis, agravar determinados desequilíbrios, confrontar 'efeitos de fachada' com o aumento da degradação interna.¹³⁷

Dessarte, além de atentar para a diligência no aliciamento de parceiros por meio da imagem do Brasil no exterior, Michel Parent também sustenta que o aproveitamento econômico deve ocorrer sem que se olvide das ameaças que a 'cultura do espetáculo' oferece ao patrimônio cultural.

Em 1967, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, foram elaboradas as *Normas de Quito* – documento que confirma a ênfase na combinação entre cultura, economia e desenvolvimento que começava a se esboçar na agenda das organizações internacionais. A introdução desse ato internacional preconiza:

O acelerado processo de empobrecimento que vem sofrendo a maioria dos países americanos como consequência do estado de abandono e da falta de defesa em que se encontra sua riqueza monumental e artística demanda a adoção de medidas de emergência, tanto em nível nacional quanto internacional, mas sua eficácia prática dependerá, em último caso, de sua adequada formulação dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social.¹³⁸

136. LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Op. cit. p. 27.

137. LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Op. cit. p. 46.

138. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Normas de Quito*. Novembro/Dezembro 1967. Introdução. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?jsessionid=736AE1909D67549A84E428AB6D-C80BE5?id=238>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

No Brasil, observamos um movimento nesse sentido quando da experiência com o Programa de Cidades Históricas nos anos 1970, o qual contava com subsídios da União. Após duas décadas, em 1997, o Ministério da Cultura firmou, com o apoio da UNESCO e com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um programa de preservação e fomento das cidades históricas – o Programa Monumenta. Inspirado em projeto semelhante no Equador¹³⁹ e presente em 26 municípios brasileiros, dos quais sete são classificados como Patrimônio Mundial, o programa executou importantes projetos de recuperação sustentável de sítios históricos e conjuntos urbanos tombados, ensejando, dentre outros benefícios, uma melhor qualidade de vida para as comunidades locais.¹⁴⁰ Em 2009, finalizado o contrato com o BID, o Monumenta foi incorporado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, coordenado pelo Ministério da Cultura e presente em 173 municípios de todos os estados do país.¹⁴¹ Em harmonia com uma das premissas da Economia Criativa, delineada no *Report 2008* da UNCTAD e referente à importância da ação interministerial e da perspectiva multidisciplinar, o PAC das Cidades Históricas “conta com parcerias do Ministério do Turismo, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Eletrobrás, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil – BNB”.¹⁴²

Cumprе salientar que, em que pesem as discussões e os projetos em torno da cultura, da economia e do desenvolvimento terem se pronunciado mormente a partir da década de 1970, somente em 2005 a Economia Criativa para o desenvolvimento passou a integrar efetivamente a agenda da Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul do *United Nations Developed Programme* (UNDP) e do G-77 e China, quando da realização da *Second South Summit of the G-77 and China* realizada em Doha e do *Creative Economy Forum* (do UNDP) em Shanghai. Em ambos os eventos, a proposta de cooperação envolve assistência técnica e fomento à Economia Criativa nos países em desenvolvimento.¹⁴³ Se até então o tema da cultura e do desenvolvimento estava submetido quase exclusivamente aos auspícios da UNESCO, doravante, atendendo ao plano multidisciplinar que a problemática exige, perpassa e articula outras agências das Nações Unidas dedicadas aos interesses econômicos dos países que as compõem, de forma a influenciar as agendas internas dos mesmos.

A POLÍTICA CULTURAL EXTERNA E INTERNA PARA O PATRIMÔNIO NO BRASIL NO GOVERNO LULA (2003-2006)

A presente seção tem como objetivo expor de que forma os projetos para o

139. TADDEI NETO. Preservação sustentada de sítios históricos: A experiência do Programa Monumenta. In: UNESCO. *Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 110.

140. PROGRAMA MONUMENTA. *Sobre o programa*. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br>>. Acesso em: 8 jun 2011.

141. IPHAN. *PAC Cidades Históricas: governo federal lança programa diferenciado com investimento na área cultural*. Notícia publicada em 21 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?jsessionid=18790959F7BDB43C3F8582DBE1278A52?id=14929&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

142. *Ibidem*.

143. UNCTAD. *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making*. 2008. p. 197-198.

patrimônio cultural se fizeram presentes na política cultural externa brasileira, sobretudo no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo por base as conjunturas internacionais do pós-Guerra Fria e do pós 11 de setembro, a fim de identificar possíveis inflexões no direcionamento das políticas públicas para a cultura, dados os processos que se produziram na estrutura do sistema internacional desde o fim do socialismo real em 1989 e a adoção do paradigma neoliberal na condução da política externa brasileira em 1990.

Para tanto, faz-se necessário expor as transformações ocorridas no ordenamento do sistema internacional com o termo da Guerra Fria em 1989 e de que forma o Brasil se posiciona nesse ordenamento; esquadrihar as principais características da política externa brasileira, de maneira geral e para o campo da cultura, desde o governo de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) – o primeiro a ingressar no posto por meio de eleições diretas desde o fim do regime militar, em 1985 – até os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), no intuito de relatar em que pontos houve mudança ou continuidade; e delinear a política cultural externa do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006) a fim de examinar as principais diretrizes e propostas para a cultura e, mais especificamente, para o patrimônio cultural como agente de desenvolvimento endógeno.

O sistema internacional no pós-Guerra Fria e o posicionamento do Brasil

De acordo com Marcel Merle, um sistema é um “conjunto de relações entre determinados atores, situados em um meio específico e submetidos a um certo modo de regulação”.¹⁴⁴ Para Kenneth Waltz, um sistema “é composto por uma estrutura e por unidades em interação”¹⁴⁵, onde a estrutura é “a componente alargada do sistema que torna possível pensar o sistema como um todo”¹⁴⁶ e é definida pelos atores mais importantes – as grandes potências – que dela participam.¹⁴⁷ Dessa forma, segundo Waltz, no sistema internacional, os comportamentos das unidades são moldados pela estrutura e sua ordem vigente.

Em determinados períodos de nossa História, uma trama de processos conduziu à erosão da estrutura e à emergência de uma nova ordem. Na ordem internacional, definida como um conjunto de atividades internacionais exercidas para a manutenção do sistema ou do equilíbrio de poder¹⁴⁸, as unidades, no caso as nações, são dispostas de acordo com suas capacidades e com o modo como utilizam seus recursos de poder. A conversão de poder potencial em poder real por uma das unidades aumenta suas possibilidades de manobra no cenário internacional¹⁴⁹ e pode suscitar mudanças no ordenamento do sistema.

O sistema internacional do pós-Guerra Fria, iniciado com o colapso do império soviético em 1989 e o conseqüente fim do condomínio bipolar, representou uma nova etapa no *desencravamento planetário*.¹⁵⁰ No campo de estudo das Relações Internacionais, o evento ocasionou um profundo debate entre as correntes teóricas em voga, visto que

144. MERLE, Marcel. Sociología de las relaciones internacionales. Madrid: Alianza Editorial, 1997. p. 480.

145. WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002. Capítulo 5: Estruturas Políticas. p. 114.

146. Ibidem. p. 114.

147. Ibidem. p. 132.

148. BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica. Brasília: Editora da UnB, 2002. p. 7-29.

149. PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 57-58.

150. Expressão do historiador francês Pierre Chaunu referente à expansão europeia dos séculos XV e XVI.

não puderam prever o fim do conflito Leste-Oeste. Desse debate, duas interpretações surgiram: a do Fim da História, de Francis Fukuyama e a do Choque de Civilizações, de Samuel Huntington. Não obstante o fracasso da tese de Fukuyama diante da insurgência de novos atores no cenário internacional e da não adesão ao modelo ocidental por parte de alguns Estados, a tese de Huntington, permanece como instrumento de análise dos acontecimentos externos, uma vez que define a nova ordem em termos de conflitos culturais e reconhece, na contemporaneidade, oito tipos de civilizações: sínica, japonesa, hindu, islâmica, ortodoxa, ocidental, latino-americana e africana.¹⁵¹ No entanto, esta interpretação também é alvo de críticas.

Em fins dos anos 1980 e início dos 1990, o mundo se abriu ao capitalismo e à economia de mercado. Esse momento é caracterizado, dentre outros aspectos, pelo apogeu do neoliberalismo e pelo avanço no campo científico-tecnológico, que proporcionou um aumento significativo do fluxo de informações por meio da *internet* e dos recursos multimídia.¹⁵² A incorporação desses recursos tecnológicos pelo mercado culminou na descentralização da produção e, esta, na propagação de empresas transnacionais pelo mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. Era a retomada, em ritmo célere, da globalização. Esta, segundo Gilberto Sarfati, economista e doutor em Relações Internacionais, pode ser compreendida como

processo no qual as tradicionais barreiras entre os Estados caem, fruto do avanço tecnológico, que possibilita intensa troca de informações entre as pessoas no mundo. Esse fenômeno é observado virtualmente em todos os aspectos das relações humanas, incluindo não somente a economia, como também cultura, meio ambiente, educação, imprensa etc.

Nessa definição, a globalização é vista como um processo, ou seja, não é algo restrito ao final do século XX e início do XXI. Corresponde a uma tendência histórica de aproximação dos povos do mundo, que é sempre estimulada pelo processo de descoberta e desenvolvimento tecnológico.¹⁵³

As premissas neoliberais somadas à escala produtiva globalizada e ao transnacionalismo ocasionaram um aumento significativo da elaboração de estudos sobre o papel do Estado-nação na atual configuração da ordem internacional, ainda sem contornos precisos. Segundo Anthony McGrew, há três correntes de pesquisa sobre a globalização: a hiperglobalista, a cética e a transformacionista. A primeira crê na dissolução do Estado como agente autônomo e soberano; para os céticos, o mundo está menos globalizado do que esteve entre 1870 e 1914 e afirmam que hoje o mundo tende à regionalização sem prejuízo das fronteiras nacionais ou perda da soberania; já para os transformacionistas, ambas as correntes anteriores exageraram em seus postulados, pois afirmam que o mundo hoje assiste a uma mudança na política global, onde a distinção entre relações domésticas e externas tende a desaparecer.¹⁵⁴ A respeito da atual crise do Estado-nação e de sua soberania, Bertrand Badie propõe o paradigma da responsabilidade:

151. SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 222.

152. ZENHA, Celeste. Mídia e informação no cotidiano contemporâneo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). *O século XX: O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp. 225-247.

153. SARFATI, Gilberto. Op. cit. p. 318.

154. MCGREW, Anthony. Globalization and Global Politics. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve (Orgs.). *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. New York: Oxford, 2006. p. 20.

O Estado, antes de ser soberano, é responsável, e essa responsabilidade não designa apenas seu espaço de soberania, mas toda a comunidade humana, igual e fortemente interdependente diante dos perigos ecológicos, das incertezas do desenvolvimento, das atribuições da economia mundial, das disparidades demográficas, mas também diante dos golpes perpetrados aos direitos do homem e da disseminação da violência.¹⁵⁵

Considerando o aumento das interconexões por meio de recursos tecnológicos, o papel que novos atores, como as Organizações não Governamentais e os grupos terroristas, têm desempenhado no cenário mundial também contribui para pôr em xeque a soberania do Estado. Contudo, para alguns estudiosos, como Waltz, os Estados permanecerão como as principais unidades do sistema internacional por muito tempo.¹⁵⁶

O fim da Guerra Fria também diminui a importância do tema da defesa e da segurança nas agendas estatais. Temas que já eram discutidos desde a *détente* na década de 1970 e outros que sobrevieram nas décadas seguintes, como meio ambiente, direitos humanos, democracia, cidadania e questões culturais, conquistaram maior espaço de debate nos foros multilaterais a partir da década de 1990. Dentre as principais conferências da ONU ocorridas nos anos 1990, destacamos: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992; Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena, 1993; e Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, Copenhague, 1995.¹⁵⁷ No que tange o tema da democracia, Paulo Roberto de Almeida revela que

Ao longo dos anos 90, a democracia tornou-se um valor não apenas universal, mas também global, como evidenciado pela defesa de eleições livres e pelas tendências de se passar da simples defesa dos direitos humanos em abstrato para a defesa dos direitos concretos dos cidadãos ou de grupos minoritários. Reduziu-se, portanto, a esfera da “razão de Estado” que, em última instância, é antidemocrática, ao atribuir poderes desmesurados aos governos, muitas vezes contra os interesses dos cidadãos ou de setores desprotegidos da população.¹⁵⁸

Ao lado da globalização e de seus efeitos, como a suposta perda de poder do Estado, caminha o regionalismo, ou processo de integração entre países de fronteiras contíguas. O regionalismo desenvolveu-se, sobretudo, a partir de meados dos anos 1980 como resposta ao multilateralismo do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), atual Organização Mundial do Comércio (OMC), que, com suas cláusulas pouco vantajosas, tornava os acordos comerciais seletivos mais atraentes e seguros por meio da coordenação de políticas.¹⁵⁹ Ao longo dos anos, o regionalismo foi incorporando elementos sociais, políticos e culturais, conforme veremos no Protocolo de Integração Cultural do Mercosul (1996). Bertrand Badie define-o como um “equilíbrio justo entre um ‘soberanismo’, que se tornou utópico, e um ‘mundialismo’ que subordina totalmente o Estado ao liberalismo de mercado”.¹⁶⁰ Para

155. BADIE, Bertrand. Da soberania à competência do Estado. In: SMOUTS, Marie-Claude (Org.). As novas relações internacionais: práticas e teorias. Brasília: UnB, 2004. Capítulo 1. p. 51.

156. WALTZ, Kenneth. Op. cit. p. 135.

157. PECEQUILO, Cristina Soreanu. Op. cit. p. 190-191.

158. ALMEIDA, Paulo Roberto de. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). Relações Internacionais: Dois Séculos de História. Vol. II. Brasília: IBRI, 2001. p. 159.

159. Ibidem. p. 160-161.

160. BADIE, Bertrand. Op. cit. p. 49.

Geraldo Tadeu Moreira Monteiro, o regionalismo ou integração econômica regional

significa a criação de um espaço econômico comum a dois ou mais países, motivada e conduzida politicamente e fundada em documentos jurídicos consensuais. Assim, esse processo deve ser visto como fruto de decisões políticas de dois ou mais países que resolvem integrar suas economias e o fazem mediante tratados específicos. Enquanto os processos de globalização têm motivações estritamente econômicas, ocorrendo de maneira não planejada centralmente pelos agentes econômicos, os processos de regionalização têm em comum a visão estratégica por parte das elites políticas dos países envolvidos a respeito da necessidade de se posicionar melhor no mercado mundial.¹⁶¹

O processo de integração também serviu, no caso da América Latina, como estratégia para conquistar espaço no sistema internacional do pós-Guerra Fria e para recuperação econômica diante da conjuntura de crise na década de 1980, das regras impostas pelo Consenso de Washington no início dos anos 1990¹⁶² e do *déficit de atenção* ou *strategic denial*¹⁶³ da potência norte-americana em relação à região.

Em que pese o intenso fluxo de informações engendrado pela globalização, o processo é caracterizado por uma distribuição desigual no mundo, o que acentuou os laços de dependência econômica e tecnológica dos países menos favorecidos e ocasionou profundas transformações na ordem social, desafiando a sobrevivência de culturas locais e tradicionais e trazendo à baila debates sobre identidade e homogeneização cultural.

The end of the cold war heightened the significance of cultural identity. The hegemony of the west and of its liberal capitalism challenged the culture and social order of most societies. Globalization also fostered multicultural landscapes across the world.¹⁶⁴

Diante desse quadro, as políticas públicas para a cultura foram remodeladas, de forma a valorizar as diferentes identidades culturais e a acentuar a importância da cultura, como fonte de *soft power*, no setor da economia. É nesse contexto que são firmados atos internacionais discutidos ao longo do primeiro capítulo, como a *Conferência Internacional de Políticas Culturais para o Desenvolvimento* (1998), a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2001), o *Consenso de São Paulo* (2004) e a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005). Se, desde 1982, com a Conferência MONDIACULT, a cultura já era tratada como via para o desenvolvimento, nos tempos de retomada da globalização a instrumentalização dessa via se tornou premente.

O alvorecer do século XXI apontou outros importantes efeitos no cenário da globalização. O terrorismo e o reposicionamento da esquerda constituem movimentos que surgiram como resposta aos problemas do sistema, como a mencionada distribuição desigual dos fluxos de tecnologia, informação e finanças, marcando profundamente o

161. MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. Desafios da Globalização e da Integração. In: SILVA, Raul Mendes; BRIGA-GÃO, Clóvis (Orgs.). História das Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: CEBRI. p. 501.

162. PECEQUILLO, Cristina Soreanu. Op. cit. p. 198-199.

163. FONSECA, Carlos da. "Fora dos Radares de Washington": as relações Estados Unidos - América Latina e a questão do "déficit de atenção". Política Externa. Vol. 15, nº 3. São Paulo: Paz e Terra, dez. / fev. 2006-2007. p. 65-66.

164. MURDEN, Simon. Culture in World Affairs. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve (Orgs.). The Globalization of World Politics: an introduction to international relations. New York: Oxford, 2006. p. 543.

período e imprimindo novos contornos às políticas externas.¹⁶⁵ Eventos como o ataque ao *World Trade Center* e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e o Fórum Social Mundial, realizado no mesmo ano no Brasil, vieram a reforçar, de um lado, o poder do Estado em esquemas de segurança e intervenção e, de outro, a participação dos diversos atores que compõem o sistema em foros multilaterais em busca de alternativas de desenvolvimento para além do *laissez-faire* neoliberal.

Na conjuntura descrita nas linhas acima, o Brasil se insere como Potência Média Recém-Industrializada e, abandonando o paradigma desenvolvimentista perfilhado por quase seis décadas¹⁶⁶, busca reajustar sua política exterior a fim de um maior espaço de manobra e de destaque no sistema internacional.

De acordo com Ricardo Sennes, há um certo grau de imprecisão na literatura especializada ao definir Potência Média. No entanto, aponta como sua característica mais marcante o fato de ocuparem

De um lado, uma posição intermediária no sistema internacional global, com sua conseqüente condição de *system-affecting states*, e, de outro, participando intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais onde se encontram. É na combinação dessas duas vertentes que as Potências Médias se destacam como atores relevantes, atuantes e estruturadores do sistema internacional.¹⁶⁷

Dessa forma, ao indicar determinados padrões de comportamento dos países incluídos nessa categoria, Sennes relata que almejam agir horizontalmente na plataforma multilateral, buscando alianças com as Grandes Potências, e tendem a atuar verticalmente no circuito regional, como potências hegemônicas.¹⁶⁸

Apresentando-se ora como nações fortes, ora como fracas, as Potências Médias necessitam maximizar seus recursos de poder *hard e soft* para que ampliem sua autonomia perante os constrangimentos da estrutura do sistema. Em outras palavras, devem converter seu poder potencial em poder real de modo a aumentar sua capacidade de influenciar no cenário internacional. Tal assertiva vai de encontro ao postulado de Waltz que, sem fazer distinção entre alta e baixa política, afirma que

a estrutura de um sistema muda com as mudanças na distribuição de capacidades entre as várias unidades do sistema. E mudanças na estrutura alteram as expectativas sobre a maneira como as unidades do sistema se irão comportar e sobre as resultantes que as suas interações irão produzir.¹⁶⁹

Em busca de sua projeção no meio externo, a diplomacia brasileira vem conduzindo a política exterior, historicamente, segundo alguns princípios ordenadores, quais sejam:

- a) Autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias;
- b) Juridicismo;

165. SARFATI, Gilberto. Op. cit. p. 317-331.

166. CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 61-90.

167. SENNES, Ricardo Ubiraci. Potência Média Recém-Industrializada: Parâmetros para Analisar o Brasil. *Contexto Internacional*. vol. 20. Rio de Janeiro: IRI/PUC-RIO, jul./dez. 1998. p. 396.

168. *Ibidem*. p. 404-406.

169. WALTZ, Kenneth. Op. cit. p. 137-138.

- c) Multilateralismo normativo;
- d) Ação externa cooperativa e não-confrontacionista;
- e) Parcerias estratégicas;
- f) Realismo e pragmatismo;
- g) Cordialidade oficial no trato com os vizinhos;
- h) Desenvolvimento como vetor; e
- i) Independência de inserção internacional.¹⁷⁰

Considerando a posição brasileira no sistema internacional vigente e o fator cultural como uma via para o desenvolvimento socioeconômico e conseqüente projeção externa, veremos a seguir como o Brasil tem conciliado, mormente no primeiro mandato do presidente Lula, os princípios de sua diplomacia no direcionamento de sua política cultural externa para o patrimônio – um poder ainda em fase potencial no país.

A condução da política cultural externa e interna do Brasil no governo Lula (2003-2006)

Considerando o contexto internacional acima delineado, bem como o objetivo geral desta obra, examinarei nas linhas seguintes quais foram as principais características da política externa brasileira no imediato pós-Guerra Fria e suas diretrizes para o campo da cultura para, enfim, verificar de que forma os paradigmas políticos nortearam a condução da política cultural externa e interna do Brasil para o patrimônio histórico e artístico, mormente no primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2006), quando se configurou, de acordo com Amado Luiz Cervo, a transição do modelo neoliberal para o modelo logístico de inserção internacional.

O período demarcado também é caracterizado pela formalização do Mercado Comum do Sul, bloco de integração regional que tem funcionado como uma das arenas de atuação brasileira em busca de redução de assimetrias estruturais, compensação comercial e inserção internacional como potência regional. As políticas públicas do Brasil para o patrimônio cultural no bloco Mercosul executadas entre 2003 e 2006, objeto de análise desta obra, serão tratadas pormenorizadamente no capítulo terceiro.

Para fins metodológicos, faz-se necessária a exposição de alguns conceitos pertinentes às Relações Internacionais. O primeiro deles é o de *relações culturais internacionais*. Segundo Edwin Harvey, catedrático de Direitos Culturais da UNESCO da Universidade de Palermo, Buenos Aires, as relações culturais internacionais são “aquelas que dizem respeito a atividades, programas e projetos culturais que se desenvolvem transcendendo o marco geográfico meramente nacional, de caráter governamental, não governamental ou intergovernamental”.¹⁷¹ Outro conceito importante é o de *diplomacia cultural*, que consiste em “ações culturais de inspiração estatal, em áreas diversas, utilizadas para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica”¹⁷². Já a *política cultural externa*, de acordo com

170. CERVO, Amado Luiz. Op. cit. p. 26-31.

171. HARVEY, Edwin R. Relaciones Culturales Internacionales En Iberoamerica Y El Mundo: Instituciones Fundamentales. Madrid: Tecnos, 1991. p. 19.

172. RIBEIRO, Edgard Telles. Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989. p. 23.

é o termo que define a participação do Estado seja na idealização, organização, financiamento total ou parcial, amparo político e/ou diplomático às ações culturais de um país em direção a um segundo país ou países. A política cultural externa compreende, portanto, um conjunto de ações, de iniciativa estatal ou privada, planejado para amparar, fomentar e/ou incrementar a difusão da cultura de um país além de suas fronteiras.¹⁷³

Entendidos esses conceitos, partirei para o exame da política cultural externa executada por Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro governo, discorrendo, em um primeiro momento, sobre as diretrizes do paradigma imediatamente anterior, que foram acatadas pelos presidentes Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, no intuito de trazer à luz os novos movimentos impulsionados pela estrutura do sistema internacional e pela esquerda brasileira quando da posse do presidente petista.

Antecedentes: o paradigma neoliberal (1990-2002)

A nova ordem neoliberal e globalizante ocasionou, no alvorecer da década de 1990, profundas transformações políticas e econômicas na América Latina. O Consenso de Washington, conjunto de princípios liberalizantes lançados pelo BIRD e pelo FMI, tinha como objetivo orientar os países subdesenvolvidos no ajuste de suas economias.¹⁷⁴ Dentre suas principais medidas estavam: privatizações de empresas estatais, anulação do Estado interventor, corte nos gastos públicos, proteção ao capital estrangeiro, desregulamentação e abertura dos mercados de consumo e de valores.¹⁷⁵

Ainda que a incorporação dessas medidas tenha ocorrido de diferentes maneiras nos países latino-americanos, o alinhamento ao Consenso era condição *sine qua non* para que conseguissem recursos financeiros e suplantassem a crise experimentada nos anos 1980.¹⁷⁶ Porém, o que se imaginava como salvação revelou-se opressão – a América Latina passou da “década perdida à década perversa”.¹⁷⁷

A adequação a tais princípios empreendida pelo presidente Fernando Collor de Mello – iniciando sua política de *autonomia pela participação*¹⁷⁸ –, seguida por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, fez ruir o modelo desenvolvimentista inaugurado nos anos 1930. O novo modelo de Estado, denominado neoliberal ou *normal* encerrava, segundo Amado Cervo, os seguintes aspectos:

173. LESSA, Mônica Leite. Política Cultural Externa. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.) Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

174. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 82.

175. CERVO, Amado Luiz. Op. cit. p. 78.

176. PECEQUILO, Cristina Soreanu. Op. cit. p. 204.

177. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. p. 477.

178. Modelo de política externa aplicada por Collor com o objetivo de inserir o país no meio externo por meio da participação em regimes internacionais. Cf. PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 56.

como Estado *subserviente*, submete-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo; como Estado *destrutivo*, dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior; como Estado *regressivo*, reserva para a nação as funções da infância social.¹⁷⁹

Como resultado da adoção desse paradigma, a noção de projeto nacional foi abandonada, a desigualdade social aumentou drasticamente, diversos empreendimentos nacionais foram alienados e a dependência estrutural ante o mundo desenvolvido, que não adotou as medidas estabelecidas pelo Consenso, recrudescceu.¹⁸⁰

No campo da cultura, as consequências do advento neoliberal foram nefastas. Transferiu-se para o empresariado a tarefa de selecionar projetos culturais, que passaram a ser financiados por meio de leis de incentivo à cultura, especialmente a Lei Rouanet – instituída em 1991 como uma versão mais rígida da Lei Sarney de 1986, e que leva o nome do diplomata Sergio Paulo Rouanet, então dirigente da Secretaria de Cultura.¹⁸¹ Apesar do número de projetos culturais encampados pela Lei Rouanet ter sido expressivo em determinados períodos, muitos produtores e artistas ficaram à margem do circuito cultural que, nas mãos do mercado, direcionou sobremaneira os financiamentos às megaproduções e aos artistas consagrados.

O problema de se recorrer às leis de incentivo fiscal para sanar a crônica falta de recursos é que parte destes continuam a originar-se dos cofres públicos, ou seja, o Estado custeia, mas transfere para o setor privado uma tarefa que é sua por lei – a de zelar pelos direitos culturais e pelo acesso à cultura e a de fomentar e valorizar as mais variadas manifestações culturais. No paradigma neoliberal, a cultura foi regida pelo monetarismo – pelas normas circunstanciais do mercado – e essa situação prevaleceu nos governos de Itamar Franco e de FHC.

O Estado se limita, nesse caso, a uma participação formal e sem conteúdos – como a de um burocrata que, apenas, distribuisse os papéis entre as partes. Se os projetos aprovados não conseguem o incentivo fiscal a que almejam, não é culpa do Estado, já que ele fez sua parte. Dessa forma, o Estado se exime de qualquer responsabilidade sobre os resultados da produção cultural. Logo, não há uma política cultural, mas apenas uma política financeira para a cultura.¹⁸²

Francisco Weffort, Ministro da Cultura durante os dois mandatos de FHC (1995-2002), declarou:

estaremos sempre mal preparados para as exigências da modernidade na área da economia se não formos capazes de aceder à modernidade na área da educação e da cultura. Uma economia aberta deve apoiar-se em um sistema educacional eficiente e em uma cultura aberta, baseada na ideia do livre desenvolvimento da personalidade humana. Um país moderno e

179. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Op. cit., p. 457.

180. VIZENTINI. Op. cit., p. 80-85.

181. Collor transformou o Ministério da Cultura (MinC), criado em 1985, em Secretaria de Cultura, vinculando-a diretamente à Presidência. Em 1992, o MinC é reestabelecido no governo Itamar Franco. Cf. CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A Era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. Capítulo 18. p. 627-656.

182. CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A Era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. Capítulo 18. p. 653.

desenvolvido na economia terá que ser também na cultura e na educação.¹⁸³

Na área do patrimônio histórico e artístico, ainda que se observe certo grau de ‘espetacularização’, o período mereceu algumas avaliações positivas. A instauração do mencionado Programa Monumenta constitui um exemplo. De acordo com José Castello,

O empenho pessoal do ministro Weffort produziu, de fato, alguns bons resultados na área do Patrimônio Histórico. Em 2001, o ministro anunciou o projeto de criação de cerca de 100 centros culturais nas periferias. Outro destaque foi o Programa Monumenta – de recuperação do patrimônio histórico nacional. Em parceria com o BID e a UNESCO, incluindo financiamentos do Banco Mundial, do BNDES e da Caixa Econômica Federal, ele conta com 200 milhões de dólares em recursos para a revitalização de áreas históricas de 27 cidades brasileiras. O programa Museu, Memória e Futuro passou, além disso, a promover a recuperação dos museus brasileiros. Ninguém pode esquecer da exposição “Brasil: Corpo e Alma”, realizada no Museu Guggenheim de Nova Iorque, com as peças avaliadas no valor total de US\$ 158 milhões de dólares, dentre elas, o Altar-Mor do Mosteiro de São Bento, em Olinda. O período 1995-2002 é o início de uma era de grandes exposições de massa, que começaram com a mostra “Rodin”, no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro, e chegou ao apogeu com a exposição “O Brasil Barroco entre o Céu e a Terra”, em Paris, megaevento que faz parte de uma estratégia para divulgar a cultura brasileira no Exterior, na qual já foram investidos R\$ 12 milhões.¹⁸⁴

Rememorando o que foi discutido no primeiro capítulo, entre os anos de 1990 e 2002 o conceito de ‘indústria criativa’ surgiu na Austrália, o Banco Mundial reconheceu a cultura como componente do desenvolvimento econômico e o termo ‘Economia Criativa’ veio à baila no livro *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas*, de John Howkins. Nesse momento, o Estado *normal* brasileiro, *subserviente, destrutivo e regressivo*, levando ao extremo as premissas neoliberais, caminhou desastrosamente no sentido da promoção e da valorização de suas indústrias culturais. Sem uma política pública concisa, o Estado manteve-se *mínimo* na regulamentação e na fiscalização – postura que, conforme vimos, deve ser rechaçada no setor da cultura. Esse mal seria sanado com o advento do Estado *logístico*, em 2003.

Ao lado do desgoverno econômico interno, o Brasil participou ativamente de negociações em órgãos multilaterais, como na Rodada Uruguaí do GATT (atual OMC) e nas conferências da ONU, pleiteando nesta um assento permanente no Conselho de Segurança. Dentre as conferências da UNESCO, destaque-se a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, realizada em Estocolmo no ano de 1998, cujo objetivo era definir mecanismos para pôr em prática as concepções da *World Commission for Culture and Development*, que teve como um de seus partícipes o economista Celso Furtado.¹⁸⁵ Vale notar, outrossim, que no interregno 1990-2002 quatro bens culturais foram inseridos na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO,¹⁸⁶ sendo dois deles contemplados

183. WEFFORT, Francisco C. *A cultura e as revoluções da modernização*. Cadernos do Nosso Tempo. Nova Série. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 66-67.

184. CASTELLO. Op. cit., p. 652-653.

185. UNESCO. *The Stockholm Conference*. Disponível em: <http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=18717&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 30 jul. 2011.

186. UNESCO. *World Heritage List*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/statesparties/br/>>. Acesso em: 30 jul.

pelo Programa Monumenta.

Como Potência Média Recém-Industrializada, vimos que o país também atuou no âmbito regional para ampliar seu espaço de manobra. Valendo-se das relações em eixo com a Argentina, formalmente instituídas na década de 1980 com a assinatura de acordos de cooperação bilateral, bem como das desvantagens do comércio multilateral e da pressão exercida pelos Estados Unidos na tentativa de formar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 1991 o Brasil firmou, ao lado da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, o Tratado de Assunção. Nascia, assim, o Mercado Comum do Sul ou Mercosul, com motivações estritamente econômicas, *a priori*.¹⁸⁷

Ao longo dos anos 1990, diante dos efeitos da globalização, o processo de integração aprofundou-se. Como resultados, em 1994 o Mercosul passou de área de livre comércio a união alfandegária incompleta¹⁸⁸ e, em 1996 foi assinado o Protocolo de Fortaleza, instituindo o Mercosul Cultural. O Protocolo tem como objetivo facilitar “a criação de espaços culturais” e promover “eventos culturais que expressem as tradições históricas, os valores comuns e as diversidades dos países-membros”.¹⁸⁹ O acordo político-cultural harmonizava-se às diretrizes da UNESCO para o *Decênio Mundial do Desenvolvimento Cultural* (1988-1997), que incluía em seu programa de ação os seguintes objetivos: “a) levar em consideração a dimensão cultural no desenvolvimento; b) afirmar e enriquecer as identidades culturais, inclusive vivificar e preservar o patrimônio cultural; c) ampliar a participação na vida cultural; e d) fomentar a cooperação cultural internacional”.¹⁹⁰ Seguindo essa tendência, no mesmo ano foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), envolvendo, além do Brasil, mais sete países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A CPLP tem como um de seus objetivos a “concertação político-diplomática entre seus Estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional”.¹⁹¹

Considerando as transformações políticas e econômicas no país durante o paradigma neoliberal e os movimentos que marcaram a política cultural externa do período, observa-se que, apesar da intemperança dos governos dos três presidentes, o binômio autonomia-desenvolvimento manteve-se constante¹⁹², como política de Estado, nos assuntos externos brasileiros. Veremos a seguir quais foram os desdobramentos desse binômio no primeiro governo de Lula.

2011.

187. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Op. cit., p. 455-490.

188. SARAIVA, Miriam Gomes. A evolução dos processos de integração na América Latina. In: LESSA, Mônica; GONÇALVES, Williams. (Org.). História das Relações Internacionais: Teoria e processos. Rio de Janeiro: edUERJ, 2007. p. 126-127.

189. MERCOSUR. Protocolo de Integracion Cultural del Mercosur. Fortaleza, 17 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/show?contentid=588>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

190. HARVEY, Edwin R. Op. cit., p. 39-40.

191. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Objectivos. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-46.aspx>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

192. PINHEIRO, Leticia. Op. cit., p. 58.

O paradigma logístico: o primeiro governo Lula (2003-2006)

O contexto nacional herdado por Luiz Inácio Lula da Silva quando de sua posse em 1º de janeiro de 2003 era marcado por intensa fragilidade econômica e extenuação do aparelho político guiado pelo efêmero otimismo neoliberal. No panorama internacional, o país sofria os efeitos da instabilidade gestada no pós-11 de setembro e, economicamente, denotava grande vulnerabilidade ante as inclinações do mercado.¹⁹³ Esses fatores, somados ao clima de insatisfação de grande parte da sociedade e à exclusão social massiva no país, motivaram a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores, componente da esquerda brasileira.

Para reverter esse quadro, era necessário gerar superávits comerciais e alavancar o desenvolvimento com justiça social. O projeto de nação do novo governo, segundo Alcides Costa Vaz, incluía:

(i) subordinação direta da política externa aos ditames do desenvolvimento, este orientado por uma perspectiva humanista; (ii) na reafirmação da soberania e dos interesses nacionais no plano internacional; (iii) na centralidade e apoio ao comércio exterior como ferramenta essencial ao desenvolvimento econômico e para a redução das vulnerabilidades externas do País; (iv) no engajamento na construção de alianças e parcerias nos planos regional e global simultaneamente, em prol de objetivos e causas identificadas com as necessidades do desenvolvimento econômico e social; e, por fim, como traço efetivamente distintivo, (v) com a atuação decidida em prol da promoção de uma ordem política e econômica mais democrática, justa e equitativa entre as nações.¹⁹⁴

O delineamento desse paradigma de política externa, chamado *logístico*, foi iniciado no final do governo FHC e acionado, de fato, no governo Lula. Combinando elementos liberais ao desenvolvimentismo, o Estado logístico pode ser definido como

aquele Estado que não se reduz a prestar serviço, como fazia à época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente às forças do mercado e do poder hegemônico, como se portava à época do neoliberalismo. Logístico porque exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais.¹⁹⁵

A partir desse modelo de atuação política, que não admite a dependência estrutural como condicionante da ordem internacional, o governo compôs estratégias para o alcance da autonomia e do desenvolvimento. Na plataforma multilateral, defendeu o *multilateralismo de reciprocidade*, conceito segundo o qual as regras deveriam ser elaboradas e aplicadas igualmente para todos os Estados membros de uma organização de modo a não beneficiar exclusivamente as grandes potências.¹⁹⁶ Para criar um contrapoder, o governo Lula precisava contribuir no reforço do papel dos países em desenvolvimento e estreitar as relações Sul-Sul. Nesse sentido, foram estabelecidos o G-20, que atua na Organização Mundial do Comércio, e alianças como o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e o IBAS

193. VAZ, Alcides Costa. O Governo Lula: Uma nova política exterior? In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR. (Orgs.). O Brasil e os novos conflitos internacionais. Rio de Janeiro: Gramma/Fundação Konrad Adenauer, 2006. p. 85-96.

194. *Ibidem*. p. 90.

195. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Op. cit., p. 494.

196. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Op. cit., p. 496-497.

(Índia, Brasil e África do Sul).

No plano regional, priorizou-se as relações com os vizinhos imediatos na América do Sul. O Mercosul, que no final do governo FHC encontrava-se em profunda crise, configurou-se espaço privilegiado para as metas de proeminência do país na região.¹⁹⁷

o Mercosul representa um *test case* para as pretensões brasileiras de exercer papel proativo regionalmente em favor de novas propostas de desenvolvimento e de integração internacional. Há, portanto, nítida preocupação em desenvolver políticas ativas de vizinhança, cobrindo todo o arco que se estende do Uruguai ao Suriname, sendo o Mercosul, apesar de todos seus percalços dos últimos anos, a iniciativa que melhor materializa a aspiração brasileira de procurar níveis mais profundos de relacionamento e de construir uma plataforma a partir da qual possam ser desencadeadas outras iniciativas internacionais em favor da plena inserção internacional do País e da região em seu conjunto. Disso decorre a prioridade outorgada à revitalização do Mercosul, à sua ampliação e aprofundamento enquanto iniciativa de integração econômica à qual pretende-se incorporar outras dimensões nos campos social, cultural e científico-tecnológico.¹⁹⁸

Como resultado do aprofundamento político-institucional, em 2004, durante a Cúpula dos Presidentes do Mercosul, realizada na cidade de Ouro Preto, foi encomendada a criação do Parlamento do Mercosul. Este foi oficialmente estabelecido em 2006, tendo como principal objetivo o compromisso com a democracia, constituindo “um espaço comum em que se reflita o pluralismo e as diversidades da região”.¹⁹⁹

A operacionalização do paradigma logístico significou o reforço o papel do Estado como moderador das negociações e como defensor dos interesses nacionais.²⁰⁰ Assim, a construção de meios de poder associa-se à justiça social, à democracia, à cidadania e ao bem-estar. Nesse sentido, a política cultural – como política de poder e política social – sofreu notável inflexão no governo Lula.

Em que pese o fato de as leis de incentivo fiscal terem continuado como uma das fontes de consideráveis aportes para a cultura, como as provenientes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)²⁰¹, o governo reestruturou o Ministério da Cultura que, sob o comando do ministro Gilberto Gil, lançou o Plano Nacional de Cultura – um projeto conciso para suprimir a fragilidade do setor, em que o poder público retoma “sua capacidade de elaboração e de orientação das políticas de produção e de seu financiamento”.²⁰²

Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, por meio da aprovação da Emenda

197. BECARD, Danielly Silva Ramos. Relações exteriores do Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 143-152.

198. VAZ. Op. cit. p. 91.

199. PARLAMENTO DO MERCOSUL. Sobre o Parlamento. Disponível em: <http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/4300/1/secretaria/sobre_o_parlamento.html>. Acesso em: 02 ago. 2011.

200. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Op. cit., p. 493.

201. O BNDES, autarquia federal, apresenta três formas de apoio à cultura: recursos não reembolsáveis, capital de risco e financiamentos. Desde 1997, já apoiou centenas de projetos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, especialmente aquele tombado pelo IPHAN. Cf. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. O BNDES e a Economia da Cultura. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuaacao/Cultura/index.html>. Acesso em: 03 ago. 2011.

202. SILVA, Frederico A. Barbosa da. Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. Brasília: MinC/ IPEA, 2007. p. 64.

Constitucional nº 48 de 2005, o Plano Nacional de Cultura (PNC)²⁰³ trabalha as dimensões política, econômica e simbólica da cultura e tem como objetivos promover e ampliar a difusão da cultura nacional, estimulando a produção artística, a democratização do acesso, a preservação dos bens culturais e a intensificação dos laços de “brasilidade”. Em termos de política externa, o plano pretende “qualificar a presença da cultura brasileira no exterior”,²⁰⁴ divulgando a identidade nacional brasileira, expressa em sua diversidade, e buscando, ao mesmo tempo, afirmar sua importância como parcela de uma cultura universal.

Entendido como uma estratégia de desenvolvimento, o PNC, valendo-se da expressão de Amartya Sen, atua no ‘processo de expansão das liberdades humanas’ ao pretender resguardar a diversidade cultural brasileira, tornando-se não apenas uma via para o desenvolvimento, mas constituindo *per se* o próprio desenvolvimento. Ele é *fim e meio*.²⁰⁵

Em analogia com os discursos sobre o patrimônio cultural no Brasil no final dos anos 1970, o PNC assemelha-se com algumas das propostas defendidas por Aloísio Magalhães, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1979 a 1982. Para Aloísio, a cultura deveria ser utilizada pelos países em desenvolvimento para romper laços de dependência:

Eu não acredito que uma nação, uma coletividade, possa ser passivamente vítima de uma dependência externa, de condicionamento econômico, se ela tiver consciência do seu próprio valor. Eu acho que ela é dependente na medida em que é passiva e inconsciente com seus próprios valores. Não creio que se ela tiver coletivamente ativado, aguçado, idealizado os seus próprios valores, não encontre alternativas e saídas. Que podem não resolver, mas que podem diminuir muito essa dependência.²⁰⁶

Pouco mais de duas décadas depois, o PNC vem reconhecer que “no decorrer da história, processos colonialistas, imperialistas e expansionistas geraram concentrações de poder econômico e político produzindo variadas dinâmicas de subordinação e exclusão cultural” e que, portanto, deve haver “maior responsabilidade do Estado na valorização do patrimônio material e imaterial de cada nação”²⁰⁷.

Em sua dimensão simbólica, as diretrizes do PNC sustentam que “as políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, autoestima e laços de identidade entre os brasileiros”.²⁰⁸ Já em sua dimensão econômica, instituem: “torna-se imperativa a regulação das ‘economias da cultura’, de modo a evitar os monopólios comerciais, a exclusão e os impactos destrutivos da exploração predatória do meio ambiente e dos valores simbólicos

203. O Plano Nacional de Cultura em vigor foi instituído pela Lei 12.343, de 02 de dezembro de 2010 e norteará as políticas culturais em um prazo de dez anos.

204. MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/pnc/diagnosticos-e-desafios/politicas-gerais/politica-internacional/>>. Acesso em: 11 set. 2009.

205. SEN, Amartya. Op. cit. p. 52-53.

206. MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 97.

207. MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/pnc/introducao/valores/>>. Acesso em: 11 set. 2009.

208. MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais. Brasília, 2008. 2ª edição. p. 11.

a ele relacionados”.²⁰⁹ Também cabe ressaltar que, internacionalmente, o PNC tem como uma de suas propostas:

constituir e aprofundar as parcerias sobre temas e experiências culturais com outros países, sobretudo no âmbito da América Latina e Mercosul, África e CPLP, além de nações com dimensões e condições socioeconômicas similares ao Brasil, como Índia, África do Sul, Rússia e China.²¹⁰

Em conformidade com as agências multilaterais, o projeto coaduna-se às diretrizes da UNCTAD para a Economia Criativa, como a ação interministerial, ao sugerir a atuação conjunta do Ministério da Cultura com outros ministérios (como o do Turismo e o das Relações Exteriores); a promoção de inclusão social e geração de empregos; e a instrumentalização da cultura para o desenvolvimento econômico.

Sob a ótica do patrimônio cultural, o Consenso de São Paulo, formulado em 2004, na XI Sessão da UNCTAD, preconiza: “creative industries can help foster positive externalities while preserving and promoting cultural heritages and diversity”.²¹¹ Vimos com Throsby que as *externalidades* nada mais são que o beneficiamento de agentes econômicos não diretamente envolvidos no projeto. Se o PNC tem como duas de suas políticas gerais promover o patrimônio artístico e cultural e desenvolver o turismo cultural sustentável,²¹² dinamizando as cidades históricas e aperfeiçoando o equipamento cultural dos municípios brasileiros, podemos inferir que está em harmonia com as recomendações internacionais para o desenvolvimento. Nessa lógica, circunscrevem-se os programas *Brasil Patrimônio Cultural* e *Monumenta* que, iniciados no governo FHC, mantiveram-se no governo Lula, porém, com revalorização e fortalecimento do IPHAN.²¹³ Vale destacar, outrossim, a criação do programa *Museu, Memória e Cidadania*, cujas ações visam a “revitalização de museus brasileiros não federais e modernização nos museus da União”.²¹⁴

Considerando o esforço do governo Lula em aprofundar as relações com seus parceiros no Mercosul, sua política cultural externa contempla a articulação de projetos para o patrimônio cultural tangível com os países do bloco. Esse tema será o foco do capítulo terceiro.

O presente capítulo procurou sintetizar de que forma o patrimônio cultural tornou-se objeto de culto das nações modernas e foi, ao longo dos anos, apropriado pelas políticas culturais como indutor do desenvolvimento socioeconômico. Ao discorrer sobre as políticas culturais brasileiras, vimos que a trajetória do patrimônio no país é relativamente recente e que acompanhou tendências e constrangimentos internacionais. Veremos no próximo capítulo quais foram as propostas para o setor no Mercosul Cultural entre os anos de 2003 e 2006 e seus desdobramentos nos anos seguintes.

209. Ibidem. p. 12.

210. MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais. Op. cit., p. 64.

211. UNCTAD. São Paulo Consensus. Artigo 65. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/t410_en.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2011.

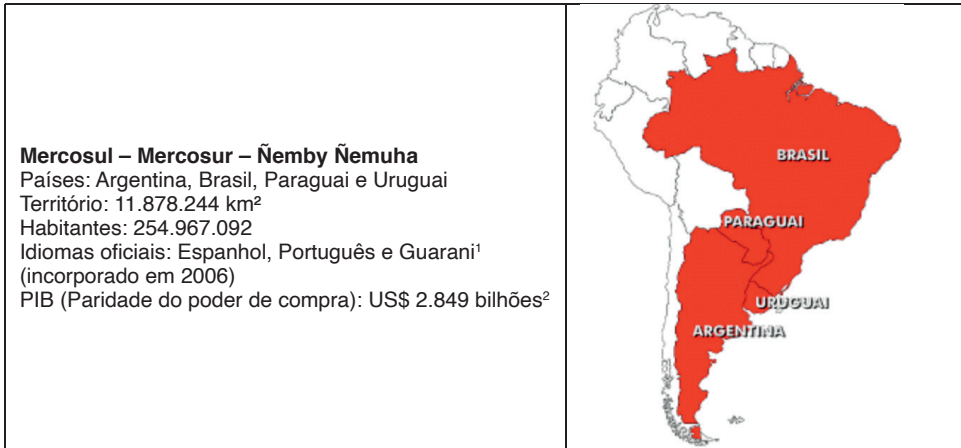
212. MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais. Op. cit., p. 44-55.

213. SILVA, Frederico A. Barbosa da. Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. Brasília: MinC/IPEA, 2007. p. 47-67.

214. Ibidem. p. 60.

PATRIMÔNIO CULTURAL NO MERCOSUL: ENTRAVES E AVANÇOS

IDENTIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO MERCOSUL



Pensar a cultura e a identidade Mercosul demanda um exercício de reflexão sobre o que é ser latino-americano no atual cenário internacional, marcado, de um lado, pela descontextualização das identidades e pela ascensão do suporte transnacional – efeitos da retomada do processo de globalização no fim do século XX – e, de outro, por movimentos de recontextualização e particularização que, como um “novo primordialismo” ou regresso às raízes, fazem frente à derrocada do modelo *westphaliano* de Estado-Nação e à falência do modelo de cultura nacional una como agente de coesão.³

Uma nação como o Brasil, de dimensões continentais, possui em seu território diversas “culturas” e múltiplos estereótipos, sendo, portanto, tarefa difícil a constituição de uma identidade nacional, pois nota-se uma grande diferenciação de uma localidade para outra. O esforço de políticos e intelectuais, sobretudo na primeira metade do Novecentos, para a delimitação da cultura nacional revelou-se, no fim do século, de pouca validade para a organização social interna. Como definir a *brasilidade* se compararmos, por exemplo, o brasileiro que vive no litoral com o brasileiro fronteiriço, habitante de uma espécie de “zona

1. O Guaraní foi incorporado como um dos idiomas oficiais do Mercosul pela Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 35 de 2006.

2. Estatísticas referentes aos anos de 2010 e 2011. Cf. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/wfbExt/region_soa.html>. Acesso em: 10 ago 2011.

3. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 135-157.

de contato” moderna? ⁴ Atualmente, além da trajetória histórica e da geopolítica comum, são os “diferentes localismos culturais”⁵ que definem o Brasil. A *brasilidade* se define pela diversidade e essa cartografia cultural não se constitui de círculos ensimesmados em suas fronteiras, mas de unidades múltiplas e transversais que se identificam e se diferenciam mutuamente.

Em que pese o caráter plural da cultura brasileira, Celso Lafer afirma que existem “fatores de persistência”, ou continuidade, que formam construções discursivas e que geram sentimento de pertinência e, por conseguinte, a coesão da nação. Segundo o autor, “não só os indivíduos continuam a projetar suas expectativas, reivindicações e esperanças sobre as nações a que pertencem, como também o bem-estar da imensa maioria dos seres humanos segue intimamente vinculada ao desempenho dos países em que vivem”.⁶ Lafer aponta como fatores de persistência no Brasil

o dado geográfico da América do Sul; a escala continental; o relacionamento com os muitos países vizinhos; a unidade linguística; a menor proximidade, desde a Independência em 1822, dos focos de tensão presentes no centro do cenário internacional; o tema da estratificação mundial e o desafio do desenvolvimento.⁷

Da mesma forma, podemos encontrar no Mercosul – ou na América Latina, visto que a identidade do bloco não deve ser construída em separado do restante da região pois colocaria em risco as relações com os vizinhos – fatores de persistência que justificam a formação de um ideário regional.⁸

A participação do Brasil no Mercosul gera uma situação peculiar uma vez que apresenta muitas diferenças em relação aos outros componentes, a começar pelo idioma. O Brasil é o único país lusófono do Cone Sul; é o terceiro maior das Américas em extensão territorial; sua independência significou a interiorização da metrópole (era um império em meio a repúblicas); e apresenta uma composição multiétnica devido aos fluxos migratórios.⁹ Ressalte-se ainda que Argentina, Paraguai e Uruguai compunham o antigo Vice-Reino do Prata, que acabou logo no início do século XIX. Tal aspecto denota uma conformidade entre os países do Mercosul, se dele excluirmos o Brasil.

A veracidade desses fatores, no entanto, não justifica o fato de, por séculos, os países sul-americanos terem coexistido sem conviver. Entendendo a nação como uma população “entregue a uma dada identidade coletiva através de uma imagem comum do passado e

4. Adaptação de termo cunhado por Mary Louise Pratt que, na obra *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*, é definido como uma tentativa de invocar a co-presença no espaço-tempo de sujeitos antes separados por disjunções geográficas e históricas e que passaram a ter suas trajetórias cruzadas. Neste trabalho, o sentido que se pretende é o do encontro de sujeitos pertencentes a diferentes nações e que habitam nas regiões de fronteira.

5. SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit. p. 152.

6. LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 18.

7. Ibidem. p. 20.

8. VALLADÃO, Alfredo da Gama e Abreu. Os dois triunfos do MERCOSUL: Soberania Compartilhada e Miscigenação Cultural. In: *O Mercosul e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia. Encontro de Culturas*. Fortaleza – CE, 13 e 14 de dezembro de 1996. Brasília: FUNAG, 1997.

9. LAFER. Op. cit.

do futuro”¹⁰ e que apresenta padrões culturais comuns¹¹ e ampliando essa característica para o plano regional, observa-se que há muitas convergências no passado histórico da América do Sul e nas suas heranças culturais. A respeito do idioma, o antropólogo Darcy Ribeiro relatou:

as línguas faladas na América latina, e os respectivos complexos culturais, são muito mais homogêneos que os existentes nas respectivas nações colonizadoras, e talvez mais do que qualquer outra área do mundo, exceto a neobritânica.

De fato, o castelhano e o português falados nas Américas experimentaram menor número de variações regionais que nas nações de origem. O castelhano, falado por centenas de milhares de pessoas na América Latina, apesar de cobrir uma extensíssima área, só varia regionalmente quanto ao sotaque, uma vez que sequer derivou em algum dialeto, enquanto na Espanha continuam sendo faladas várias línguas mutuamente ininteligíveis. O mesmo ocorre em relação à língua portuguesa e à inglesa. Ou seja: os espanhóis, portugueses e ingleses, que jamais conseguiram assimilar os bolsões linguístico-dialetais de seus reduzidos territórios, ao mudarem-se para as Américas impuseram às suas colônias, imensamente maiores, uma uniformidade linguística quase absoluta e uma homogeneidade cultural igualmente notável.¹²

Para Estevão Chaves de Rezende Martins as dificuldades hoje apresentadas pelos países do Mercosul em implantar medidas efetivas no setor da cultura talvez fossem remediadas, em parte, por meio de uma revisão historiográfica da região. Segundo o autor, predomina uma versão “criolla” da história. Para conceber um “ser próprio” latino-americano é necessário levar em conta a experiência marcante de contraste e de contradição da memória do regime colonial, do surto nacionalista e liberal dos processos de autonomia política, dos mecanismos de dependência econômica e financeira e, principalmente, da pluralidade das culturas de suas comunidades.¹³ A mesma revisão também valeria para o plano nacional, pois de acordo com o diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães,

muito daquilo que um brasileiro imagina a respeito de situações e valores individuais e sociais é uma construção cultural/ literária/ audiovisual/ noticiosa, muitas vezes repleta de preconceitos e estereótipos. Tudo o que sabemos sobre história da sociedade brasileira não foi vivido por nós, mas sim elaborado por terceiros.¹⁴

Os processos de independência veiculados na América Latina geraram a necessidade de firmar as bases identitárias do subcontinente a fim de que a adesão coletiva proporcionasse a inserção internacional. Para o Brasil, ainda que o advento da República significasse um distanciamento da Europa e o início da ‘americanização’ do país, a qual tinha como uma de suas finalidades “desfazer a percepção de que o Brasil era o

10. STOEISSINGER, John G. *O Poder das Nações: a política internacional de nosso tempo*. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 31.

11. *Ibidem*.

12. RIBEIRO, Darcy. *A América Latina existe?* Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010. p. 35-36.

13. MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: Cultura e Poder*. Brasília: IBRI, 2002. Capítulo 6.

14. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 228-229.

‘diferente’ da América”,¹⁵ era preciso engendrar a noção de Brasil como país inserido no sistema interamericano e como incentivador da fraternidade entre os países do continente. A cordialidade oficial nas relações com os vizinhos constitui uma marca da diplomacia brasileira desde o fim do século XIX.¹⁶

Desde a década de 1930, a cultura passou a compor efetivamente a agenda política brasileira no intuito de integrar a nação em direção ao desenvolvimento. O país necessitava superar as assimetrias e modelar sua identidade internacional. Considerando que a dimensão alegórica do imaginário nacional pode ser ‘objetificada’ no patrimônio cultural material, em 1937 foi criado o IPHAN – que representou o ponto de partida na institucionalização de narrativas nacionais e no delineamento dos contornos da identidade.¹⁷ Esse foi o período que caracterizou o Brasil como nação mestiça e “antropofágica”.

Na década de 1980, o campo da cultura sofreu um reajuste simbólico no país. O ‘universalismo’ do governo de João Figueiredo reforçou as bases identitárias e buscou outras heranças, como aquelas presentes na África, para o Brasil. Na mesma época, com Aloísio Magalhães no comando do IPHAN, sucedeu a “antropologização” do conceito de patrimônio cultural. Nesse sentido, as narrativas nacionais que desde as gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1968) e de Renato Soeiro (1968-1979) eram pautadas no patrimônio material, em especial o edificado, e na suposição de uma identidade única e coesa, agora buscavam “revelar a diversidade da cultura brasileira”.¹⁸ A adoção da concepção de ‘bens culturais’, articulada pelas ideias de ‘desenvolvimento’ e ‘diversidade cultural’, engendrou a aproximação das diferentes formas de cultura popular como estratégia política.¹⁹ Dessa forma, a ampliação do conceito de patrimônio, e conseqüentemente da noção de “brasilidade”, está atrelada menos à produção intelectual do que à cidadania, e a salvaguarda da diversidade cultural brasileira atende à demanda pela defesa da democracia e da participação, incorporando os diversos segmentos da sociedade.

O paradigma neoliberal, vigente nos anos 1990, sujeitou boa parte da ação cultural²⁰ ao setor privado, o que comprometeu a cobertura democrática dos projetos no país uma vez que as manifestações culturais incentivadas eram, sobretudo, as que já dominavam boa parte dos circuitos de cultura no país. Com o paradigma logístico assumido no governo Lula, algumas mudanças foram verificadas na área. O Estado procurou garantir o fomento “à produção e às atividades que não têm a proteção do mercado”²¹, democratizando o acesso e a criação.

De acordo com Frederico Barbosa da Silva, a pasta da Cultura, sob o comando de

15. LAFER. Op. cit. p. 36.

16. CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 30.

17. GONÇALVES, José Reginaldo. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002. Capítulo 2.

18. GONÇALVES, José Reginaldo. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Op. cit.

19. Ibidem. p. 51.

20. Mônica Lessa define “ação cultural” como “as realizações no campo cultural, seja no âmbito da política interna ou externa. [...] é, portanto, a execução de um programa, ou de partes de um programa da política cultural”. Cf. LESSA, Mônica Leite. *Relações Culturais Internacionais*. In: MEDEIROS, Lena Menezes de; ROLLEMBERG, Denise; MUNTAL FILHO, Oswaldo (Orgs). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002. p. 20.

21. SILVA, Frederico A. Barbosa da. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Cadernos de Políticas Culturais. Vol. 2. Brasília: IPEA/MinC, 2007. p. 50.

Gilberto Gil, procurou, desde o início, correlacionar três dimensões do conceito de cultura: a econômica, a política e a simbólica.²² Com essa proposta, a conduta logística do Estado visa a promoção das próprias capacidades, remodelando suas vantagens comparativas por meio da ação cultural para o desenvolvimento e atendendo aos princípios de democracia e cidadania. Seguindo esses princípios, em 2003 o Plano Nacional de Cultura (PNC) foi lançado.

No que se refere à cultura na América Latina, Lula, em seu discurso de posse, declarou:

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.²³

A política externa de Lula primava, no plano regional, pelas relações com os vizinhos. No PNC, essa característica se traduziu no projeto de aprofundar as parcerias para a cultura no Mercosul e na América Latina.²⁴ De acordo José Flávio Sombra Saraiva, no primeiro semestre de 2003,

a posse, no Brasil, do Presidente Lula no primeiro dia do ano, bem como a eleição e posse do Presidente Kirchner, na Argentina, alimentam a ideia de uma revitalização do eixo Brasília-Buenos Aires em termos não apenas estratégicos e diplomáticos, mas também em novas bases culturais e educacionais.²⁵

Desde então, os países do bloco têm somado esforços no arranjo de políticas culturais para impulsionar o aprofundamento da integração, pois reconhecem a cultura e a identidade regional como agentes fortalecedores de sua credibilidade internacional.

No imaginário latino-americano, é preciso que haja articulação entre as diferentes narrativas nacionais para superar qualquer reminiscência de uma *consciência colonizada* e lutar contra o “Leviatã homogeneizante”²⁶. Em outras palavras, a América Latina precisa superar o desconhecimento recíproco – estimulado pela herança desenvolvimentista –

22. SILVA, Frederico A. Barbosa da. Op. cit. p. 51.

23. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Biblioteca da Presidência. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso nacional*. Brasília, DF: 01 de janeiro de 2003. p. 10. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/01-01-2003-pronunciamento-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-congresso-nacional/view>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

24. BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais*. Brasília, 2008. 2ª edição. p. 64.

25. SARAIVA, José Flávio Sombra. Cultura, indústria e integração: uma nova esperança no Mercosul. In: ÁLVAREZ, Gabriel O (Org.). *Indústrias Culturais no Mercosul*. Brasília: IBRI, 2003. p. 16.

26. SAHLINS, Marshall. Sentimental Pessimism and Ethnographic Experience; or, Why Culture Is Not a Disappearing Object. In: DASTON, Lorraine (Ed.) *Biographies of Scientific Objects*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2000. pp. 158-202.

para adaptar-se às novas demandas sistêmicas com maior autonomia. O desafio é situar a heterogeneidade cultural a fim de promover cada cultura nacional e, conseqüentemente, a latino-americanidade. Para tanto, as instituições de patrimônio cultural do Mercosul podem funcionar como catalisadoras desse processo por meio da elaboração de projetos em conjunto.

A configuração de organismos de proteção e fomento ao patrimônio cultural teve o Brasil como precursor na América Latina. Na Argentina, foi criada em 1940 a *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*, atualmente vinculada à *Secretaría de Cultura*.²⁷ No Uruguai, a *Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación* foi estabelecida em 1971 e está atrelada ao *Ministerio de Educación y Cultura*.²⁸ Já no Paraguai, embora a lei de proteção dos bens culturais tenha sido constituída em 1982, somente em 2006 foi criada a *Dirección General de Patrimonio Cultural*, vinculada à *Secretaría Nacional de Cultura*.²⁹ Dentre os quatro países, o Brasil é o único que possui um ministério autônomo para a cultura – o MinC – criado em 1985.

A relação entre o patrimônio cultural e o imaginário latino-americano pode ser ilustrada pela seguinte combinação de ideias: se, segundo Roberto DaMatta, “a passagem da integração econômica para a integração cultural corresponde a uma passagem da nação a sociedade”³⁰ e se, de acordo com Samuel Pinheiro Guimarães, “a consciência que a sociedade adquire de si mesma [...] depende de uma representação ideológica, que é ‘construída’, por sua vez, por manifestações culturais as mais distintas”,³¹ infere-se que a sociedade do Mercosul tem em seu patrimônio cultural tangível – que constitui a representação material das manifestações culturais – o espelho de seu imaginário.

O exercício de valorização do imaginário latino-americano, com toda sua riqueza e diversidade, tem um papel libertário porque contribui para a superação da situação de dependência, resignação e submissão às culturas hegemônicas e massificadas e da visão colonizada e alienada de “subúrbio do mundo”, revertendo os sintomas de culpa em autoestima, atraso em desenvolvimento econômico e disparidade em justiça social.

Somos o Povo Latino-Americano, parcela maior da latinidade, que se prepara para realizar suas potencialidades. Uma latinidade renovada e melhorada, porque revestida de carnes índias e negras e herdeira da sabedoria de viver dos povos da floresta e do páramo, das altitudes andinas e dos mares do sul.³²

Ao estabelecerem essa meta, os países-membros do Mercosul devem somar esforços para conciliar possíveis divergências e rechaçar tentativas de hegemonia intrabloco. Nas palavras de Clodoaldo Bueno, “a busca da integração deve ser cautelosa,

27. COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTORICOS. *La Comisión: Historia*. Disponível em: <<http://www.monumentosysitios.gov.ar/comision/historia.html>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

28. COMISIÓN DEL PATRIMONIO CULTURAL DE LA NACIÓN. *Normativas: Creación de la Comisión del Patrimonio*. Disponível em: <<http://www.patrimoniouruguay.net/normativas.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

29. SECRETARIA NACIONAL DE CULTURA. *Dirección General de Patrimonio Cultural*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.py/lang/es-es/patrimonio-culturaltecopy-tee/>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

30. DAMATTA, Roberto. O MERCOSUL e a Sociedade: Em Torno das Trocas Econômicas e da Integração Cultural. In: *O Mercosul e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia. Encontro de Culturas*. Fortaleza – CE, 13 e 14 de dezembro de 1996. Brasília: FUNAG, 1997. p. 116.

31. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Op. cit. p. 228.

32. RIBEIRO, Darcy. Op. cit. p. 111.

realista, sem retórica e sem tiradas de entusiasmo”.³³ A busca da inserção internacional por meio da cultura deve ser compartilhada pelos países do bloco.

A situação da cultura na América Latina foi delineada por Néstor García Canclini do seguinte modo:

A desigualdade na divisão do trabalho cultural se deve aos condicionamentos nacionais (o acesso desigual ao desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e educacional) e também às políticas regionais com que se tenta promover e expandir o patrimônio cultural. Encontramos países comprometidos com programas educativos, culturais e de comunicação que potencializam o desenvolvimento de suas artes e indústrias culturais (a União Europeia), países que favorecem a expansão transnacional de suas indústrias e do comércio cultural (EUA, Japão, Canadá) e países que repetem rotineiramente uma política de gestão de seu patrimônio artístico e cultural voltado para dentro (a maior parte da América Latina).³⁴

Em relação à cultura no Mercosul, Maria Susana Arrosa Soares declara:

No Mercosul, as questões culturais têm merecido pouca atenção do Ministério de Relações Exteriores. Sua iniciativa, em geral, é tímida e pouco articulada, e a cultura não é utilizada para o desenvolvimento de estratégia voltada à divulgação internacional da imagem-país. O conhecimento da riqueza de suas literatura, música, tradições, festas, cinema, sua produção científica permanece restrito a grupos de especialistas.

O desconhecimento da realidade sócio-cultural dos países vizinhos é profundo. Os preconceitos, as visões e opiniões parciais, quando não distorcidas, de alguns países em relação aos outros, dificultam, quando não inibem, o surgimento de relações de confiança e de projetos de cooperação. Observações e leituras superficiais ou apressadas, distorções de origem ideológica e posturas etnocêntricas criaram, no decorrer dos anos, imagens dos países e de suas culturas folclorizadas e pouco fiéis a suas origens históricas.³⁵

Em uma visão um pouco mais otimista, Mônica Lessa destaca que desde 1996, quando da assinatura do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul e também do início do Programa Interamericano de Cultura³⁶ (sob a égide da OEA), o bloco tem se empenhado para

33. BUENO, Clodoaldo. Relações Internacionais: Assimetrias Nacionais e Formação de Blocos. In: VILLA, Rafael Duarte; KALIL, Suzeley. (Orgs.). *Ensaio latino-americanos de política internacional*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

34. CANCLINI, Néstor García. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. São Paulo: Iluminuras, 2008. p. 125.

35. SOARES, Maria Susana Arrosa. *Adiplomacia cultural no MERCOSUL*. Revista Brasileira de Política Internacional. Volume 51, Vol. 1, Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292008000100003-&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 dez. 2009.

36. O Programa Interamericano de Cultura, iniciado em 1996, reafirmou a importância da cultura para o desenvolvimento integral dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos e recomendou o esboço de um “plano de trabalho voltado para a preservação, o enriquecimento e a divulgação da identidade cultural e lingüística do Hemisfério, a promoção das artes e a preservação de locais históricos e sítios arqueológicos”. Para maiores detalhes, conferir: ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. *Atas e Documentos. Textos autenticados das Declarações e Resoluções*. Vol. 1. Lima, Peru: OEA, 1997. p. 175. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/pr/AG/Documentos/ag00752p03.doc>>. Acesso em: 10 ago 2011.

superar a inexperience burocrática criando-se reuniões técnicas que deram origem a uma burocracia especializada, instituiu-se a dinâmica de reuniões regulares de Ministros de Cultura e emvidou-se esforços para cumprir-se o previsto no *Protocolo de Integração Cultural do Mercosul*. A participação de especialistas da área da cultura e da área da integração regional também se tornou corrente para se repensar os rumos da integração cultural. Inúmeros projetos e ações foram estabelecidos nesse âmbito, em grande parte sugeridos pelos cientistas sociais envolvidos. O *Selo Mercosul Cultural*, por exemplo, que normatiza a circulação de bens culturais, é fruto dessa política e tem por objetivo promover o intercâmbio artístico-cultural por meio de isenção de tributos e garantias alfandegárias.³⁷

Para a autora, a implementação das políticas sugeridas pelo Mercosul Cultural depende menos da disponibilidade de recursos do que de um conjunto de variáveis como a diminuição das deficiências estruturais entre os países-membros e, principalmente, a vontade política.³⁸ O Report da UNCTAD revela que os países em desenvolvimento apresentam como obstáculos para a expansão da Economia Criativa a falta de recursos, a falta de empreendedorismo e a carência de infraestrutura e de instituições.³⁹

Nas tabelas a seguir, veremos como as assimetrias estruturais se apresentam no Mercosul relacionando seus posicionamentos mundiais na distribuição de renda e nos investimentos em educação e cultura. Também será relatada a incidência da Economia da Cultura no PIB de cada país, considerando o ano de 2006.

País	PIB-PPC (Paridade do Poder de Compra) em bilhões de dólares*	Posição mundial	Posição mundial considerando o PIB <i>per capita</i>
Argentina	\$ 596	28°	78 ^a
Brasil	\$ 2.172	9°	103 ^a
Paraguai	\$ 33, 31	105°	145 ^a
Uruguai	\$ 47,99	92°	86 ^a

(*) Os dados são referentes ao ano de 2010.

Tabela 1 - Relação PIB por paridade do poder de compra e PIB *per capita*

Fonte: The World Factbook⁴⁰

Um breve exame desses dados leva à conclusão de que as diferentes avaliações sobre o PIB indicam uma situação ambígua para o Brasil em relação ao bloco: favorável, ocupando o primeiro lugar quando observado o seu PIB-PPC – quase quatro vezes maior

37. LESSA, Mônica Leite. Mercosul Cultural: Desafios e Perspectivas de uma Política Cultural. In: *VII Encontro Internacional do Fórum Universitário do Mercosul*. Eixo 14. Espaço, arte e cultura na América Latina. GT 24 - A dimensão da Cultura numa perspectiva latinoamericana: identidade, patrimônio, indústria e gestão cultural. Foz do Iguaçu, 2009.

38. LESSA, Mônica Leite. Mercosul Cultural: Desafios e Perspectivas de uma Política Cultural. Op. cit.

39. UNCTAD. *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making*. 2008. p. 40.

40. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/wfbExt/region_soa.html>. Acesso em: 10 ago 2011.

que o da Argentina –, e desfavorável, passando à terceira posição no PIB *per capita*. Na lista do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do *United Nations Development Programme* (UNDP), a Argentina aparece em 46º lugar, o Brasil em 73º, o Paraguai em 96º, e o Uruguai em 52º. O arranjo ordenado desses quatro países, quando consideradas suas posições na avaliação de PIB *per capita* e no IDH, coincide.⁴¹ A Argentina ocupa as primeiras posições nos dois *rankings*.

Retomando a perspectiva do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, embora a distribuição de renda seja um indicador importante, uma vez que aponta efeitos correlatos como o analfabetismo e as más condições de saúde, não pode ser considerada como a causa de todos os problemas. Em sua análise sobre o desenvolvimento, a pobreza e a desigualdade não são somente frutos da renda insuficiente. Visto que nenhum país distribui renda equitativamente, a pobreza também é reflexo da “privação de capacidades básicas”⁴² que gera “efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos”,⁴³ problemas que o mero auxílio financeiro do Estado (como o seguro-desemprego) não pode suprimir. É necessário expandir os serviços públicos, como os de saúde e de educação, e, de acordo com Lessa, ter vontade política para diminuir as barreiras sociais. Para Amartya Sen,

O sucesso do processo conduzido pelo custeio público realmente indica que um país não precisa esperar até vir a ser muito rico (durante o que pode ser um longo período de crescimento econômico) antes de lançar-se na rápida expansão da educação básica e dos serviços de saúde. A qualidade de vida pode ser em muito melhorada, a despeito dos baixos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais. O fato de a educação e os serviços de saúde também serem produtivos para o aumento do crescimento econômico corrobora o argumento em favor de dar-se mais ênfase a essas disposições sociais nas economias pobres, *sem* ter de esperar ‘ficar rico’ primeiro. O processo conduzido pelo custeio público é uma receita para a rápida realização de uma qualidade de vida melhor.⁴⁴

O investimento em políticas públicas para o patrimônio cultural, como bem portador “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”⁴⁵ e, em escala internacional, como elementos “com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”⁴⁶ e como expressão de povos ou indivíduos, pode promover, de acordo com a lógica da Economia da Cultura, a inclusão e a coesão social, a autoestima, a geração de empregos, o diálogo intercultural e a arrecadação de fundos por meio do turismo cultural. Ao reconhecer o patrimônio cultural como área estratégica do desenvolvimento, Canclini revela:

41. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Ranking do IDH 2010*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3600&lay=pde>. Acesso em: 10 ago. 2011.

42. SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 35.

43. *Ibidem*.

44. *Ibidem*. p. 66.

45. BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Capítulo III, Seção II, Artigo 216. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 abr. 2011.

46. UNESCO. *Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Artigo 1º. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

Essa perspectiva implica pôr as pessoas e as sociedades no centro das prioridades e preocupações, em vez dos investimentos e outros indicadores financeiros ou macroeconômicos que articulam de forma difusa a América Latina com o mundo. A pergunta-chave não é com que ajustes econômicos internos vamos pagar melhor as dívidas, e sim que produtos materiais e simbólicos próprios (e importados) podem melhorar as condições de vida das populações latino-americanas e potencializar nossa comunicação com as demais.

Evidentemente, convém consolidar o patrimônio histórico tangível (monumentos, sítios arqueológicos, florestas, artesanato) e intangível (línguas, tradições e conhecimentos). [...] Uma tarefa-chave nesse campo é repensar as oposições clássicas entre patrimônio e comércio, buscando um caminho que vá além da mera defesa do valor simbólico dos bens culturais e limite sua mercantilização.⁴⁷

Com um propósito meramente ilustrativo, nas três tabelas abaixo estão relacionados os gastos com educação, os orçamentos para a cultura e a incidência da Economia da Cultura no PIB dos países do Mercosul.

Gastos com Educação		
País	% do PIB	Posição mundial
Argentina	4,9 %	61 ^a
Brasil	5,08 %	55 ^a
Paraguai	4 %	106 ^a
Uruguai	2,9 %	135 ^a

(*) Dados de 2007-2008.

Tabela 2: Gastos com Educação

Fonte: The World Factbook.⁴⁸

Orçamento da Cultura		
País	% da receita em 2006	% da receita em 2009
Argentina	0,19 %	0,20 %
Brasil	0,21 %	0,27 %
Paraguai*	---	0,04 %
Uruguai	1,17 %	0,53 %

(*) Não há dados do Paraguai referentes ao ano de 2006.

Tabela 3: Orçamento da Cultura em 2006 e em 2009

Fonte: Sistema de Información Cultural del Mercosur⁴⁹

47. CANCLINI, Néstor García. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. Op. cit. p. 103.

48. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. Op. cit.

49. SISTEMA DE INFORMACIÓN CULTURAL DEL MERCOSUR. *Estadísticas. Presupuesto Cultural*. Disponível em: <<http://www.sicsur.org/estadisticas/results.php?idCategoria=2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

Incidência da Economia da Cultura no PIB – ano 2006	
País	% de incidência no PIB
Argentina	3,12 %
Brasil	1,26 %
Paraguai*	---
Uruguai	1,94 %

(*) Não há dados sobre o Paraguai.

Tabela 4: Incidência da Economia da Cultura no PIB – ano 2006

Fonte: Sistema de Información Cultural del Mercosur⁵⁰

O *Creative Economy Report* da UNCTAD revela que, entre 1996 e 2005, o Mercosul teve pouca participação no mercado de produtos e serviços criativos, apesar do aumento gradual no período.⁵¹ O Brasil, dentre os quatro, é o que mais investe em educação, campo correlato ao cultural (ensino da língua, da história etc.), e ocupa o segundo lugar nos investimentos em cultura. No entanto, a incidência da Economia da Cultura em seu PIB é inferior a todos os outros. Em 2006, somente o Uruguai alcançou a meta de investimento em cultura proposta recentemente pela UNESCO: 1% do orçamento nacional.⁵² Além disso, os indicadores culturais ainda são deficientes no bloco, como podemos notar com a ausência de dados sobre o Paraguai, o que dificulta uma análise mais precisa.

Apesar das estatísticas pouco animadoras, em seu primeiro mandato Lula procurou consolidar as atividades propostas para a cultura. Em 2006, como resultado do convênio estabelecido entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi publicado o Sistema de Informações e Indicadores Culturais. O estudo contempla uma vasta gama de atividades e serviços culturais tendo como referência o ano de 2003. De acordo com a metodologia empregada,

Consideram-se como atividades econômicas diretamente relacionadas à cultura as atividades características que são típicas da cultura, tradicionalmente ligadas às artes. Neste campo estão incluídas as atividades de edição de livros, rádio, televisão, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico.⁵³

50. A estatística refere-se às seguintes atividades: “Actividades de edición de libros, folletos, partituras y otras publicaciones; edición de periódicos, revistas y publicaciones periódicas; edición de grabaciones; actividades de impresión, actividades de servicios relacionadas con la impresión y reproducción de grabaciones; cinematografía, radio y televisión y otras actividades de entretenimiento; actividades de agencias de noticias; actividades de bibliotecas, archivos y museos y otras actividades culturales; actividades deportivas y otras actividades de esparcimiento”. Cf. SISTEMA DE INFORMACIÓN CULTURAL DEL MERCOSUR. *Mapa Cultural del Sur. Economía Cultural. PBI%*. Disponível em: <<http://www.sicsur.org/mmp/index.php>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

51. UNCTAD. *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making*. 2008. p. 113.

52. Poucos países, inclusive os europeus, investem esse montante na cultura. Cf. SILVA, Frederico A. Barbosa da. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Cadernos de Políticas Culturais. Vol. 2. Brasília: IPEA/MinC, 2007. e MINISTÉRIO DA CULTURA. *A cultura está refém da renúncia fiscal*. Entrevista com João Bernardo Caldeira veiculada em 14 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/14/a-cultura-esta-refem-da-renuncia-fiscal/>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

53. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003*. Metodologia. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/metodologia.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011.

Essa publicação constitui um dos primeiros passos da política cultural brasileira rumo a um planejamento adequado.

De forma análoga, durante o governo Lula o Brasil co-elaborou documentos no Mercosul Cultural, embora apresentassem, no final do período em destaque, déficit de aplicação.⁵⁴ Na Ata nº 2 da Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul, Bolívia e Chile, ocorrida em novembro de 2003, os países concordaram em:

Promover o trabalho conjunto entre os respectivos gabinetes de Cultura e Economia para concentrar esforços e entrar em consenso no que se refere a políticas públicas. Em particular, é necessário continuar com a elaboração de Indicadores, orientados a registrar as atividades vinculadas ao patrimônio e às indústrias culturais como promotoras de identidade e geradoras de emprego e desenvolvimento social.⁵⁵

Esse acordo resultou na elaboração do *Sistema de Información Cultural do Mercosur* (SICSUR), aprovado em 2008 e estabelecido em 2009 em rede Internet. Embora ultrapasse o limite temporal desse trabalho, vale como exemplo de avanço das propostas.

Além da precariedade das estatísticas, outra dificuldade que se impõe na superação do plano exclusivamente comercial no bloco é o déficit democrático. Na tentativa de corrigir esse problema, duas medidas merecem destaque em nossa análise: a Rede Mercociudades e o Parlamento do Mercosul (PARLASUL). A Rede Mercociudades é uma entidade sem fins lucrativos criada em 1996 que tem como alguns de seus objetivos integrar os municípios do Mercosul por meio da participação cidadã, “efetuar o inventário do patrimônio cultural e histórico das cidades do Mercosul, propondo medidas comuns que garantam sua preservação e difusão”⁵⁶ e “desenvolver e planejar o turismo regional”⁵⁷. A criação do PARLASUL em 2006 teve como objetivos diminuir a limitação social e contribuir para “a democracia, a participação, a representatividade, a transparência e a legitimidade no aprofundamento do processo de integração”.⁵⁸ Desde então, o Parlamento tem realizado por meio da *Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte* eventos para fortalecer a democracia, como o Seminário Latino-Americano Arte, Cultura e Democracia Participativa e o Seminário Cultura e Protagonismo Social na América Latina⁵⁹, ambos realizados em 2009. Embora constitua um avanço considerável, o órgão ainda carece de medidas que propiciem o diálogo com a sociedade civil organizada e com as instituições nacionais.

O primeiro mandato de Lula testemunhou a reformulação do campo cultural e o empenho internacional em promover a Economia Criativa. Constituindo o multilateralismo um dos eixos de sua política externa, participou de diversos eventos relacionados

54. VAZ, Alcides Costa. Mercosul: educação, justiça, cultura e desenvolvimento social em perspectiva. In: ÁLVAREZ, Gabriel O (Org.). *Indústrias Culturais no Mercosul*. Brasília: IBRI, 2003.

55. MERCOSUL. *Reunião de Ministros da Cultura. Ata 02/03*. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/files/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-203.doc>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

56. MERCOCIUDADES. *Estatuto e regulamento das Mercociudades. Artigo 2º*. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2272>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

57. Ibidem.

58. PARLAMENTO DEL MERCOSUR. *Acerca del Parlamento*. Disponível em: <http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/147/1/secretaria/acerca_del_parlamento.html?seccion=2>. Acesso em: 12 ago. 2011.

59. PARLAMENTO DO MERCOSUL. *Parlamento. Informação Institucional*. Disponível em: <http://www.parlamentodelmercosur.org:8090/index1_portugues.asp#>. Acesso em: 12 ago. 2011.

ao fomento das indústrias culturais, como o Consenso de São Paulo (2004), que foi um importante passo no reconhecimento do papel dessas indústrias pelos países em desenvolvimento, e a *Second South Summit of the G-77 and China*, realizada no Qatar em 2005, onde a Economia Criativa ganhou novos contornos inserindo-se nas agendas para o desenvolvimento.⁶⁰

Veremos adiante quais foram as diretrizes traçadas entre 2003 e 2006 para o patrimônio cultural no Mercosul. Se problemas como vontade política, ajuste de assimetrias e disponibilidade de recursos persistiram, observa-se que alguns projetos foram elaborados para o setor, principalmente após o lançamento do Plano Nacional de Cultura, denotando, em sua dimensão externa, uma disposição em cooperar para desenvolver potencialidades, promover qualidade de vida e abster-ser do discurso meramente retórico.

O ESTABELECIMENTO DO MERCOSUL CULTURAL: FORMULAÇÃO POLÍTICA E APARATO ADMINISTRATIVO

Conforme discorrido nos capítulos anteriores, os processos de integração regional são elemento presente nas relações internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial. Entretanto, verifica-se um ímpeto integrador no continente americano no início do século XIX, pouco depois das viagens de Alexander Humboldt, com a Doutrina Monroe (1823) e com a atuação de Simón Bolívar no Congresso do Panamá (1826). Naquele momento, era preciso consolidar as independências recém-adquiridas e impossibilitar uma intervenção da Europa pós-Congresso de Viena na América.⁶¹ A própria atuação de Humboldt na América Espanhola, apoiada pelo Rei Carlos IV, mesmo antes de Viena, foi uma forma de reinventar a América independente e uma tentativa de retomar o colonialismo.⁶² Pouco tempo depois, o pan-americanismo viria como a invenção que o continente fazia de si mesmo e como elemento integrador.

Alguns anos mais tarde, na passagem para o século XX, os Estados Unidos procuravam reforçar ainda mais seu domínio na área, como uma *reconquista* da América, onde “a antiga relação metrópole europeia-colônias americanas tenderia a ser substituída pela relação Estados Unidos-países latino-americanos”.⁶³ Nesse sentido, durante o governo de Benjamin Harrison (1889-1893), ocorreu a 1ª Conferência Interamericana que tinha como objetivo estreitar os laços do pan-americanismo e formular resoluções para estimular o comércio interamericano. Ao longo do século XX, o projeto norte-americano de consolidar uma área integrada pela América continuou presente consoante as determinações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Logo após a Segunda Grande Guerra, os processos de integração tornaram-se efetivos como forma de superar o arraso econômico causado pelo conflito. Sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, foi criada em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que, desde os anos 1960 e até os anos 1980,

60. UNCTAD. Op. cit. p. 197.

61. AQUINO, Rubim Santos Leão de; et al. *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997. Parte II, Unidade VI.

62. PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. London/New York: Routledge, 1992. Introduction and Chapter 6.

63. AQUINO. Op. cit., p. 184.

postulava que a substituição de importações era o meio promissor para a superação do subdesenvolvimento na região. Seguindo o modelo “cepalino”, vale citar a criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), ainda em vigência, e da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), já extinta, mas foi a primeira a não incluir os Estados Unidos como parceiro.⁶⁴ A assimetria entre as economias americanas era evidente.

Na passagem da década de 1980 para a de 1990, a América Latina sofreu a abertura política e, acompanhando o ordenamento mundial, abriu-se à economia de mercado. Porém, o que deveria ter servido como mola propulsora do desenvolvimento acabou por arrasar ainda mais as economias da área. O conflito Leste-Oeste se encerrava, novas potências insurgiam no cenário internacional, o Estado intervinha cada vez menos na economia e os Estados Unidos desviavam o foco para outras regiões do globo – essa foi a conjuntura que propiciou a formação de blocos regionais na América Latina, como o Mercosul, instituído em 1991. Nesse período, a integração não se voltava mais para o interior do bloco com o intuito de industrializar-se, mas para o exterior em uma tentativa de projeção internacional no capitalismo neoliberal.

Antes mesmo da assinatura do Tratado de Assunção, Brasil e Argentina já travavam relações bilaterais, o que indica uma superação das décadas de relacionamento vacilante entre os dois países. O esforço em torno de questões relativas à segurança e à defesa, a busca por uma relação de confiança mútua e o estabelecimento de acordos referentes à integração econômica são sintomas dessa superação.⁶⁵ Esqueciam um pouco do *eu* e atendiam um pouco ao *outro* com o propósito de maximizar seus recursos.

Sobre o processo de formação do MERCOSUL, Miriam Saraiva relata:

O impacto da aceleração no processo integracionista bilateral foi considerável no imediato entorno regional. Compreensivelmente preocupado com um desenvolvimento que ameaçava deixá-lo num relativo isolamento econômico, o Uruguai procurou rapidamente inserir-se no novo contexto sub-regional, como aliás foi sua orientação permanente durante toda a primeira etapa da aproximação Brasil/Argentina. Pouco depois, o Paraguai juntou-se igualmente ao exercício de ampliação do mercado comum do cone Sul, haja vista a intensidade dos vínculos comerciais com seus vizinhos platinos.⁶⁶

Constituiu-se, assim, o Mercado Comum do Sul – uma nova entidade comunitária que se projetou com a proposta de articulação econômico-comercial e que, pouco tempo após sua criação, começou a elaborar estratégias de operacionalização do fator cultural em busca de um maior desenvolvimento social e econômico.

Atendendo às propostas das políticas culturais para o desenvolvimento e à lógica do consumo cultural, em 1992 ocorreu o primeiro *Encontro de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais do Mercosul* e em 1995 foram realizadas as duas *Reuniões Especializadas em Cultura do Mercosul* – substituídas, em 1996, pela Reunião de Ministros da Cultura. Os debates engendrados nesses eventos resultaram na assinatura do *Protocolo*

64. SARAIVA, Miriam Gomes. A evolução dos processos de integração na América Latina. In: LESSA, Mônica; GONÇALVES, Williams. (Org.). *História das Relações Internacionais: Teoria e processos*. Rio de Janeiro: edUERJ, 2007.

65. SAINT-PIERRE, Hector Luis; WINAND, Érica Cristina Alexandre; PEREIRA, Ana Claudia Jaquette. *Compassos e Descompassos da Cooperação em Segurança entre Brasil e Argentina*. In: VILLA, Rafael Duarte; KALIL, Suzeley. (Orgs.). *Ensaio latino-americanos de política internacional*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

66. SARAIVA. Op. cit., p. 79.

de Integração Cultural do Mercosul em 1996.⁶⁷ Embora a iniciativa ainda não tenha gerado frutos expressivos e não tenha sido mencionada no Tratado de Assunção, ela constitui um ponto de inflexão nos blocos do Cone Sul, caracterizados tão somente pela integração econômica.

A ata resultante da Primeira Reunião Especializada em Cultura do Mercosul, ocorrida em 15 de março de 1995, relacionou, pela primeira vez em um documento oficial do bloco, a cultura e a economia.

[...] a cultura adquiriu uma importância econômica crescente no mundo atual, tanto pela exigência cada vez maior de qualificação intelectual polivalente e dinâmica exigida pelas novas tecnologias, quanto por constituir um setor de atividades que emprega um número importante de trabalhadores e mobiliza um volume considerável de investimentos.⁶⁸

Ainda em 1995, a Decisão nº 9/95 regulamentou o “Programa de Ação do Mercosul até o ano 2000”. Em sua dimensão global da integração, o documento, que abrange desde a política comercial até as questões sobre meio ambiente, desenvolveu a seguinte orientação para a cultura:

O objetivo nesta área é fomentar a difusão das manifestações artísticas, os valores e as formas de vida dos povos dos Estados Partes, sem prejuízo da identidade cultural de cada um deles, dando destaque o patrimônio cultural comum e promover o desenvolvimento da cultura. Estes objetivos serão alcançados através da elaboração de programas e projetos para melhorar a difusão das expressões culturais e do conhecimento da história da região, para a conservação e proteção do patrimônio cultural, e para fomentar os intercâmbios culturais e o apoio à criação artística.⁶⁹

A Reunião de Ministros da Cultura (RMC) foi criada por meio da Decisão nº 2/95 na Segunda Reunião Especializada em Cultura do Mercosul com a finalidade de “promover a difusão e o conhecimento dos valores e tradições culturais dos Estados Partes do Mercosul”.⁷⁰ Na primeira RMC, foi proposta à Comissão Técnica de Patrimônio a elaboração de um projeto para as Missões Jesuíticas (Patrimônio Mundial da UNESCO) e a adoção do Dia do Patrimônio com o intuito de promover eventos artísticos e a abertura de museus e instituições afins ao público.⁷¹ Na segunda RMC, foi analisado e aprovado o projeto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul.⁷² Já na terceira RMC, os Ministros destacaram a “importância de desenvolver pesquisas cada vez mais afinadas e profundas acerca da relação entre a cultura e a economia, assim como a difusão da cultura nos

67. LESSA, Mônica. *MERCOSUL Cultural: Desafios e Perspectivas de uma Política Cultural*. Op. cit.

68. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Mercosur. Documentos Oficiais. Ata nº 01/95*. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-reuniao-especializada-de-cultura-ata-01-95.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

69. MERCOSUR. Normativa. Decisão009/95. Capítulo II. Item 3.3. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/show?contentid=2604>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

70. MERCOSUR. Normativa. Decisão002/95. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/show?contentid=2604>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

71. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Mercosur. Documentos Oficiais. Ata de Canela*. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/files/2007/05/ata-de-canela-mercosul-primeira-reuniao-de-ministros-de-cultura-ata-0196.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

72. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Mercosur. Documentos Oficiais. Ata nº 2/96*. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n296.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

países do Mercosul”.⁷³ Essas três reuniões ocorreram no ano de 1996 e antecederam a assinatura, em dezembro do mesmo ano, do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul ou Protocolo de Fortaleza.

Na estrutura institucional do bloco, a RMC está submetida ao Conselho do Mercado Comum – órgão supremo, com poder legislativo e que tem como função a condução política do processo de integração baseada no consenso⁷⁴ – e é coordenada pelo Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP), órgão que tem a finalidade de ampliar e ordenar a cooperação política entre os países do bloco e é composto por funcionários dos Ministérios de Relações Exteriores. Sob os auspícios da RMC está o Comitê Coordenador Geral do Mercosul Cultural, aprovado em 1999 durante a oitava RMC e constituído das seguintes comissões técnicas: Biblioteca do Mercosul; Treinamento; Legislação Cultural; Patrimônio; e Indústrias Culturais.⁷⁵

Conselho do Mercado Comum (CMC)

- Reunião de Ministros da Cultura (RMC) –
 - Coordenada pelo FCCP Comitê Coordenador Geral do MERCOSUL Cultural
 - Comissões Técnicas
 - Biblioteca do Mercosul
 - Treinamento
 - Legislação Cultural
 - Patrimônio
 - Indústrias Culturais

De acordo com o que foi explicitado no primeiro capítulo, na classificação da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) as indústrias culturais (inseridas no rol das indústrias criativas) se dividem em quatro grandes grupos: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais.⁷⁶ No Mercosul Cultural, patrimônio e indústrias culturais formam comissões distintas e isso se deve, possivelmente, à maior aplicação de tecnologia em alguns setores, como no audiovisual, por exemplo.

Pelo protocolo de 1996, elaborado pelo Parlamento Cultural do Mercosul (PARCUM), os Estados-membros comprometeram-se a fomentar e promover seus patrimônios culturais e articulá-los, de forma a expressar valores comuns, tradições históricas e a diversidade cultural das sociedades e dos grupos. Em seu artigo VI, o Protocolo de Fortaleza preconiza:

73. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Mercosul. Documentos Oficiais. Ata nº 3/96*. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-03-96.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

74. HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: História e Práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 205.

75. MERCOSUL. *Estrutura Institucional*. Disponível em: <<http://www.mercosul.int/msweb/portal%20intermediario/pt/estrutura.html>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

76. UNCTAD. Op. cit. p. 13.

Artigo VI:

Os Estados Partes incentivarão a cooperação entre seus respectivos arquivos históricos, bibliotecas, museus e instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural, com vistas à harmonização dos critérios relativos à classificação, catalogação e preservação, para fins de criação de um registro do patrimônio histórico e cultural dos Estados Partes do Mercosul.⁷⁷

Ao longo das vinte e três Reuniões de Ministros da Cultura realizadas entre 1996 e 2006 – que contaram com Bolívia, Chile, Peru e Venezuela, na qualidade de Estados Associados –, os representantes dos países travaram debates em torno das indústrias culturais e estabeleceram projetos de intercâmbio para setores como cinema, literatura, música e televisão. Na vigésima oitava RMC (junho de 2004), o Mercosul Cultural acatou as diretrizes do Consenso de São Paulo para a Economia Criativa. Na ata da reunião, os Ministros

Aderem aos conceitos vertidos durante a XI Reunião da UNCTAD, realizada recentemente em São Paulo, Brasil, relativos a que 'a comunidade internacional deve concentrar seus esforços para apoiar os países em vias de desenvolvimento visando ampliar de maneira ativa sua participação nos diversos setores dinâmicos existentes, como uma forma efetiva de proteger e promover suas indústrias criativas'.

Destacam a importância das Indústrias Criativas por seu impacto no incremento do intercâmbio entre nossos povos, que preservam e promovem a herança e a diversidade cultural. A criatividade, mais profundamente se insere no patrimônio e na herança cultural de cada país. A excelência das expressões artísticas, a abundância de ideias e talentos e a abertura para novas influências e experimentações não constituem privilégios dos países ricos. Elas existem em todos os lugares. Com promoção e estímulo, essas fontes de criatividade devem abrir novas oportunidades para que nossos países possam aumentar seu crescimento interno, sua participação no comércio mundial e gerar o desenvolvimento de novas ideias na criação de riquezas.⁷⁸

A importância do trabalho conjunto e do apoio político a organizações internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Oficina Regional de Cultura para América Latina e Caribe (ORCALC-UNESCO) em favor da diversidade cultural e do desenvolvimento foi asseverada em diversas atas do Mercosul Cultural. No âmbito dos agentes não estatais, ressaltou-se que a associação entre agentes públicos e privados foi bastante estimulada nessas reuniões como uma forma de garantir recursos para determinados programas. Nesse sentido, foi criada a Bienal do Mercosul na cidade de Porto Alegre – evento cujo financiamento provém, em sua maior parte, do setor privado. A primeira Bienal, ocorrida em 1997, foi definida pelo crítico Frederico de Moraes como “um projeto curatorial claramente definido, que buscou apresentar a maior mostra de arte latino-americana realizada no Brasil”.⁷⁹ O projeto valoriza a responsabilidade social,

77. MERCOSUL. *Normativa. Decisão 011/1996. Protocolo de Integração Cultural do Mercosul*. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/Dec_011_096_Prot%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20MCS_At%20_96.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2011.

78. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Mercosul. Documentos Oficiais. Ata nº 01/04*. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-0104.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

79. FUNDAÇÃO BIENAL DO MERCOSUL. *1ª Bienal do Mercosul*. Disponível em: <<http://www.bienalmercosul.art.br/>>.

reconhecendo a importância da educação e do amplo acesso da sociedade na construção da cidadania.

No próximo item serão examinados o papel da Comissão Técnica de Patrimônio do Mercosul Cultural, o modo como o tema do patrimônio cultural tangível se apresentou nos debates sucedidos entre os anos de 2003 e 2006 e como o IPHAN atuou na aplicação dos projetos para a região do Cone Sul.

COMISSÃO TÉCNICA DE PATRIMÔNIO DO MERCOSUL CULTURAL: PROPOSTAS E REALIZAÇÕES BRASILEIRAS

Constituída em 15 de março de 1995, durante a primeira Reunião Especializada de Cultura do Mercosul, a Comissão Técnica de Patrimônio (CTP) encontra-se institucionalmente submetida ao Comitê Coordenador Geral do Mercosul Cultural e dedica-se à

análise de ações conjuntas no sentido do conhecimento, proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural do MERCOSUL, com particular atenção ao projeto das missões jesuíticas, na preservação do patrimônio arqueológico pré-colombiano e na valorização do patrimônio intangível constituído por idiomas, tradições e costumes de nossos países.⁸⁰

Desde sua instituição, a CTP tem elaborado projetos voltados à valorização e salvaguarda do patrimônio cultural dos países membros, priorizando temas como: compatibilização de informações e de legislações; tráfico ilícito de bens culturais; intercâmbio e capacitação técnica; turismo cultural; Missões Jesuíticas; e Dia do Patrimônio.⁸¹ Tais temas têm como base o *Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade* ou *Carta de Brasília*, assinado em 1995. De acordo com esse documento,

O significado da palavra autenticidade está intimamente ligado à ideia de verdade: autêntico é o que é verdadeiro, o que é dado como certo, sobre o qual não há dúvidas. Os edifícios e lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em patrimônio. Poderíamos dizer, com base neste princípio, que nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado.

É interessante insistir no tema do significado e da mensagem cultural desse bem. O objetivo para a preservação da memória e de suas referências culturais deve ser estabelecido a partir da função de ele se prestar ao enriquecimento do homem, muito além daquele material.⁸²

Acesso em: 15 ago. 2011.

80. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Mercosur. Estudo das atas de Reunião da Comissão Técnica de Patrimônio do MERCOSUL Cultural*. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosur/page/8/>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

81. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Mercosur. Estudo das atas de Reunião da Comissão Técnica de Patrimônio do MERCOSUL Cultural*. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosur/page/8/>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

82. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais: Carta de Brasília, 1995*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

Além da importância conferida ao valor simbólico do patrimônio cultural como agente de integração e de estímulo a uma convivência pacífica entre os diferentes povos da região, os projetos da CTP também destacam o valor econômico referindo-se ao turismo cultural sustentável como via para a obtenção de recursos financeiros. A relevância do turismo para o prestígio do país e para o aumento da receita foi defendida por Cervo do seguinte modo:

O produto Brasil vem se aperfeiçoando nos últimos anos e os indicadores revelam que o turismo está em fase de contribuir para a geração de renda interna e para a expansão da receita externa como ramo crescente de atividades. Na medida que incorpora a cultura ao signo Brasil, especialmente se o faz por via de inovação tecnológica, presta outro serviço à humanidade: espalhar o perfil plural, multiétnico e multicultural sobre um mundo de uniformização global, em boa dose perversa, ou de fundamentalismos de todo gênero, também nocivos à convivência humana.

[...] a diplomacia brasileira [...] ainda não despertou para a grandeza do negócio que o turismo representa no mundo atual.⁸³

Nesse sentido, o projeto Missões Jesuíticas, carro-chefe da CTP, é significativo porque abrange uma área estratégica nas faixas de fronteiras do Cone Sul. O potencial turístico e o conteúdo histórico peculiar das 'reduções indígenas' foram minuciosamente estudados pelo inspetor francês Michel Parent em meados da década de 1960, quando de sua missão no Brasil auspiciada pela UNESCO. Em seu relatório, Parent apontou os problemas infraestruturais a serem sanados na região, problemas esses que, meio século após o relatório, parecem persistir em todo o país.

Definitivamente, essa terra 'gaúcha' – transição geográfica entre quatro países da América do Sul – [...] constitui, sob o ponto de vista das ligações turísticas, em vez de um vínculo sólido, um obstáculo que se transpõe. Um lançamento turístico de São Miguel implica no aperfeiçoamento dessas ligações, que poderiam concorrer simultaneamente com o desenvolvimento do próprio turismo interamericano.⁸⁴

Inscritas na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1983,⁸⁵ as ruínas das Missões Jesuíticas Guarani se apresentam como programa turístico a ser implementado pelo Mercosul Cultural desde 1995. Entre 2003 e 2006, período em que o Plano Nacional de Cultura foi lançado e em que as instituições de cultura do Brasil foram reformuladas e fortalecidas, o projeto Missões permaneceu como sonho não realizado, embora alguns pequenos passos tenham sido adiantados em direção à sua concretização. Na ata da XVII Reunião de Ministros da Cultura, realizada em novembro de 2003,⁸⁶ foi acolhido o programa para conservação e desenvolvimento sustentável do *World Monuments Fund* – organização que, desde 1965, oferece suporte técnico para preservação de sítios e edifícios históricos.⁸⁷

83. CERVO, Amado Luiz. Op. cit., p. 187.

84. PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. In: LEAL, Claudia Feierabend Baeta (Org.). *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2008. p. 154-155.

85. UNESCO. *World Heritage List: Brazil: Jesuit Missions of the Guaranis*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/275>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

86. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Mercosur. Documentos Oficiais. Ata nº 02/03*. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-203.doc>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

87. WORLD MONUMENTS FUND. *About us*. Disponível em: <<http://www.wmf.org/content/about-us>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

Nos quatro anos seguintes, foi desenvolvido, com a subvenção da *American Express* e com a parceria do IPHAN, um plano de treinamento para arquitetos da Argentina, do Brasil e do Paraguai e foram conduzidas intervenções restaurativas no conjunto de Missões.⁸⁸

Ainda no âmbito das RMC, o período também foi marcado pela atitude positiva frente à Carta Cultural Iberoamericana, cujo anteprojeto foi lançado em 2005. Fundamentada em princípios de cooperação, solidariedade e equidade, a Carta preconiza para o campo do patrimônio cultural,

A conservação do patrimônio cultural é responsabilidade essencial dos poderes públicos. Representa o depósito de uma imensa experiência de modos originais e únicos de estar no mundo e de evolução das comunidades iberoamericanas e, por isso, constitui a referência básica de sua identidade. Os poderes públicos deverão, além disso, colocar ênfase especial em impulsionar políticas para facilitar sua fruição, conhecimento e inserção na vida cultural presente, assim como fortalecer a participação da sociedade civil nestas iniciativas.

[...] Com vistas a reconhecer e proteger o patrimônio cultural Iberoamericano:

- Se promoverá a cooperação para evitar sua exportação e tráfico ilícitos assim como para obter a recuperação dos bens ilegalmente exportados. Com este propósito, os Estados Iberoamericanos considerarão as obrigações estabelecidas pelo direito internacional nesta matéria.
- Dar-se-á especial atenção à proteção jurídica eficaz dos patrimônios arqueológico e subaquático.
- Se impulsionará a criação de uma lista de bens culturais de especial relevância para a cultura iberoamericana.
- Se promoverá um turismo cultural responsável e sustentável.⁸⁹

Cumprido destacar que a Carta Cultural Iberoamericana, assim como o Mercosul Cultural, considera patrimônio cultural e indústrias culturais como campos distintos, o que não ocorre na classificação da UNCTAD. Em diversas atas das RMC, os países membros constataram a necessidade de integração das indústrias culturais como forma de divulgar as culturas locais, reforçar os laços regionais e vender a marca Mercosul. De acordo com Canclini, “o rádio, a televisão, o cinema, os vídeos e os discos tornaram-se recursos-chave para a documentação e a difusão da própria cultura, para além das comunidades locais que a geraram”.⁹⁰ Não há como conceber, na atualidade, projetos de turismo cultural e de preservação de patrimônio sem ajustá-los à lógica desses recursos.

O alinhamento às diretrizes de organizações multilaterais também se manifestou na aprovação da *Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* da UNESCO, em 2005, e no compromisso dos países membros em incorporá-la em suas respectivas legislações. No mesmo ano, durante a Jornada de Trabalho com Representantes das Direções de Museus dos Países do Mercosul, foi firmada a *Declaração*

88. WORLD MONUMENTS FUND. *Project São Nicolau, Brazil*. Disponível em: <<http://www.wmf.org/project/s%-C3%A3o-nicolau>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

89. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. *Anteprojeto Bases da Carta Cultural Iberoamericana: Objetivos e âmbitos de atuação*. Espanha: Ministerio de Cultura/ OEI, mayo de 2005.

90. CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p. 95-115.

de Buenos Aires para os Museus do Mercosul, a qual propõe uma agenda regional definindo o museu como instituição que favorece a inclusão social, a participação cidadã e a diversidade cultural. Dentre os aspectos dessa agenda, ressalte-se a documentação, a conservação, o intercâmbio de informações, a ética na formação de coleções, a circulação de bens culturais na região, a difusão e o acesso.⁹¹ Nesse momento, o setor museal brasileiro ainda se situava na órbita do IPHAN como Departamento de Museus, destituído em 2009 quando da criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

A adoção dessas medidas foi acompanhada pelo reconhecimento da necessidade de criação de um fundo de suporte para a gestão de políticas públicas, de elaboração de programas de capacitação de cunho regional e de se planejar um sistema de indicadores culturais. Outrossim, buscou-se avançar nas negociações para aplicação do selo Mercosul Cultural – medida para preservar as obras de arte nas importações e exportações temporárias, com fins de exposição. Em que pese o fato dessas propostas se situarem no âmbito de todas as comissões técnicas do Comitê Coordenador Geral do Mercosul Cultural, elas desempenham um papel significativo para a execução de projetos para o patrimônio cultural, uma vez que supõe a disponibilização de recursos, o treinamento em gestão, o mapeamento das potencialidades turísticas e o respaldo normativo na circulação de bens culturais.

No Brasil, o Ministério da Cultura, por meio do IPHAN, e o Ministério das Relações Exteriores, por meio do Departamento Cultural (DC), têm somado esforços na produção do signo Brasil, de um lado, e na sua difusão para o exterior, de outro. Como iniciativas para o patrimônio cultural tangível no Mercosul, o DC defende a implantação do selo Mercosul Cultural e dos itinerários/corredores culturais, bem como a cooperação na área de patrimônio.⁹² No próximo item, veremos quais foram os desdobramentos dessas propostas nos anos que sucederam o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

EMBUSCA DO YVYMARAE'Y: AVANÇOS E PERSPECTIVAS MERCOSULENHAS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

De fato, o lançamento do Plano Nacional de Cultura (PNC) em 2003 constituiu um impulso às políticas públicas brasileiras para cultura no pós-assalto neoliberal vigente desde o alvorecer da década de 1990. Até o ano de 2006, o presidente Lula e seu ministro da cultura Gilberto Gil, implementaram as reformas estruturais que julgaram necessárias e possíveis em um primeiro momento. O reforço do papel do Estado na construção de meios de poder e a dimensão social assertiva foram imprescindíveis na elaboração do PNC, o qual defende veementemente a participação democrática, a diversidade cultural e a gestão para o desenvolvimento segundo a ótica da Economia da Cultura.

No que tange a política externa brasileira, o multilateralismo da reciprocidade, a defesa dos interesses dos países em desenvolvimento e a prioridade dada aos vizinhos configuraram, no Mercosul Cultural, uma ampla agenda para a utilização de seus meios de poder, ainda que potenciais, de forma a projetar uma imagem positiva do bloco e alavancar

91. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Declaração de Buenos Aires para os Museus do Mercosul*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Declarac%20de%20Buenos%20Aires_1127411843.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.

92. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Departamento Cultural: Negociações*. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/negociacoes>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

o sistema multipolar internacional.

Em harmonia com esses paradigmas, a política cultural externa brasileira prosseguiu, no campo do patrimônio cultural no Mercosul, de forma atuante nos debates com os demais países membros do bloco para a aplicação dos projetos anteriormente referidos. Em 2008, dois eventos incitaram o andamento das negociações do Projeto Missões Jesuíticas: o Programa LATAM (conservação do patrimônio cultural na América Latina e no Caribe) e a Carta dos Itinerários Culturais.

Elaborado pelo *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), organização intergovernamental criada em 1956, o LATAM é um programa com duração de doze anos (2008-2019) que tem como objetivos

mejorar y fortalecer las capacidades de los profesionales del sector de la conservación del patrimonio cultural en América Latina y el Caribe; mejorar la comunicación y el intercambio en la región e incrementar la sensibilización de una vasta audiencia respecto a la necesidad de proteger ese patrimonio.⁹³

Em ação conjunta internacional, o ICCROM fornece ao Mercosul Cultural, por meio do Programa LATAM, suporte técnico para aperfeiçoar o empreendimento do patrimônio cultural tangível. Atividades como treinamento de pessoal, luta contra o tráfico ilícito de bens culturais, pesquisa de indicadores econômicos, análise de riscos e monitoramento compõem o domínio do LATAM e contam com profissionais dos países da região.⁹⁴

A Carta dos Itinerários Culturais, estabelecida na 16ª Assembleia Geral do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), realizada no Canadá, propõe uma nova categoria de bens culturais. Em seu preâmbulo, a Carta reza:

Fruto do desenvolvimento das ciências da conservação do patrimônio, o conceito de Itinerário Cultural evidencia a evolução das ideias relativas ao conceito de patrimônio cultural, do papel crescente dos valores atribuídos ao meio e à sua significação à escala territorial e revela a sua macro estrutura a diferentes níveis. Esta categoria apresenta o modelo de uma nova moral da conservação que considera os valores culturais como um patrimônio comum, aberto, para lá das fronteiras e exigindo esforços unificados. Respeitando o valor inerente a cada um dos seus elementos, o Itinerário Cultural enriquece a mensagem espiritual do passado de todos os que o compõem como peças pertencentes a um conjunto que reforça o seu sentido. Ilustra igualmente a concepção contemporânea dos valores do patrimônio para a sociedade, enquanto recurso para um desenvolvimento social e económico durável.⁹⁵

Após destacar a importância dos Itinerários Culturais, o documento define-os da seguinte maneira:

93. ICCROM. *LATAM 2008-2019: Conservación del Patrimonio Cultural em América Latina y el Caribe*. Disponível em: <http://www.iccrom.org/eng/prog_en/06latam_en/archive_en/2010_04latamBrochure_es.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.

94. ICCROM. *LATAM 2008-2019*. Disponível em: <http://www.iccrom.org/eng/prog_en/06latam_en.shtml>. Acesso em: 17 ago. 2011.

95. ICOMOS. *Carta dos Itinerários Culturais*. Canadá, 2008. Disponível em: <<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartas-doutrina/ICOMOSPortugalCartaItinerariosCulturais.doc>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

Definição

Um Itinerário Cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço dum objectivo concreto e determinado. O Itinerário Cultural deve também reunir as seguintes condições:

- a) ser o resultado e o reflexo de movimentos interactivos de pessoas e de trocas pluridimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das ideias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes;
- b) ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu património tangível como intangível.
- c) Ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência.⁹⁶

As orientações da Carta dos Itinerários Culturais foram capitais para o avanço do tema dos Corredores Culturais/Faixas de Fronteira como vias de integração e cooperação, que foi discutido pelos Ministros de Estado da Cultura do Mercosul em 2006. Na ocasião, foi recomendada a execução de planos para o Caminho Guaraní, ou *Tapé Avirú*, que se conecta ao *Qhapaq-Nñan* – o Caminho Andino. Ambas as áreas são consideradas elementos de integração regional devido aos sítios arqueológicos que encerram em seus domínios.⁹⁷

No ano de 2009, durante a I Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul, foi lançado o *Anteprojeto de Itinerários Culturais do Mercosul*. A proposta do anteprojeto, formulada por representantes dos ministérios de cultura e relações exteriores da Argentina e do Brasil, retoma os objetivos da Carta de Brasília e da Carta dos Itinerários Culturais e contempla um amplo programa para implementação do Itinerário Cultural do Mercosul, com reuniões e oficinas estratégicas, linhas de financiamento e articulações institucionais. Além do plano para a Região das Missões Jesuítico-Guarani, o documento também apresenta, resumidamente, outros dois possíveis itinerários na região: o da Região do Pampa e o da Erva-Mate.⁹⁸

96. Ibidem.

97. MERCOSUL. *Estrutura Institucional: Conselho do Mercado Comum: Reunião de Ministros da Cultura. XXIII RMC – Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2006*. Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em 20 ago. 2011.

98. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Anteprojeto de Itinerários Culturais do Mercosul*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1002>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

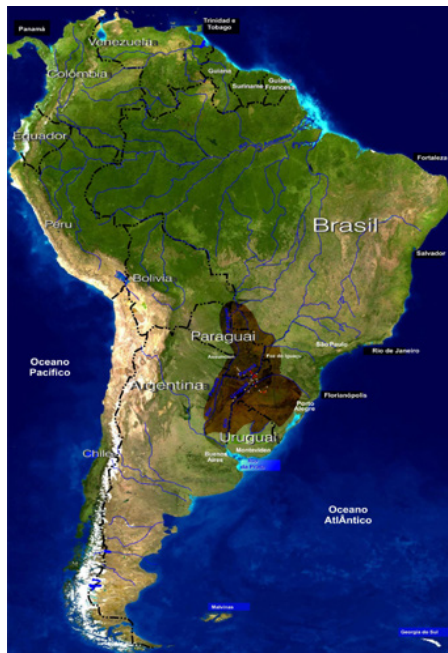


Figura 1: Área de abrangência do projeto Missões Jesuíticas

Fonte: IPHAN⁹⁹

Na XXXII RMC, realizada em 2011 na capital paraguaia, foi publicado o *Projeto de Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento do Itinerário Cultural da Região das Missões na América Meridional*, documento cuja preparação iniciou em 2008 e que contém os objetivos, as justificativas, os problemas a serem equacionados, os aspectos operacionais, os riscos e os benefícios do programa.¹⁰⁰ No âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (FOCEM) – criado pela Decisão CMC nº 45 de 2004 –, o projeto para a região das Missões vincula-se ao seu quarto eixo programático, denominado Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração. De acordo com o *website* do FOCEM,

Os projetos apresentados no âmbito deste programa deverão atender ao aprimoramento da estrutura institucional do MERCOSUL e a seu eventual desenvolvimento, bem como ao aprofundamento do processo de integração. Uma vez cumpridos os objetivos dos projetos, as estruturas e atividades que possam resultar serão financiadas em partes iguais pelos Estados Partes.¹⁰¹

Durante essa reunião, foi aprovada a proposta do Ministério da Cultura do Brasil para a arrecadação do montante inicial de um milhão de dólares para compor o Fundo

99. Ibidem. p. 13.

100. MERCOSUL. *Estrutura Institucional: Conselho de Mercado Comum: Reunião de Ministros da Cultura. XXXII RMC – Assunção, 25 de junho de 2011. Anexo III*. Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

101. MERCOSUL. FOCEM. *Programas: Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração*. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=programa-de-fortalecimiento-de-la-estructura-institucional-y-del-proceso-de-integracion>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

Mercosul Cultural, criado pela Decisão CMC nº 38 de 2010.¹⁰² O objetivo do Fundo é “financiar projetos e programas que fomentem a criação, circulação promoção, proteção e difusão dos bens e serviços culturais bem como a diversidade das expressões culturais que efetivamente contribuam o fortalecimento do processo de integração do Mercosul”.¹⁰³ Segundo este plano, cada Estado Parte contribuirá anualmente com uma porcentagem de seu PIB, cuja participação difere de país a país: Argentina, 27%; Brasil, 70%; Paraguai, 1%, e Uruguai, 2%. Outra deliberação resultante da XXXII RMC foi a de solicitar ao Comitê do Patrimônio Cultural do Mercosul a criação da categoria *Patrimônio Cultural do Mercosul* para promover o reconhecimento e a documentação, de acordo com critérios internacionais, do patrimônio compartilhado pelos países do bloco.¹⁰⁴

Além da cooperação em bloco, os países também firmaram acordos bilaterais entre si para o campo do patrimônio cultural, comprometendo-se com as orientações das Reuniões de Ministros da Cultura do Mercosul. Em 2011, Brasil e Uruguai assinaram o *Plano de Ação para o Diálogo e a Cooperação em Cultura entre Brasil e Uruguai*, acordo em que o IPHAN e a Comissão do Patrimônio Cultural da Nação do Uruguai (CPCN) promoverão ações conjuntas de preservação e inventário do patrimônio cultural localizado na faixa de fronteira, com foco na Ponte Internacional Mauá, construída nos anos 1920 e que interliga liga as cidades de Jaguarão, no lado brasileiro, e Rio Branco, no lado uruguaio.¹⁰⁵

O avanço dessas propostas foi acompanhado pelo sucesso em outras medidas para o setor. Em 2010, na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, o IPHAN criou o Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio, que leva o nome de Lucio Costa – arquiteto e urbanista brasileiro reconhecido mundialmente pelo projeto do Plano Piloto de Brasília. Instalado na cidade do Rio de Janeiro, o Centro Lucio Costa é vinculado à UNESCO, pioneiro na América do Sul e tem o objetivo estratégico de capacitar profissionais da América do Sul, África e Ásia para gestão de políticas públicas no campo do patrimônio.¹⁰⁶ A atividade inaugural do Centro foi o Seminário Gestão de Patrimônio no Mercosul, evento em que temas como a preservação de sítios históricos e o desenvolvimento do turismo na região mereceram destaque.¹⁰⁷

As diretrizes do Comitê Coordenador Geral do Mercosul Cultural para as áreas de patrimônio e indústrias culturais tornaram prementes a elaboração de indicadores. Nesse sentido, outra medida que obteve êxito foi o estabelecimento, em 2009, do *Sistema de*

102. MERCOSUL. *Estrutura Institucional: Conselho de Mercado Comum: Reunião de Ministros da Cultura. XXXII RMC – Assunção, 25 de junho de 2011*. Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

103. MERCOSUL. *Normativa: Decisões: Decisão 038/2010: Fundo Mercosul Cultural*. Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

104. MERCOSUL. *Estrutura Institucional: Conselho de Mercado Comum: Reunião de Ministros da Cultura. XXXII RMC – Assunção, 25 de junho de 2011*. Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

105. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Brasil e Uruguai assinam Plano de Ação para cooperação cultural*. Notícia veiculada em 29 de julho de 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16125&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

106. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cooperação Internacional no Centro Lucio Costa*. Notícia veiculada em 5 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15666&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

107. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Seminário Gestão do Patrimônio no MERCOSUL inicia atividades do Centro Lucio Costa de Formação*. Notícia veiculada em 23 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15709&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

Información Cultural del Mercosur (SICSUR) em rede *Internet*. O SICSUR apresenta dados estatísticos sobre PIB, orçamento e comércio exterior para a cultura, bem como dispõe ao usuário o acesso às legislações nacionais, aos tratados internacionais e às publicações no âmbito do Mercosul Cultural.¹⁰⁸

No que tange a aplicação do Selo Mercosul Cultural, em 2008 foi aprovada a arte do Selo, de uso oficial nas alfândegas dos Estados Partes, para acompanhamento de bens integrantes de projetos e eventos culturais em circulação.¹⁰⁹ Em 2009, o Conselho do Mercado Comum adotou a definição da UNESCO para “atividades, bens e serviços culturais” de forma a delimitar a esfera de ação do Selo. Sua aplicação permanece na pauta de negociações das Reuniões de Ministros da Cultura.



Figura 2: Selo Mercosul Cultural

Fonte: MERCOSUL. *Decisão CMC n° 33/08*.¹¹⁰

Em que pese o vagaroso caminhar em direção à plena execução dos projetos para o patrimônio cultural no Mercosul, verificamos nas linhas anteriores que após o lançamento, pelo governo brasileiro, do Plano Nacional de Cultural em 2003, as instituições culturais e as políticas públicas para a cultura ganharam novos contornos. A defesa da diversidade cultural, da cidadania, do acesso aos circuitos culturais e dos laços latino-americanos constituíram ferramentas imprescindíveis para a meta de aprofundamento do processo de integração regional com justiça social e crescimento econômico. A busca do *Yvy Marae'y*, ou a “Terra sem Mal” dos indígenas guaranis, encontra no patrimônio cultural, testemunho do passado e legado do futuro, os alicerces para sua integração conformada no Caminho de Sumé.

108. SISTEMA DE INFORMACIÓN CULTURAL DEL MERCOSUR. Disponível em: <<http://www.sicsur.org/>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

109. MERCOSUL. *Estrutura Institucional: Conselho de Mercado Comum: Reunião de Ministros da Cultura. XXXII RMC – Assunção, 25 de junho de 2011*. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

110. MERCOSUL. *Decisão n° 33/08: Selo Mercosul Cultural*. Disponível em: <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGest-Doc%5Cpubweb.nsf/43A53D285095E394032579020007BFCE/\\$File/DEC_033-2008_PT_Selo%20MSul%20Cultural.PDF](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGest-Doc%5Cpubweb.nsf/43A53D285095E394032579020007BFCE/$File/DEC_033-2008_PT_Selo%20MSul%20Cultural.PDF)>. Acesso em: 25 ago. 2011.

CONCLUSÃO

A categoria de patrimônio cultural como bem da nação e elemento de coesão e de legitimidade do Estado moderno surgiu no século XVIII. Ao longo dos séculos, o conceito de patrimônio adquiriu novos contornos com o reconhecimento do patrimônio natural e do patrimônio intangível. Ademais, a valorização da cultura dita popular e de suas expressões no final do século XX e início do XXI propiciou uma visão de cultura nacional liquefeita, que se irradia na diversidade cultural em um mesmo território. Essa ampliação do conceito de patrimônio somada à sua instrumentalização pelas políticas públicas tem revelado às comunidades locais uma via para alavancar o desenvolvimento socioeconômico.

A relação entre cultura e economia não é mérito do século XX, assim como as políticas culturais também não o são. A singularidade reside no fato de esta relação passar a ser discutida em âmbito multilateral. Em 1931, sob a égide da Sociedade das Nações, o Escritório Internacional de Museus aprovou a *Carta de Atenas*,¹ que trata da importância da cooperação para a preservação e conservação de monumentos históricos e artísticos. No ano de 1948, a cultura logrou o *status* de direito humano na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, aprovada na Assembleia Geral da ONU.² Os princípios acordados foram reiterados na *Declaração Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, de 1966. Já em 1982, a *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais* (MONDIACULT) explorou a dimensão cultural do desenvolvimento – temática que foi amplamente abordada na *Conferência de Estocolmo* de 1998.

No primeiro capítulo desta obra, vimos como os campos da cultura e da economia se combinam e como os estudos sobre a Economia da Cultura e, mais recentemente, sobre a Economia Criativa se desdobraram desde seus primórdios em meados do século XX até os dias atuais. O conceito de ‘indústria cultural’, cunhado na década de 1940, esteve originalmente atrelado à cultura de massa ou cultura afirmativa. Em tempos de Guerra Fria, a indústria cultural foi veículo para a conquista de áreas de influência diante da lógica de poder que então se perpetrava. Após a Segunda Guerra Mundial, as reivindicações por autodeterminação durante o processo de descolonização afro-asiática, a sistematização dos *Cultural Studies* e das pesquisas que combinavam cultura e economia e a arrancada do processo de globalização constituíram fatores *sine qua non* para a conformação da Economia Criativa como via para o desenvolvimento. Ainda que o conceito de Economia Criativa esteja em evolução, ele é mais abrangente que o de Economia da Cultura uma vez que abarca desde setores eminentemente comerciais, com intensa aplicação de tecnologia, até setores que somam ao aspecto mercadológico o caráter simbólico, caso do patrimônio cultural tangível.

Para o economista David Throsby, ao se tratar o patrimônio cultural como uma indústria é necessário ter em mente dois valores: o simbólico e o econômico, promovendo, de um lado, a identidade cultural e o diálogo intercultural e, de outro lado, a qualidade de vida, a melhoria da infraestrutura urbana e a arrecadação de recursos financeiros por meio da atividade turística.

Na classificação da UNCTAD, o patrimônio cultural insere-se na categoria das

1. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Cartas Patrimoniais. *Carta de Atenas, 1931*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 5 set. 2011.

2. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS: DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Bauru, SP: EDIPRO, 2005. p. 33-38.

'indústrias criativas' e se divide em dois subgrupos: expressões culturais tradicionais, voltado às manifestações de caráter imaterial, e sítios culturais, que concentra o patrimônio tangível ou material.³ Nosso estudo teve como foco de análise o último subgrupo. De acordo com essa agência internacional, as indústrias criativas são fonte de renda e emprego e sua participação nas economias nacionais tem aumentado significativamente. Além disso, segundo Throsby, o patrimônio cultural apresenta o valor de externalidades, beneficiando agentes econômicos externos ao projeto. A UNCTAD considera o patrimônio cultural um recurso que deve ser aproveitado pelos países em desenvolvimento por meio de suas políticas culturais.

Para as Relações Internacionais, a cultura funciona como *soft power* – recurso de poder que tem como finalidade a atração de parceiros e a projeção internacional por meio das ideias e dos valores. Embora o *soft power* não esteja necessariamente atrelado a uma política cultural externa, os projetos para o patrimônio cultural não prescindem da mão do Estado e de suas políticas ministeriais. Na qualidade de bem público, o patrimônio cultural requer a atuação do Estado como fiscalizador e orientador dos programas e, também, como mantenedor da diversidade cultural.

A dinâmica do processo de globalização, em marcha célere desde o fim do domínio bipolar, fez emergir as ideias de homogeneização e de hegemonização cultural. A política pública para o patrimônio cultural, segundo a lógica da Economia da Cultura, age em força contrária a esses fenômenos, pois tende a valorizar o local, fomentar a diversidade e promover o autorrespeito.

Ao longo do século XX, o amplo debate sobre as indústrias culturais e a constatação de que configuram um setor econômica e socialmente vantajoso se desenrolaram e culminaram no estabelecimento do Consenso de São Paulo em 2004, inaugurando o reconhecimento, em plano multilateral, das indústrias criativas para o desenvolvimento.

No segundo capítulo, examinamos a trajetória do patrimônio cultural no Ocidente, sua consagração na Revolução Francesa, seus desdobramentos no âmbito da UNESCO e a ampliação do conceito. Partindo para o caso brasileiro, investigamos o processo de valorização no país que compreende as propostas que antecederam o visionário anteprojeto de Mário de Andrade para criação do IPHAN – datado de 1936 –; a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao longo de três décadas e seu patrimônio de 'pedra e cal'; a gestão de Aloísio Magalhães e a formulação do conceito de 'bens culturais' no alvorecer da década de 1980 e; a definição de patrimônio disposta na Carta Constitucional de 1988.

A perspectiva do desenvolvimento na Economia da Cultura, ou Economia Criativa, pode ser mais bem entendida quando se tem em consideração o ponto de vista do economista indiano Amartya Sen, para quem o desenvolvimento não deve ser medido apenas pelo PIB, mas também pelo acesso à educação e aos sistemas de saúde e pela liberdade de escolha e de participação no jogo político. Como agente de desenvolvimento socioeconômico e alheio à lógica meramente mercadológica, o patrimônio cultural pode ser uma empresa rentável e contribuir para a qualidade de vida contanto que os projetos para o setor sejam regulados pelo Estado e executados de modo sustentável. No Brasil, temos dois grandes exemplos de projetos encampados pelo Estado: o Programa de Cidades

3. UNCTAD. *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making*. 2008. p. 14.

Históricas (anos 1970) e o Programa Monumenta, iniciado em 1997.

Apesar de o Programa Monumenta ter sido bem sucedido desde sua implementação no governo de Fernando Henrique Cardoso, o período compreendido entre os anos em que FHC esteve na presidência é considerado nefasto para o campo da cultura como um todo. A lógica neoliberal vigente desde o governo Collor subjugou a cultura às normas circunstanciais do mercado.

O paradigma neoliberal solapou a economia do país e aumentou sobremaneira a exclusão social. Tais fatores tornaram propícia a eleição do candidato da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva. O paradigma logístico acionado em seu governo reformulou a atuação política do Estado, que passa a estrategista e defensor do interesse nacional. Na cultura, o primeiro governo de Lula foi marcado pelo lançamento do Plano Nacional de Cultura (PNC) – o primeiro da história democrática brasileira. Assentado nas dimensões econômica, política e simbólica do conceito de cultura, o PNC propõe, no que se refere ao patrimônio cultural, o fortalecimento institucional do IPHAN e a execução de programas como o *Museu, Memória e Cidadania, Brasil Patrimônio Cultural e Monumenta*. O PNC, em conformidade com a prioridade dada aos vizinhos na política externa de Lula, também defendeu a articulação de projetos para o patrimônio cultural no Mercosul. Dessa forma, o país – Potência Média Recém-Industrializada, segundo a classificação de Ricardo Sennes – procurou utilizar seus recursos de poder potencial, evidenciados no setor da cultura, de modo a aumentar sua capacidade de influenciar no cenário internacional sem abrir mão da meta de desenvolvimento – componente histórico da diplomacia brasileira.

No terceiro e último capítulo, expusemos, em linhas gerais, as vicissitudes e possibilidades no percurso de reconhecimento e valorização da cultura latino-americana, tomando por base os países do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Verifica-se na contemporaneidade uma crise das identidades, onde a cultura do “nós” tem sido suplantada pela cultura do “eu”. Ainda que a identidade seja um processo em constante mutação, a individualização, a celeridade, a fluidez e a instabilidade dos laços sociais e culturais são marcas distintivas de nossos dias – o que Bauman chamou de “modernidade líquida”.⁴

Ao passo que discorremos sobre os fatores de coesão na brasilidade e na latino-americanidade, também apresentamos a postura do Estado brasileiro em suas políticas culturais para a nação e para o bloco Mercosul. Se, desde a década de 1940, a cultura é operacionalizada como instrumento de política pública amparada por documentos legais, somente nos anos 1990 ela passa a ser considerada catalisadora de um processo de integração na América Latina.

Desde 1995, com a criação da Comissão Técnica de Patrimônio do Mercosul Cultural (CTP), os países contratantes têm adotado medidas previamente formuladas em atos multilaterais. Em 2003, as propostas do governo de Lula da Silva, que tiveram como baluarte o paradigma logístico, proporcionaram importantes reformas estruturais no Ministério da Cultura. Para o campo do patrimônio cultural, as medidas da CTP e as reformas de Lula resultaram em uma nova oportunidade para o setor, atrelando-o à lógica do desenvolvimento e da Economia da Cultura.

4. BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

No entanto, notamos que a necessidade de maior empreendedorismo e reconhecimento por parte da classe política e da sociedade civil ainda se faz premente. Os valores simbólico e econômico do patrimônio cultural devem ser sempre aproveitados de forma estratégica, para o desenvolvimento e bem-estar, de modo que se tome o devido cuidado para que não haja a espetacularização – tornando-o pitoresco – ou a alienação.

No mapa dos patrimônios da humanidade dos quatro países aqui tratados, o Brasil é o que possui o maior número deles. Apesar disso, seu potencial continua subaproveitado face às vantagens que a atividade turística pode ocasionar.

Espera-se que, ao contrário das iniciativas de integração anteriores, pautadas no imperativo econômico e que deixaram de existir pela fragilidade de suas estruturas, o Mercosul alcance o desenvolvimento cultural, social e político para além da lógica sistêmica.

REFERÊNCIAS

A POLÍTICA Externa do Governo Lula: Ministro Celso Amorim – o Brasil no Cenário Mundial. Produzido pela Fundação Alexandre de Gusmão. 1 DVD (90 min), color. Palestra na I Conferência de Política Externa e Política Internacional – julho de 2006.

ABRANTES, Antonio Carlos Souza de; AZEVEDO, Nara. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946-1966. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. vol. 5 n. 2. Belém, mai/ago, 2010.

ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos**. Florianópolis: Nova Letra/ABA, 2007.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACHÚGAR, Hugo. A Política Cultural no Acordo Mercosul. In: **Estudos Avançados**. 1994, vol.8, n.20. São Paulo: 1994. pp. 215-229. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a21.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O MERCOSUL no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993. Capítulos 5 e 6.

ÁLVAREZ, Gabriel O (Org.). **Indústrias Culturais no Mercosul**. Brasília: IBRI, 2003.

AMARAL, Antônio Barreto do. **José Carlos Macedo Soares: Embaixador da Paz, Chanceler das Américas**. São Paulo: Companhia Nacional de Seguros, 1983.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; et al. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997. Parte II, Unidade VI.

ARANTES, Antônio Augusto. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **O Mercosul: negociações extra-regionais**. Brasília: Funag, 2008.

ARGENTINA. Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Historicos. **La Comisión: História**. Disponível em: <<http://www.monumentosysitios.gov.ar/comision/historia.html>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

AZEVEDO, Ana Lúcia. **O genocídio cultural do Iraque / Saques levaram parte da História da Humanidade**. Reportagem publicada no Jornal O Globo, de 19 de abril de 2003. p. 21.

BADIE, Bertrand. Da soberania à competência do Estado. In: SMOUTS, Marie-Claude (Org.). **As novas relações internacionais: práticas e teorias**. Brasília: UnB, 2004.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**. São Paulo, Pedex, 1994. n° 6, 2ª edição.

BAYLIS, John; SMITH, Steve (Orgs.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. New York: Oxford, 2006.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **Relações exteriores do Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BENHAMOU, Françoise. **A Economia da Cultura**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2006.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003.

BORGES, Marco Antônio. **O tombamento como instrumento jurídico para a proteção do patrimônio cultural**. Revista Jurídica. vol. 7 n. 73, Brasília, jun./jul., 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_73/artigos/artigos.htm>. Acesso em: 24 mar 2011.

BRANT, Leonardo. **O Poder da Cultura**. Ed. Peirópolis, 2003.

BRANT, Leonardo (Org.). **Políticas Culturais**. Vol. I. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 14 nov. 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 abr. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **A cultura está refém da renúncia fiscal**. Entrevista com João Bernardo Caldeira veiculada em 14 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/14/a-cultura-esta-refem-da-renuncia-fiscal/>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Declaração de Buenos Aires para os Museus do Mercosul**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Declarac%E3%20de%20Buenos%20Aires_1127411843.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Mercosur Cultural. Documentos Oficiais. Ata n° 01/95**. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-reuniao-especializada-de-cultura-ata-01-95.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Mercosur Cultural. Documentos Oficiais. Ata n°01/96 - Ata de Canela**. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/files/2007/05/ata-de-canela-mercosul-primeira-reuniao-de-ministros-de-cultura-ata-0196.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Mercosur Cultural. Documentos Oficiais. Ata n° 2/96**. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n296.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Mercosur Cultural. Documentos Oficiais. Ata n° 3/96**. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-03-96.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Mercosur Cultural. Documentos Oficiais. Ata nº 01/98.** Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-198.doc>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Mercosur Cultural. Documentos Oficiais. Ata nº 02/03.** Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-203.doc>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Mercosur Cultural. Documentos Oficiais. Ata nº 01/04.** Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/wp-content/uploads/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-0104.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Mercosur Cultural. Estudo das atas de Reunião da Comissão Técnica de Patrimônio do MERCOSUL Cultural.** Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/mercosur/page/8/>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/pnc/>>. Acesso em: 11 set. 2009.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais.** Brasília, 2008. 2ª edição.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Atos Internacionais: Prática Diplomática Brasileira – Manual de Procedimentos.** Brasília, maio de 2008. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/PraticaDiplomaticaBrasileira.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2009.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Departamento Cultural: Negociações.** Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/negociacoes>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **O BNDES e a Economia da Cultura.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Cultura/index.html>. Acesso em: 03 ago. 2011.

_____. Presidência da República Federativa do Brasil. *Biblioteca da Presidência.* **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso nacional.** Brasília, DF: 01 de janeiro de 2003. p. 10. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/01-01-2003-pronunciamento-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-congresso-nacional/view>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica.** Brasília: Editora da UnB, 2002.

BULL, Hedley; WATSON, Adam. **The Expansion of International Society.** Oxford: Clarendon Press, 1984

CALABRE, Lia. Intelectuais e Política Cultural: o Conselho Federal de Cultura. **Revista Intellectus.** Ano 05, Vol. II. 2006. p. 2. Disponível em: <http://www.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho de 2006. p. 81-98. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2254/1393>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

CALCAGNO, Natalia. **Nosotros y los otros: comercio exterior de bienes culturales en America del Sur.** Buenos Aires: Secretaría de Cultura de la Presidencia de la Nación, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2003

_____. **Latino-americanos: à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p. 95-115.

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A Era FHC: Um Balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. Capítulo 18. p. 627-656.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/wfbExt/region_soa.html>. Acesso em: 10 ago 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário (Org.). **História do Cone Sul**. Brasília/DF: UnB; Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CHABOD, Federico. **Escritos sobre el Renacimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

_____. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Objetivos**. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-46.aspx>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS: DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Bauru, SP: EDIPRO, 2005.

DONATO, Hernani. **Sumé e Peabiru: Mistérios Maiores do Século da descoberta**. São Paulo: GRD, 1997.

EGITO abre seis túmulos da era Tutancâmon para visitação, perto de Cairo. *Jornal O Globo*. 25 mai. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/viagem/mat/2011/05/25/egito-abre-seis-tumulos-da-era>>

tutancamon-para-visitacao-perto-de-cairo-924538554.asp>. Acesso em: 26 mai. 2011.

FABIAN, Johannes. **Memory against culture**. Durham and London: Duke University Press, 2007. Chapter 5. pp. 92-105.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é política cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005.

FONSECA, Carlos da. "Fora dos Radares de Washington": as relações Estados Unidos – América Latina e a questão do "déficit de atenção". **Política Externa**. Vol. 15, nº 3. São Paulo: Paz e Terra, dez. / fev. 2006-2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FUNDAÇÃO BIENAL DO MERCOSUL. **1º Bienal do Mercosul**. Disponível em: <<http://www.bienalmercosul.art.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Cultura do Contentamento**. São Paulo: Pioneira, 1992.

GALPERIN, Hernan. **Las industrias culturales en los acuerdos de integración regional: el caso del Nafta, la EU y el Mercosur**. Brasília: UNESCO, 1998.

GETTY CONSERVATION INSTITUTE. **Economics and Heritage Conservation: a meeting organized by the Getty Conservation Institute**. December, 1998.

GINSBURGH, Victor A; THROSBY, David (Eds.). **Handbook of the Economics of Art and Culture**. Vol. 1. Amsterdam: North-Holland, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. MACIEL, Maria Eunice; ALVES, Caleb Faria (Orgs.). **Patrimônio Cultural. Revista Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23. Porto Alegre: jan-jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=pt&nrm=iso&tling=pt>. Acesso em: fev. 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1996.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HANDLER, Richard. On Having a Culture: Nationalism and the Preservation of Quebec's Patrimoine. In: STOCKING Jr, George W. (Ed.) **Objects and Others: essays on museums and material culture**. Madison: The University of Wisconsin Press, pp. 192-217.

HARVEY, Edwin R. **Políticas Culturales: estudios y documentos – La política cultural en Argentina**. Paris: Unesco, 1977. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001341/>>

134159so .pdf>. Acesso em: 2 fev. 2010.

_____. **Relaciones Culturales Internacionales En Iberoamerica Y El Mundo: Instituciones Fundamentales**. Madrid: Tecnos, 1991.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital:1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY (ICCROM). **LATAM 2008-2019**. Disponível em: <http://www.iccrom.org/eng/prog_en/06latam_en.shtml>. Acesso em: 17 ago. 2011.

_____. **LATAM 2008-2019: Conservación del Patrimonio Cultural em América Latina y el Caribe**. Disponível em: <http://www.iccrom.org/eng/prog_en/06latam_en/archive_en/2010_04latamBrochure_es.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta dos Itinerários Culturais**. Canadá, 2008. Disponível em: <<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/ICOMOSPortugalCartalinerariosCulturais.doc>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

_____. **Carta Internacional sobre Turismo Cultural**. México, 1999. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/tourism_sp.htm>. Acesso em: 26 mai 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003**. Metodologia. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/metodologia.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Anteprojeto de Itinerários Culturais do Mercosul**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1002>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. **Arquivo Noronha Santos**. <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

_____. **Brasil e Uruguai assinam Plano de Ação para cooperação cultural**. Notícia veiculada em 29 de julho de 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalleConteudo.do?id=16125&sigla=Noticia&retorno=detalleNoticia>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

_____. Cartas Patrimoniais. **Carta de Atenas, 1931**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 5 set. 2011.

_____. Cartas Patrimoniais. **Carta de Brasília, 1995**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

_____. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Cooperação Internacional no Centro Lucio Costa**. Notícia veiculada em 5 de

novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15666&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

_____. **PAC Cidades Históricas: governo federal lança programa diferenciado com investimento na área cultural.** Notícia publicada em 21 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?jsessionid=18790959F7BDB43C3F8582DBE1278A52?id=14929&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

_____. **Referencial Estratégico.** <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

_____. **Seminário Gestão do Patrimônio no MERCOSUL inicia atividades do Centro Lucio Costa de Formação.** Notícia veiculada em 23 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15709&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

INSTITUTO RÖERICH DA PAZ E CULTURA DO BRASIL. **Pacto Röerich.** 1935. Disponível em: <<http://www.roerich.org.br/site/pactoroerich.html>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do Museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas I.** Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006. 2ª edição.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. **Destination Culture: Tourism, Museums and Heritage.** Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1998.

La Documentation Française, AD 0176-0200-0201 et AD 0196-0207. Apud: Kátia M. de Queirós Mattosos. **Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea (1789-1963).** São Paulo: Hucitec, 1977. p. 200-1.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a política Externa Brasileira.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent.** Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2008.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LENTIN, Albert-Paul. De Bandung a Havana. In: SANTIAGO, Theo (Org.). **Descolonização.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LESSA, Mônica Leite. A Política Cultural Brasileira e a Sociedade das Nações. In: **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH): Anais da XXII Reunião.** Rio de Janeiro, 2002.

_____. Mercosul Cultural: Desafios e Perspectivas de uma Política Cultural. In: **VII Encontro Internacional do Fórum Universitário do Mercosul.** Eixo 14. Espaço, arte e cultura na América Latina. GT 24 - A dimensão da Cultura numa perspectiva latinoamericana: identidade, patrimônio, indústria e gestão cultural. Foz do Iguaçu, 2009.

_____. O Mercosul e o Ministério da Cultura do Brasil : 2003-2006. In: **Anais do VIII Simpósio Y I Congresso Internacional - CEINLADI.** Buenos Aires, outubro de 2008.

_____. Política Cultural Externa. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.) **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

_____. Relações Culturais Internacionais. In: MEDEIROS, Lena; ROLLEMBERG, Denise; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Orgs). **Olhares sobre o político: novos ângulo, novas perspectivas**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002.

LIMA, Diana Farjalla Correia; COSTA, Igor Fernando Rodrigues da. **Ciência da Informação e Museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos - subsídio à linguagem documentária**. In: Proceedings ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMAÇÃO - CINFORM, 7, Salvador, 2007, p. 1-14. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00001116/01/DianaLima.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia (Orgs.). **Diversidade Cultural Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Arte e imagem: musealização e virtualização. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 6, dezembro de 2004. Artigo 03. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/F_I_art.htm>. Acesso em: 02 nov. 2011.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações Internacionais: Cultura e Poder**. Brasília: IBRI, 2002.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MERCOCIUDADES. **Descrição da rede**. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2251>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

_____. **Estatuto e regulamento das Mercocidades. Artigo 2º**. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2272>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

MERCOSUL. **Estrutura Institucional**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/estrutura.html>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

_____. **Estrutura Institucional: Conselho do Mercado Comum: Reunião de Ministros da Cultura. XXIII RMC – Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2006**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em 20 ago. 2011.

_____. **Estrutura Institucional: Conselho de Mercado Comum: Reunião de Ministros da Cultura. XXXII RMC – Assunção, 25 de junho de 2011. Anexo III**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. **Normativa. Decisão 011/1996. Protocolo de Integração Cultural do Mercosul**. Fortaleza, 1996. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/Dec_011_096_Proto%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20MCS_At%202_96.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **Normativa: Decisões: Decisão 038/2010: Fundo Mercosul Cultural**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

_____. **Reunião de Ministros da Cultura. Ata 02/03**. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/>>

mercosur/files/2007/05/mercosul-rmc-ata-n-203.doc>. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. FOCEM. **Programas: Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=programa-de-fortalecimento-de-la-estructura-institucional-y-del-proceso-de-integracion>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

MERCOSUR. **Normativa. Decisão002/95**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/show?contentid=2604>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

_____. **Normativa. Decisão009/95**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/show?contentid=2604>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

MERLE, Marcel. **Sociología de las relaciones internacionales**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

MICELI, Sérgio. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, Elsevier: 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: 1980.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. Desafios da Globalização e da Integração. In: SILVA, Raul Mendes; BRIGAGÃO, Clóvis (Orgs.). **História das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: CEBRI.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; CHAGAS, Mário de Souza. Museus e Política: Apontamentos de uma Cartografia. In: **Caderno de diretrizes museológicas I**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006. 2ª edição. p. 13.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE Jr., Joseph S. **Soft Power: The means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004. Chapter One: The changing nature of power. pp. 1-32.

O MERCOSUL e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia. **Encontro de Culturas**. Fortaleza – CE, 13 e 14 de dezembro de 1996. Brasília: FUNAG, 1997.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Normas de Quito**. Novembro/Dezembro 1967. Introdução. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?sessionId=736AE1909D67549A84E428AB6DC80BE5?id=238>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. **Anteprojeto Bases da Carta Cultural Iberoamericana: Objetivos e âmbitos de atuação**. Espanha: Ministerio de Cultura/ OEI, mayo de 2005. Disponível em: <http://www.oei.es/cultura/bases_carta_cultural_iberamericana_portugues.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2011.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Atas e Documentos. Textos autenticados das Declarações e Resoluções.** Vol. 1. Lima, Peru: OEA, 1997. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/pr/AG/Documentos/ag00752p03.doc>>. Acesso em: 10 ago 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Mundialização e Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

PARAGUAI. Secretaria Nacional de Cultura. **Dirección General de Patrimonio Cultural.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.py/lang/es-es/patrimonio-culturaltecopy-tee/>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

PARLAMENTO DO MERCOSUL. **Parlamento. Informação Institucional.** Disponível em: <http://www.parlamentodelmercosul.org:8090/index1_portugues.asp#>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. **Sobre o Parlamento.** Disponível em: <http://www.parlamentodelmercosul.org/innovaportal/v/4300/1/secretaria/sobre_o_parlamento.html>. Acesso em: 02 ago. 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi: Memória e História.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation.** London/New York: Routledge, 1992. Introduction and Chapter 6.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Ranking do IDH 2010.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3600&lay=pde>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010.** Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/media/PR3-HDR10-HD1-PT.pdf>>. Acesso em: 10 mai 2011.

PROGRAMA MONUMENTA. *Sobre o programa.* Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br>>. Acesso em: 8 jun 2011.

RECONDO, Gregorio. **La Dimension Cultural de la Integración.** Buenos Aires : Ciccus, 1997.

REEVES, Julie. **Culture and international relations: narratives, natives and tourists.** Cambridge: Routledge, 2004.

REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O século XX: O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

SAHLINS, Marshall. Sentimental Pessimism and Ethnographic Experience; or, Why Culture Is Not a Disappearing Object. In: DASTON, Lorraine (Ed.) **Biographies of Scientific Objects.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 2000. pp. 158-202.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Relações Internacionais: Dois Séculos de História.** Vol. II. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001.

SARAIVA, Miriam Gomes. A evolução dos processos de integração na América Latina. In: LESSA, Mônica; GONÇALVES, Williams. (Orgs.). **História das Relações Internacionais: Teoria e processos.** Rio de Janeiro: edUERJ, 2007. p. 111-132.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: USP, 1984.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNES, Ricardo Ubiraci. Potência Média recém-industrializada: parâmetros para analisar o Brasil. In: **Contexto Internacional**, Vol. 20. Rio de Janeiro: IRI/PUC-Rio, jul./dez. 1998.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Cadernos de Políticas Culturais - Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise.** Vol. 2. Brasília: IPEA/MinC, 2007.

_____. **Cadernos de Políticas Culturais - Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento.** Vol. 3. Brasília: IPEA/MinC, 2007.

SILVA, Helio R. S., **O mito da integração pela identidade.** Trabalho apresentado no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público.** Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS. **Cadastro Nacional de Museus. Estatísticas.** Disponível em: <http://www.museus.gov.br/SBM/cnm_estatistica.htm>. Acesso em: 30 abr. 2011.

SISTEMA DE INFORMACIÓN CULTURAL DEL MERCOSUR. **Estadísticas. Presupuesto Cultural.** Disponível em: <<http://www.sicsur.org/estadisticas/results.php?idCategoria=2>>. Acesso em: 11 ago.

_____. **Mapa Cultural del Sur. Economía Cultural. PBI%.** Disponível em: <<http://www.sicsur.org/mmp/index.php>>. Acesso em: 11 ago.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no MERCOSUL. **Revista Brasileira de Política Internacional.** n° 51, Vol. 1, Brasília: 2008. p. 53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/>>

a03v51n1.pdf >. Acesso em: 02 jul. 2010.

SOUZA, Amaury de. **A agenda internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier/CEBRI, 2009.

SOUZA, Antônio Marcus Alves de. **Cultura no Mercosul: Uma Política do Discurso**. Brasília: Plano Editora / Fundação Astrojildo Pereira, 2004.

SOUZA, Márcio. **Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil**. Cadernos do Nosso Tempo. Nova Série. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.

STOESSINGER, John G. **O Poder das Nações: a política internacional de nosso tempo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

SUANO, Marlene. **O que é Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUPPO, Hugo R.; LESSA, Mônica Leite. O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, Mônica; GONÇALVES, Williams. (Orgs.). **História das Relações Internacionais: Teoria e processos**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2007. p. 223-250.

TALIBÃ é fruto de vácuo de poder após anos de conflito no Afeganistão. *G1: o portal de notícias da Globo*. São Paulo, 18 jul. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1233340-16107,00-TALIBA+E+FRUTO+DE+VACUO+DE+PODER+APOS+ANOS+DE+CONFLITO+NO+AFEGANISTAO.html>>. Acesso em: 26 mai. 2011.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1999.

THROSBY, David. **Economics and Culture**. United Kingdom: Cambridge, 2001.

TOLILA, Paul. **Cultura e Economia: problemas, hipóteses, pistas**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

UNITED NATIONS. **Declaration on the Right to Development**. 4 December 1986. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making**. 2008.

_____. **São Paulo Consensus**. São Paulo, Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/td410_en.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2010.

UNITED NATIONS DOCUMENTS. **Our common future: report of the World Commission on Environment and Development**. Chapter 2: Towards Sustainable Development. Preamble. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales al Servicio del Desarrollo**. Estocolmo, Suécia, 30 de março - 2 de abril de 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001163/116393so.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

_____. **Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

_____. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris, 2005. Artigo 4, parágrafo 5. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. **General introduction to the standard-setting instruments of UNESCO**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html#name=1>. Acesso em: 2 jul. 2010.

_____. **Mexico City Declaration on Cultural Policies**. Mexico, 1982. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

_____. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

_____. **The Stockholm Conference**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=18717&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 30 jul. 2011.

_____. **World Heritage List**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

_____. *World Heritage List: Brazil: Jesuit Missions of the Guaranis*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/275>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). VI Reunión Ministerial de Turismo. **Turismo em Iberoamérica: Panorama Actual**. Colonia de Sacramento, Uruguay, 2006. Disponível em: <http://www.unwto.org/americas/pub/en/pdf/unwto_tur_iberolr.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

URUGUAI. Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación. **Normativas: Creación de la Comisión del Patrimonio**. Disponível em: <<http://www.patrimoniouruguay.net/normativas.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: Funag/IBRI, 2002.

_____. O Governo Lula: Uma nova política exterior? In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR. (Orgs.). **O Brasil e os novos conflitos internacionais**. Rio de Janeiro: Gramma/Fundação Konrad Adenauer, 2006. p. 85-96.

VILLA, Rafael Duarte; KALIL, Suzeley. (Orgs.). **Ensaio latino-americanos de política internacional**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEFFORT, Francisco C. **A cultura e as revoluções da modernização**. Cadernos do Nosso Tempo. Nova Série. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.

WORLD MONUMENTS FUND. **About us**. Disponível em: <<http://www.wmf.org/content/about-us>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

_____. **Project São Nicolau, Brazil**. Disponível em: <<http://www.wmf.org/project/s%C3%A3o-nicolau>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Websites:

<http://www.bancomundial.org>

<http://www.imf.org>

<http://www.eclac.org>

<http://www.mercociudades.org>

<http://www.mercosur.int>

<http://portal.unesco.org>

<http://www.iphan.gov.br>

<http://www.museus.gov.br>

<https://www.cia.gov>

<http://www.undp.org>

<http://whc.unesco.org>

<http://www.monumenta.gov.br>

<http://www.cplp.org>

<http://www.parlamentodelmercosur.org>

<http://www.bndes.gov.br>

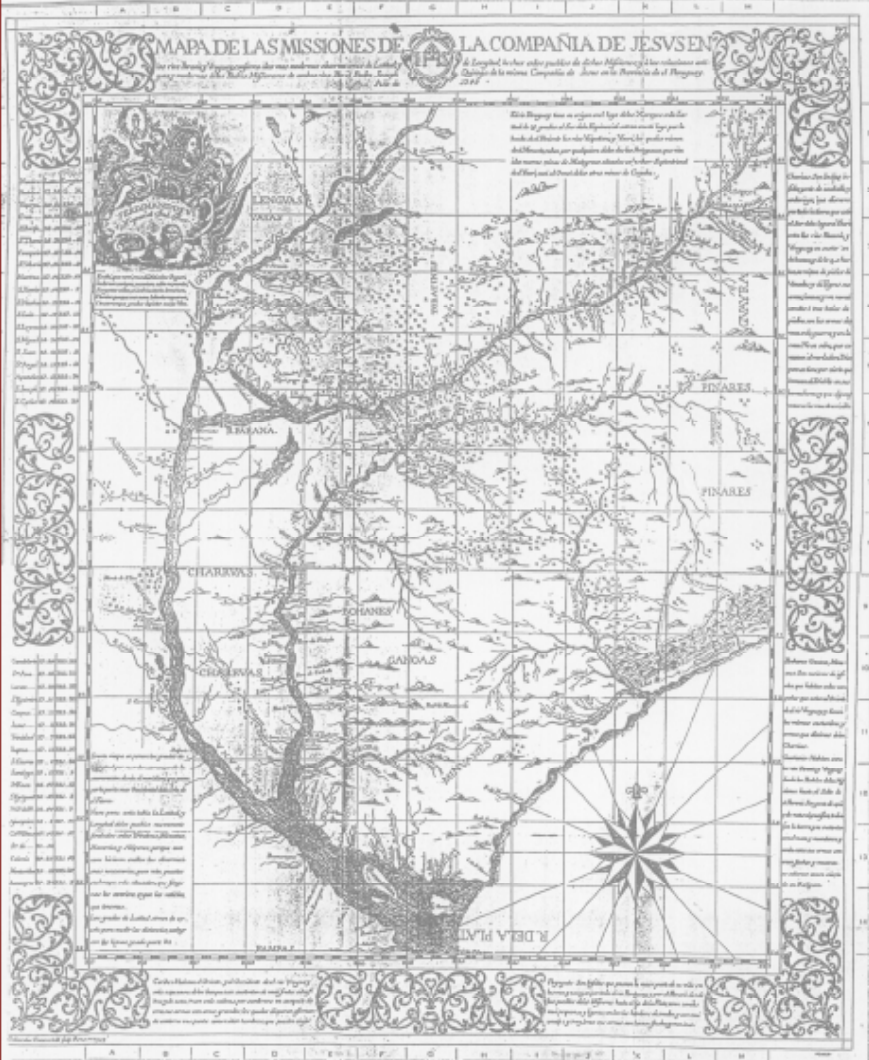
<http://www.cultura.gov.br>

<http://www.sicsur.org>

<http://www.wmf.org>

ANEXOS

ANEXO: ANTEPROJETO DE ITINERÁRIOS CULTURAIS DO MERCOSUL



ANTEPROJETO DE ITINERÁRIOS CULTURAIS DO MERCOSUL Salvador, Bahia, Brasil, janeiro de 2009.





Missões, um espaço no tempo, é terra de fronteira que ultrapassa a territorialidade dos marcos nacionais. É paisagem de memória que remete a registros no tempo (...) (Pesavento, 2007, p.51).

11 ANTECEDENTES

Realizou-se, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, nos dias 23 e 24 de janeiro de 2009, a Reunião Técnica Brasil – Argentina de Itinerários Culturais do MERCOSUL.

Realizada sob os auspícios do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, do Ministério da Cultura, contou com a participação de representante da Diretoria Nacional de Patrimônio e Museus da Secretaria de Cultura da Presidência da Nação Argentina e de representantes do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da República Federativa do Brasil. Participaram também do evento, pelo lado brasileiro, representantes da Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura e da Divisão de Assuntos Multilaterais Culturais do Ministério de Relações Exteriores. O encontro contou, ainda, com a presença de consultora técnica, designada pelo Escritório de Representação da UNESCO junto ao MERCOSUL.

O objetivo da Reunião Técnica foi formular, a partir das experiências da Argentina e do Brasil, proposta a ser apresentada para os demais parceiros da região, com vistas a incentivar a identificação e valorização de itinerários culturais – inclusive no meio turístico - que possam resultar em importante via de integração cultural regional.

Considerando os valores expressos na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, e os princípios da Convenção para a Salvaguarda do

Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003 e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, todas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, bem como da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2005;

Tendo em vista os objetivos da Carta de Brasília, documento regional dos Comitês do ICOMOS do Cone Sul sobre Autenticidade, de 1995, que estabeleceu a valorização da tradição cultural de nossos povos como base da busca de nossa identidade histórica;

Reafirmando os ideais presentes na Carta de Itinerários Culturais do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, aprovada em Quebec - Canadá, em 2008, que define os Itinerários Culturais como resultado e reflexo dos movimentos interativos de pessoas, bem como dos intercâmbios multidimensionais, contínuos e recíprocos, de bens, ideias, conhecimentos e valores entre povos, países e regiões;

Considerando as resoluções da III Reunião Intermediária do Comitê Coordenador Regional, realizada em Cochabamba – Bolívia, em 2006, sobre a necessidade de criar e implementar um programa intersetorial e multidisciplinar para a valorização dos corredores culturais nas zonas de fronteira;

Considerando, ademais, que a XXIII Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL, realizada no Rio de Janeiro, em 2006, adotou as resoluções da III Reunião Intermediária do Comitê Coordenador Regional;

Tendo em vista a recomendação adotada na XXVI Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL realizada em Buenos Aires, em 2008, de apresentar o desenho dos itinerários culturais junto ao Comitê Técnico de Patrimônio Cultural do MERCOSUL;

Considerando que a XI Reunião do Comitê Técnico de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, realizada no Rio de Janeiro, em 2008, na qual o Brasil e a Argentina se comprometeram a detalhar uma proposta sobre itinerários culturais do MERCOSUL para ser apreciada pelos demais países da Região;

Considerando que a XXVII Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL, realizada no Rio de Janeiro, em 2008, reafirmou a disposição de efetivar ações concretas de integração cultural no âmbito do MERCOSUL, entre as quais a implementação do projeto de valorização dos itinerários culturais da região;

Conscientes, por fim, de que os itinerários culturais não só favorecem a comunicação e a compreensão entre os povos, como também a cooperação, tendo em vista a conservação, salvaguarda e valorização do patrimônio cultural da Região;

As delegações acordaram elevar à consideração da I Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL o respectivo anteprojeto para sua aprovação.

21 CONCEITUAÇÃO

Considerando as reflexões sobre as novas categorias de bens culturais que estão sendo discutidas no âmbito internacional, como são as paisagens culturais¹ e os itinerários

1. Los Paisajes Culturales representan obras combinadas de la naturaleza y del hombre que ilustran la evolución de la sociedad y de los asentamientos humanos en el paso de los años, bajo diversas influencias naturales, sociales, económicas y culturales sucesivas, internas y externas. El paisaje cultural refleja variedad de manifestaciones

culturais, o projeto se volta para este último conceito.

O conceito de Itinerário Cultural se refere a caminhos que ao longo do tempo exerceram sua influência cultural mediante a transculturação, e que produziram outros meios de expressão, diversos aos que na sua origem existiram em cada lugar. É tal como foi estabelecido pelo Comitê Internacional de Itinerários Culturais do ICOMOS, seu significado por ser entendido como: “não é somente a soma de diversos elementos: lugarejos, paisagens culturais, sítios, senão que realmente incorpora o espírito intangível e histórico que une a estes elementos em um todo²⁷”. É um espaço físico definido pelo trajeto de um caminho que durante um longo período de tempo foi percorrido em ambos sentidos (de ida e de volta) e nele se produziram novas expressões culturais. Isto confere uma visão holística que enfatiza, a partir das distintas identidades, o trabalho conjunto pela identidade regional desde a diversidade e pluralidade da América do Sul.

Diferentemente, o termo Rota Cultural – exceto em sua tradução ao idioma inglês -, limita-se a percursos desenhados na atualidade que em sua maioria utilizam as novas vias de comunicação e pelas quais é possível encontrar bens patrimoniais que não necessariamente estiveram unidos por um Itinerário. Ainda que seu valor possa ser considerável, o sentido de itinerário nesse percurso se distancia das definições antes mencionadas.

Um Itinerário Cultural se converte frequentemente em uma rede de caminhos que, embora tenha tido um eixo central, a rota eleita pôde deslocar-se em diversos pontos ao longo do tempo e segundo a capacidade de conhecimento do território. Desta forma, seu desenvolvimento temporal e espacial, permite uma interpretação mais precisa da história. Muitas vezes a perda total ou parcial de trechos ou marcas do trajeto leva à fragmentação da mensagem cultural e impossibilita a leitura sistêmica do território. A reinterpretación das vocações que o itinerário teve e tem – enquanto algo dinâmico e evolutivo – constitui um valor agregado para a valoração da prática de turismo cultural sob um controle de impactos negativos.

3 I OBJETIVOS

1. Promover a integração dos valores culturais compartilhados como uma via para a integração e o diálogo intercultural dos países da Região;
2. Valorizar as heranças e características culturais comuns dos países da Região, priorizando sua dimensão social;
3. Fomentar o conhecimento sobre a diversidade cultural da Região para compreender melhor a idiosincrasia de seus povos;
4. Revalorizar o patrimônio comum já reconhecido e ainda aquele que não foi ainda como componente de os itinerários culturais;

interactivas hombre-entorno natural; técnicas de uso de materiales considerando los límites del espacio natural en el cual se establece, por ejemplo, como es el uso de la tierra para edificaciones en sus diversas concepciones y considera fenómenos intangibles relacionados al elemento natural mas que a sus trazos culturales tangibles.

5. Gerar conhecimento e informação sobre os processos históricos de ocupação do território da Região;
6. Identificar itinerários culturais da Região para convertê-los em projetos concretos de desenvolvimento regional sustentável;
7. Fomentar ações articuladas e sustentáveis de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural e valorização turística dos itinerários culturais;
8. Proporcionar condições para fomentar a melhoria da qualidade de vida das comunidades detentoras do patrimônio existente na Região.

4 | JUSTIFICATIVAS

A presente iniciativa se apoia nas decisões tomadas pelos Ministros de Estado da Cultura do MERCOSUL, estabelecidas em 2006, com vistas a desenvolver instrumentos efetivos de integração, intercâmbio de experiências e cooperação regional, a partir do patrimônio cultural. Neste sentido, o MERCOSUL Cultural se converte em uma ponte, sendo a Cultura e o Patrimônio, veículos de integração fundamental.

Por outro lado, os organismos internacionais como a UNESCO, o Comitê do Patrimônio Mundial, o ICOMOS, o ICOM³, entre outros, desenvolvendo documentos que nos propõem um desafio, neste mundo globalizado, de desenvolver projetos regionais que promovam o patrimônio cultural e ao mesmo tempo se convertam em alavancas para o desenvolvimento das comunidades envolvidas nos sítios patrimoniais.

Desta maneira, os Itinerários Culturais transcendem a escala do elemento isolado e do conjunto de imóveis e abrangem o território, as paisagens culturais, os caminhos, os roteiros, os sítios arqueológicos, as cidades, dentro de uma perspectiva sistêmica que utiliza o patrimônio cultural como um instrumento para seu reconhecimento e distinção.

A evolução das ideias e uma visão cada vez mais dinâmica do patrimônio cultural, somados à ressignificação de valores como o entorno e o território, justifica que a Região introduza essa nova categoria, que foi adotada nas Diretrizes Operacionais de 2005 da Convenção do Patrimônio Mundial (Anexo 3), reforçando vias históricas de comunicação que deixaram vestígios cujas mensagens ainda hoje, no Século XXI, estão vigentes.

Assim, os países do MERCOSUL consideram que estes Itinerários Culturais que surgiram deliberadamente da vontade de nossos antepassados para alcançar um objetivo concreto, hoje, devem ser revalorizados e ressignificados como fonte de coesão e integração cultural.

O desenvolvimento do Projeto de Itinerários Culturais do MERCOSUL busca atender à necessidade de produzir conhecimento sobre os bens de valor patrimonial, resultantes de processos históricos, através de ciclos econômicos, em diversos ecossistemas compartilhados pelos países da Região, a fim de legitimá-los e certificá-los como destinos patrimoniais, ou seja, destinos turísticos culturais.

3. ICOM – Conselho Internacional de Museus.

Por último, entendendo que não há futuro sem passado, este projeto comum permitirá legar esta singular herança às futuras gerações.

5 | ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

1. Organizar Base de Dados, registro de imagens e vídeos que evidenciem os distintos estudos e projetos desenvolvidos pelos vários países nos contextos a serem reconhecidos como itinerários culturais;
2. Estabelecer as bases da cooperação nacional e internacional a partir de pautas culturais comuns;
3. Destacar que os Itinerários Culturais auxiliarão a ressaltar expressões de caráter regional e também de caráter universal, pela sua transcendência e aporte;
4. Envolver todas as áreas da Cultura e propor uma articulação equilibrada e efetiva para construir a identidade e a memória cultural regional;
5. Promover as articulações necessárias entre as áreas de Cultura e Turismo com a finalidade de considerar o Patrimônio Cultural como um recurso imprescindível do Turismo Cultural, que conduz ao desenvolvimento turístico sustentável;
6. Buscar a transversalidade no desenvolvimento dos Itinerários Culturais, tendo presente as escalas do território, do meio ambiente e do entorno, de forma integrada.

6 | LINHAS DE AÇÃO

6.1 Identificação de Itinerários Culturais

É fundamental, a partir da identificação global do Itinerário e de seus diversos tramos⁴, acompanhada da execução de inventários dos bens por ele abrangidos, realizar

4. Itinerário Cultural é entendido como: “Toda via de comunicação terrestre, aquática ou de outro tipo, fisicamente determinada e caracterizada por possuir sua própria e específica dinâmica e funcionalidade histórica, a serviço de um fim concreto e determinado, que reúna as seguintes condições: a) ser resultado e reflexo de movimentos interativos de pessoas, bem como de intercâmbios multidimensionais, contínuos e recíprocos de bens, idéias, conhecimentos e valores entre povos, países, regiões ou continentes, ao longo de consideráveis períodos de tempo; b) ter gerado um processo fecundo, múltiplo e recíproco, no espaço e no tempo, das culturas afetadas que se manifesta tanto em seu patrimônio tangível como intangível; c) ter integrado em um sistema dinâmico as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência. Os tipos de Itinerários Culturais, no que se refere a sua duração temporal, são os que já não se utilizam, ou os que continuam desenvolvendo-se sob as influências de intercâmbios socioeconômicos, políticos e culturais. Em sua identificação, no caso de um Itinerário Cultural vivo, devem manter-se as relações e as funções dinâmicas a serviço do fim concreto e determinado que deu lugar à sua existência e que serve para caracterizá-lo e identificá-lo, ainda no caso em que os processos que o originaram tenham sofrido uma evolução, incorporando novos componentes ao mesmo. Estes novos componentes deverão ser avaliados no marco de sua relação funcional com o Itinerário Cultural, e poderá ocorrer o caso em que existam bens que, ainda ostentando valores patrimoniais em si mesmos, não possam ser considerados como componentes do Itinerário Cultural por não formar parte do mesmo. Carta Internacional de Itinerários Culturais. ICOMOS, Quebec, 2008.

um diagnóstico da situação que sirva para a posterior elaboração de um plano estratégico destinado a sua salvaguarda e conservação.

O referido plano deve incluir, necessariamente, medidas dirigidas a promover o conhecimento e a consciência social sobre o Itinerário Cultural e a despertar o interesse das entidades públicas e dos particulares. Igualmente, requer a adoção de medidas que garantam uma atuação coordenada e instrumentos legais específicos para a proteção, uso e gestão de todos os seus componentes, posto que são partes substantivas do valor e do significado do Itinerário Cultural em seu conjunto.

Os atuais limites nacionais extrapolam os períodos da presença espanhola e portuguesa nesse território. Os caminhos que foram percorridos originalmente pelos antigos habitantes e pelos colonizadores da América, hoje, adquiriram um valor agregado devido, em grande parte, a novas funcionalidades e significados. Considera-se, portanto, que a dinâmica da apropriação social do território que vai imprimindo novos usos e simbologias, é um valo cultural tão importante como os originais e se agregam aos pré-existentes em um *continuum*.

É comum que os caminhos modifiquem certos percursos, pelo que é necessário selecionar estudos e pesquisas para definir os caminhos e sua temporalidade, e realizar uma atualização e complementação dos inventários existentes sobre o referido patrimônio.

Com a intenção de estabelecer um método de abordagem comum, sugerem-se algumas ações a seguir:

1. Avaliar as pesquisas existentes e aquelas em curso;
2. Revisar a informação planimétrica e cartográfica à disposição e acordar critérios comuns para o georreferenciamento da documentação (GIS);
3. Realizar trabalho de campo para reconhecimento do território, levantamentos de informação complementar, entre outros;
4. Comprovar a documentação preliminar;
5. Definir a morfologia do caminho e seus componentes;
6. Distinguir a temporalidade do percurso;
7. Realizar os processos legais para alcançar a proteção desse patrimônio cultural;
8. Articular planos, programas e projetos com Turismo, Desenvolvimento e Ordenamento Territorial.

6.2 Articulações e Fomento à Cooperação Internacional do Projeto

O desenvolvimento do Projeto de Itinerários Culturais do MERCOSUL pressupõe um esforço de articulação regional importante, ao menos de caráter bilateral no momento de propor e implementar itinerários culturais a escala regional.

Para sua implementação, é necessária a realização das seguintes atividades:

1. Reuniões/Oficinas Estratégicas

- Reunião de especialistas e de gestores das áreas protegidas no tema das Missões Jesuítico-Guaranis da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai:

Objetivos:

- a. reunir os relatórios de diagnóstico de situação em cada país, os quais proporcionarão textos, planimetria histórica, fotografias e bibliografia. Também serão informados os projetos e planos já realizados ou em curso, o trabalho de Universidades nacionais e estaduais, bem como européias na temática;
- b. reunir os relatórios sobre a gestão das áreas protegidas para avaliação das condições de conservação e gestão do bem;
- c. difundir esses relatórios no portal do MERCOSUL Cultural em um link específico e nos portais das áreas de Cultura dos países envolvidos;

País anfitrião: Argentina (a confirmar)

Lugar da reunião: Centro de Interpretação Criativa San Ignacio, Missão Jesuítico-Guarani de San Ignacio Miní, Província de Misiones.

Data prevista: abril de 2009.

- Reunião com representantes técnicos dos países da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL e das Secretarias ou Ministérios Nacionais de Turismo dos países envolvidos:

Objetivos:

- a. articular o projeto com as iniciativas das áreas de turismo correspondentes para fomentar a convergência dos aspectos conceituais, instrumentais e operacionais com vistas a ressaltar os valores patrimoniais e turísticos dos itinerários culturais da Região;
- b. realizar um diagnóstico das fortalezas e debilidades do equipamento de apoio e infraestrutura turística existente na Região, bem como analisar a oferta e a demanda existente, avaliando os possíveis impactos com o desenvolvimento do projeto e a instituição das medidas preventivas necessárias para assegurar a adequada capacidade de acolhida turística dos recursos naturais e culturais em função da valorização dos itinerários culturais correspondentes;
- c. intercambiar idéias sobre a situação turística da Región das Missões Jesuítico-Guaraníes.

País anfitrião: a definir. Lugar da reunião: a definir. Data prevista: maio de 2009.

- Reunião entre os representantes da Comissão de Patrimônio Cultural do MER-

COSUL e os de cooperação internacional e relações exteriores do MERCOSUL:

Objetivos:

- a. ajustar as estratégias de ação e adoção da metodologia comum para o desenvolvimento do Projeto;
- b. decidir quanto às distintas etapas a abordar, os prazos e os períodos das execuções parciais, conformando o cronograma de trabalho para 2009/2012.

País anfitrião: Paraguai (sugerido) Lugar da reunião: Assunção

Data prevista: junho de 2009, articulada com a reunião da CCR – Comissão de Coordenação Regional do MERCOSUL, na Presidência *Pro-Tempore* Paraguai.

2. Definição de Linhas de Financiamento:

Para o desenvolvimento do Projeto de Itinerários Culturais do MERCOSUL se buscará contar com as seguintes possibilidades de financiamento:

1. Orçamento ordinário das áreas de Cultura, Patrimônio, Turismo e Relações Exteriores dos países envolvidas no desenvolvimento do Itinerário Cultural correspondente;
2. Contribuição da UNESCO no caso de Itinerário Cultural que inclua um bem ou bens declarados Patrimônio Mundial e/ou Patrimônio Imaterial da Humanidade;
3. Contribuição de organismos multilaterais regionais como a OEI – Organização dos Estados Iberoamericanos, no âmbito da Carta Cultural Iberoamericana, e a OEA – Organização dos Estados Americanos, no âmbito do Comitê Interamericano de Cultura – CIC, a partir de seus fundos destinados a promover a cultura na Região;
4. Subvenções de Agências de Cooperação Internacional, como a AECID – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a GTZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã; dos Institutos Italianos de Cultura nos distintos países da Região; do IILA – Instituto Ítalo- Latinoamericano; do Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico – IAPH, dentre outras;
5. Mecenato Cultural junto às Empresas Públicas e Privadas dos países envolvidos no desenvolvimento e valorização de Itinerários Culturais na Região, segundo suas legislações nacionais.

Além disso, deverá ser considerada a possibilidade da contribuição do FOCEN – Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (criado pela Decisão CMC nº 45/04, art. 2º, § 3º), tendo em vista sua destinação a projetos de coesão e desenvolvimento social em zonas de fronteira e considerando especialmente os casos onde sejam requeridos um aporte fundamental para iniciar as ações básicas junto aos organismos nacionais.

3. Articulações Institucionais

Os representantes das áreas técnicas dos organismos nacionais da Região responsáveis pela gestão do patrimônio cultural assumirão os aspectos técnicos no momento da formulação e implementação dos projetos de itinerários culturais do MERCOSUL dos quais o seu país participe.

Os representantes da área de cooperação internacional dos organismos nacionais responsáveis pela gestão do patrimônio cultural, de cultura e de relações exteriores dos países da Região buscarão articular as possibilidades de financiamento externo, de mobilização de apoio institucional multilateral e bilateral e de intercâmbio de especialistas, reforçando as capacidades institucionais para o desenvolvimento dos projetos de itinerários culturais do MERCOSUL dos quais o seu país participe.

Propõe-se como Projeto-Piloto:

- Itinerário Cultural na Região das Missões Jesuítico-Guarani.

Também se propõe promover o intercâmbio de idéias sobre a viabilidade de desenvolvimento de outros itinerários culturais como:

- Itinerário Cultural do Pampa (Rascunho) – Anexo II;
- Itinerário Cultural da Erva Mate (Rascunho) – Anexo III.

7 I ITINERÁRIO CULTURAL NA REGIÃO DAS MISSÕES JESUÍTICO- GUARANI

Reconhecendo que os países do MERCOSUL trabalharam e vem desenvolvendo planos e programas para a gestão, conservação e desenvolvimento da região Jesuítica-Guarani, consideramos que é recomendável a socialização, coordenação e articulação de todos estes elementos para desenvolver um Projeto-Piloto de alcance regional, que poderia denominar-se “Itinerário Cultural da Região das Missões Jesuítico-Guarani”.

Retomando as linhas para a metodologia comum, indicada no item 6.1., torna-se necessária uma série de ações, como:

7.1 Leitura dos parâmetros básicos da categoria de Itinerários Culturales e sua tradução na região das Missões Jesuítico-Guarani:

- a distinção do caminho físico – o trajeto;
- os elementos que o conformam;
- os aspectos imateriais que lhe conferem significados.

7.2 Desenvolvimento de atividades para acompanhar essa leitura:

7.2.1 Caracterização do Território: estudos e levantamentos

7.2.1.1 Caracterização Histórico-cultural

- a. **Pesquisas históricas:** referentes à ocupação do território das Missões;
- b. **Levantamentos bibliográfico, documental, cartográfico e iconográfico:** referente ao período missioneiro;
- c. **Arqueologia:** estudos de arqueologia da paisagem; inventário e pesquisas arqueológicas visando identificar e localizar os remanescentes das antigas reduções e outras estruturas associadas (rotas, caminhos, fazendas, estâncias, fontes, pedreiras, olarias, fundições, ervais, campos, etc);
- d. **Arquitetura:** inventários das estruturas remanescentes do sistema reducional, da arquitetura vernácula de ocupação do território pós o período Missioneiro (estruturas de pedra provenientes das reduções), das tipologias arquitetônicas referentes aos processos culturais de ocupação;
- e. **Bens Móveis:** inventário da imaginária missioneira, estudos iconográficos;
- f. **Levantamento dos elementos estruturadores do Itinerário:** remanescentes, vestígios, estruturas, edificações e equipamentos, identificação dos caminhos e rotas históricos de circulação pelo território;
- g. **Identificação das referências culturais imateriais:** inventários para identificar os saberes (culinária, ofícios, artesanato, etc), formas de expressão (música, arte, literatura, etc), celebrações (festas, ritos, etc) e os lugares referenciais dessas práticas;
- h. **Percepção antropológica:** habitantes, visitantes, grupos sociais, instituições.

7.2.1.2 Caracterização Ambiental

- a. **Levantamento dos elementos naturais:** definição das zonas ambientais definidas como os biomas e matas, levantamento das espécies vegetais e das espécies faunísticas;
- b. **Levantamentos Físicos:** estudos geomorfológicos, hidrológicos e geológicos;
- c. **Levantamentos de uso e ocupação do solo:** caracterização de uso do solo por tipologias funcionais e econômicas;
- d. **Percepção ambiental:** percepções visuais.

7.2.1.3 Caracterização Sócio-econômica

- a. **Estudos sócioeconômicos:** caracterização do desenvolvimento econômico do território;
- b. **Parcelamento do solo e seus níveis econômicos:** identificação de pequenas, médias e grandes propriedades rurais e seus impactos sobre os elementos de valoração;
- c. **Levantamento do potencial turístico:** identificação do perfil turístico, indicadores quali-quantitativos, avaliação da infraestrutura turística oferecida.

7.2.2 Levantamento das ações existentes relacionadas

- a. **Ações governamentais, de entidades não-governamentais e da iniciativa privada em relação ao Patrimônio cultural e ambiental:** planos, programas e projetos.

7.2.3 Levantamento da legislação relacionada

- a. **Legislação de preservação cultural:** instrumentos de proteção, valorização e promoção do patrimônio cultural;
- b. **Legislação de preservação ambiental:** instrumentos de preservação e proteção ambiental.

7.3 Análise e Avaliação do Território

7.3.1 Identificação das paisagens culturais: unidades paisajísticas presentes ao longo deste itinerário e seus elementos definidores;

7.3.2 Caracterização do “espírito do lugar”: caráter, significado e essência do lugar. Singularidade.

7.3.3 Mapeamento de áreas de fragilidade: ambiental e cultural.

7.4 Diagnóstico de Situação

7.5 Definição das ações a serem desenvolvidas a partir dos estudos, análises e avaliações previstas nas atividades anteriormente indicadas.

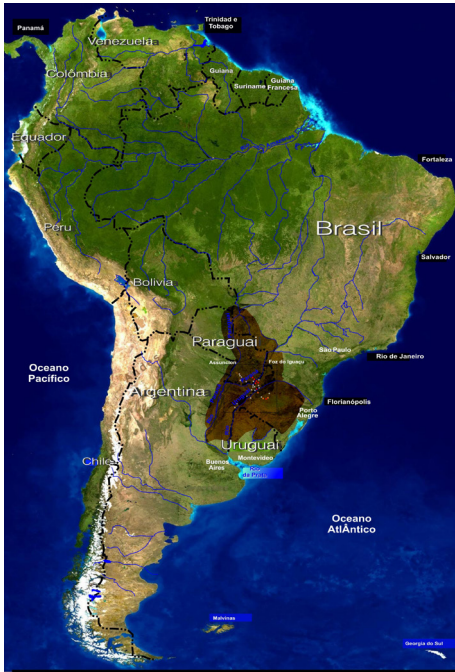


Figura 1: Mapa da América do Sul mostrando a área de abrangência territorial de Missões.



Figura 2: Localização dos 30 povos das missões.

ANEXO I – LISTA DE PARTICIPANTES

Argentina

MARIA DE LAS NIEVES ARIAS

Diretora Nacional de Patrimônio e Museus Secretaria de Cultura da Nação

Brasil

MARCELO BRITO

Assessor de Relações Internacionais

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

DANILO ZIMBRES

Oficial de Chancelaria

Ministério das Relações Exteriores

ROBERTA FERNANDA DOS ANJOS

Sub-Gerente de Integração e Assuntos Multilaterais Ministério da Cultura

ANNA FINGER

Especialista em Conservação e Restauro

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

JOSÉ LAPASTINA FILHO

Superintendente da Superintendência no Paraná

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

MARIA MARGARETH

Superintendente da Superintendência no Mato Grosso do Sul Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

ULISSES MUNARIM

Superintendente da Superintendência em Santa Catarina Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

CANDICE BALLESTER

Representante do Escritório Técnico em Missões Superintendência no Rio Grande do Sul Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

MARTHA XAVIER

Representante da Superintendência no Rio Grande do Sul Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

UNESCO

MARIA CECILIA CALDERON PUENTE

Consultora do Escritório Regional da UNESCO para o MERCOSUL

ANEXO II – ITINERÁRIO DA REGIÃO DO PAMPA (RASCUNHO)

O Pampa, também chamado de campos, é um nome de origem *quechua* genericamente dado à região pastoril de planícies com coxilhas no Brasil, Argentina e Uruguai, abrangendo parte do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Entre Ríos e parte das províncias de Corrientes, Santa Fé, Córdoba e San Luís e todo o território da República Oriental do Uruguai.

É um bioma caracterizado por uma vegetação composta por gramíneas e plantas rasteiras, sendo encontradas algumas árvores e arbustos de maior porte próximos a cursos d'água.



O modo de vida campeiro é diretamente vinculado a um passado e a uma estrutura econômica e política que foi semelhante em todo (essa região) pampa. Criação, adestramento, marcação e castração do gado, além de carnear, salgar, entre outras, foram parte das atividades dos gaúchos, peões de estâncias. Personagem comum aos três países, o gaúcho é o homem do campo da Região dos Pampas.

A atividade dos gaúchos deixou, ao longo de dois séculos (XVIII e XIX), marcas significativas na paisagem e na cultura da região em questão, primeiramente ligado ao fator econômico – a criação e o transporte de gado vivo e charque –, além de um viés cultural muito rico. A itinerância dos gaúchos propiciou o encontro de diferentes comunidades. Em seu caminho, tomavam contato com inúmeros grupos, assimilando valores alheios ou deixando a sua marca por onde passavam. Essa diversidade cultural ainda encontra ressonâncias nos dias atuais, de natureza material e imaterial, que carecem de atenção sob o ponto de vista patrimonial.

No que diz respeito aos vestígios materiais, além dos monumentais muros de taipa, nos quais o trabalho escravo foi responsável por empilhar manualmente milhares blocos de pedra ao longo de dezenas de quilômetros por entre campos e coxilhas, figuram passos, pousos, registros, cemitérios e fazendas centenárias. As fazendas apresentam complexos de mangueiras de taipas e galpões destinados às lidas com o gado e que têm como ponto

central a casa de moradia do fazendeiro.

Quanto ao Patrimônio Imaterial, que abrange os saberes e os fazeres tradicionais, ainda são encontrados taipeiros, que preservam o conhecimento de construir esses muros; peões que habilmente trabalham o couro, desenvolvendo todo o tipo de cordas e utensílios destinados às lidas do campo; as benzedeiros, mantenedoras de uma forte religiosidade popular. Incluem-se na lista desse patrimônio intangível os causos de galpão, que narram proezas do passado e histórias de assombração; e a incorporação ao linguajar do “tche” e de outras expressões castelhanas; o uso da bombacha, traje típico e uma rica gastronomia, onde se destacam, além do churrasco, do arroz de carreteiro e do chimarrão, a canjica, a quirera com carne de porco, o revirado de feijão, a paçoca de pinhão, o doce de gila, o queijo serrano e o típico camargo, café preparado com leite cru recém ordenhado.

O Itinerário Cultural dos Pampas permitirá uma integração cultural entre toda a Região do Prata, tanto da Argentina como do Uruguai e o sul do Brasil, que têm em comum os campos, o mate, o gaúcho.

ANEXO III – ITINERÁRIO DA ERVA MATE (RASCUNHO)

A Erva-mate (*Ilex paraguariensis*) é uma planta cujas folhas são utilizadas para a produção de bebidas e infusões. Inicialmente a erva-mate foi utilizada pelos guaranis, na bebida quente e amarga *caá-i*, feita com as folhas sapecadas e trituradas da planta, chamada pelos colonizadores espanhóis de *cimarrón* (chucro, bruto).

Os jesuítas, radicados na Província do Paraguai no início do século XVIII, que num primeiro momento coibiram o consumo do mate, posteriormente não só o aceitaram como introduziram o seu cultivo nas reduções, a fim de evitar as grandes distâncias que os separavam dos ervais nativos.

Originária da região subtropical da América do Sul, sua ocorrência natural dá-se em uma área de aproximadamente 540.000 km², entre as latitudes de 22° S e 30° S e longitudes 48° 30' W e 56° 10' W, com altitudes que variam entre 500 m a 1500 m sobre o nível do mar. Nessa região, abrange parte dos territórios da Argentina, Brasil e Paraguai. No Brasil, a exploração acontece nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul; na Argentina, a Província de Misiones, parte das Províncias de Corrientes e Tucumã; na região nordeste do Paraguai. (Fonte: EMBRAPA).



A erva-mate também é muito consumida no Uruguai e no Chile, que importam o produto principalmente do Brasil e da Argentina. No Uruguai o consumo do mate é tão difundido que chega a configurar um fator de identidade cultural.

De acordo com o país, a erva-mate é consumida de diversas formas: tereré, o mate cevado com água gelada; o chimarrão, com água quente; como chá etc.

O ciclo econômico que envolve a exploração da erva-mate deixou todo um legado cultural inscrito em remanescentes materiais e imateriais, como os antigos engenhos, barbaquás e carijos; os saberes e fazeres dos rituais de produção e consumo do mate etc.

A produção do mate inicia ainda nos ervais, logo após a **colheita** – feita a facão ou foice

– com o **sapeco**, feito para impedir a fermentação das folhas e evitar que a erva perca seu aroma natural. Após o sapeco, a erva passa por um processo de **secagem** no carijo ou barbaqué. O carijo, da tradição guarani, é uma rústica instalação de madeira, coberta de tábuas ou telhas, sem fechamentos laterais, onde os feixes de erva sapecada são colocados sobre um jirau de varas e expostos ao calor de uma fogueira acesa em seu interior. Evolução do carijo, no barbaqué a erva é disposta num estrado de madeira sobre a boca de um túnel que conduz o calor produzido por uma fornalha situada na outra extremidade do túnel. Seca, esta erva é chamada **cancheada**. Depois da secagem, a erva-mate é triturada, estando pronta para o beneficiamento final nos engenhos. O **armazenamento** da erva-mate é peculiar: os indígenas a faziam em cestas de taquara. A partir do início do século XIX, para viabilizar a exportação para o Uruguai, Chile e Argentina, o acondicionamento passa a se dar em surrões, um invólucro impermeável feito em couro, substituídos em meados do século XIX por barricas de pinho.

Todo esse processo caracteriza a importância de um Itinerário Cultural vinculado a uma erva que começa a se consumir no mundo guarani, difundido na época jesuítica e ainda hoje é um símbolo de identidade dos países do Cone Sul.

É primordial estudar a rota que seguiu o cultivo da erva-mate, como se incorporou nos diversos países e as instalações e equipamentos que conformam o itinerário, como os locais de cultivo, as instalações para a secagem, os lugares de armazenamento, os engenhos etc. Tudo isso produz um sistema de componentes que envolve o território, o cultivo, a arquitetura e, sobretudo, resulta em uma manifestação imaterial muito importante, se considerarmos o hábito de tomar o mate, a tradição de tomar o mate, a cerimônia de compartilhar o mate.

Implica também a cultura do gaúcho, que inclui, ainda hoje, o homem do campo e o galpão – pequeno lugar para degustar um mate, colocando no centro a fogueira para esquentar a chaleira; une a cultura guarani, a cultura jesuítica, a cultura do gaúcho. Ainda hoje está vigente como expressão de identidade.

SOBRE A AUTORA


CAROLINE DOS REIS LODI - Museóloga graduada pela UNIRIO (2008), Mestre em Relações Internacionais pela UERJ (2012) e pós-graduada em Conservação e Restauro de Bens Histórico-Artísticos pelo Palazzo Spinelli, Itália (2018). Atua como Técnica em Museologia no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 2010, com ênfase em Conservação Preventiva de bens culturais móveis.





O Caminho de Sumé:

**As Políticas Públicas Brasileiras para o
Patrimônio Cultural no Mercosul (2003-2006)**

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora

Ano 2021





O Caminho de Sumé:

As Políticas Públicas Brasileiras para o Patrimônio Cultural no Mercosul (2003-2006)

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



 **Atena**
Editora

Ano 2021